Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Ana Cristina Andrade dos Santos

Discursos sobre o silêncio em torno de Djamila Ribeiro

Rio de Janeiro
2024

Ana Cristina Andrade dos Santos

Discursos sobre o silêncio em torno de Djamila Ribeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Profª. Dra. Alejandra Judith Josiowicz

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

R484 Santos, Ana Cristina Andrade dos.
Discursos sobre o silêncio em torno de Djamila Ribeiro / Ana Cristina Andrade dos Santos. – 2024.
95 f.: il.

Orientador: Alejandra Judith Josiowicz.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Ribeiro, Djamila, 1980- - Crítica e interpretação – Teses. 2. Análise do discurso – Teses. 3. Silêncio na literatura – Teses. 4. Feminismo na literatura – Teses. 5. Memória na literatura – Teses. I. Josiowicz, Alejandra Judith, 1981-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB-7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Ana Cristina Andrade dos Santos

Discursos sobre o silêncio em torno de Djamila Ribeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 16 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Alejandra Judith Josiowicz (Orientadora)

Instituto de Letras - UERJ

_____

Profª. Dra. Jonê Carla Baião

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira

_____

Profª. Dra. Carolina Gonçalves Alves

Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Ao Bernardo, continuidade de mim.

Às mulheres negras da minha vida, as quais abriram trilhas para que eu aqui chegasse.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que eu cumpra esta missão.

À minha avó Carolina e à minha mãe, Iracema, as quais vieram antes, para que eu pudesse chegar depois.

À minha irmã, Ana Carolina, pelo apoio e incentivo.

Ao meu companheiro, Carlos Augusto, por estar.

Ao Bernardo, meu filho e motivo de tudo.

À Alejandra Josiowicz, pela parceria, pelo encontro, pelas trocas, minha eterna gratidão. Este trabalho só existe, da forma que está, porque encontrei você!

Às professoras que aceitaram compor a banca de defesa, Jonê Carla Baião, Carolina Gonçalves Alves, Michele Alonso e Mariela Méndez. Muito obrigada!

Ao professor Felipe Fanuel, pelas indicações de leitura.

À professora Naira Velozo, responsável por me apresentar à Alejandra Josiowicz.

Aos colegas técnico-administrativos da Secretaria de Pós-Graduação do Instituto de Letras, que, como eu, são fundamentais para que a UERJ continue resistindo.

Ao meu Grupo de Pesquisa, "Observatório das Intelectuais Mulheres Hispano-americanas em Plataformas Digitais: análise tecnodiscursiva em perspectiva comparada", pelas trocas fundamentais.

Às mulheres negras, resistência e potência para a transformação do mundo.

A gente combinamos de não morrer.

Conceição Evaristo

RESUMO

SANTOS, Ana Cristina Andrade dos. *Discursos sobre o silêncio em torno de Djamila Ribeiro.* 2024. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho parte de uma perspectiva discursiva antirracista, decolonial, interseccional feminista, com o objetivo de estudar as práticas discursivas que giram em torno dos sentidos do silêncio analisados em uma seleção de textos da intelectual negra Djamila Ribeiro. Dessa forma, a teorização do silêncio remete às opressões sofridas pela população negra no Brasil, em especial pelas mulheres negras, que configuraram e estabeleceram uma relação de poder, de conflito, de disputa, que perpassa e tensiona as relações sociais no país e em todo o mundo até hoje. Falar sobre os sentidos do silêncio em Djamila Ribeiro constitui um tema que vai ao encontro de pensamentos de outras feministas negras, as quais propõem uma ruptura com autorizações discursivas hierarquizantes e opressoras (Ribeiro, 2019a). Djamila Ribeiro promove uma antigenealogia feminista e antirracista do silêncio quando referencia diferentes intelectuais negras, como Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, bell hooks, as quais, como ela, tentam se definir como enunciadoras de si mesmas para reivindicarem o direito à voz, à existência. Ao enunciar a partir do lugar social de uma intelectual negra, Ribeiro elabora o conceito de "lugar de fala" (Ribeiro, 2020b) para dar conta do espaço de enunciação ocupado por mulheres negras intelectuais na sociedade brasileira, representadas, dentre muitas outras, por Neusa Santos Souza, Beatriz Nascimento, Leda Martins e Lívia Natália e Cida Bento. Nessa direção, o silêncio imposto sistematicamente a esse grupo de pessoas é entendido como o silenciamento de sua existência (Ribeiro, 2019a). Sob a perspectiva da Análise do Discurso proposta pela pesquisadora e linguista Eni Orlandi (2015), o conceito de silêncio aponta para uma memória (interdiscurso), que se insere nos modos de dizer da intelectual Djamila Ribeiro. O silêncio, pensado a partir dos fundamentos de Orlandi, significa não um vazio, e sim uma forma de criação de sentido (Orlandi, 2007). O embasamento teórico do trabalho dar-se-á na área da Análise do Discurso (Orlandi, 2015; Maingueneau, 2004), da Análise Cartográfica do Discurso (Deusdará; Rocha, 2021) e da Análise do Discurso Digital (Paveau, 2020; 2021; Dias, 2018), os quais apresentam caminhos para se pensar nos efeitos de sentido do que se enuncia. A perspectiva metodológica é a análise discursiva de base enunciativa, com metodologia qualitativa. O córpus analisado são as obras de Djamila Ribeiro "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018) e "Lugar de fala" (2020); e "Eu me arrependo dos meus silêncios" (2019), publicado na coluna do *Jornal Folha de S. Paulo*, do qual Ribeiro é colunista. Também fazem parte do córpus da pesquisa as análises sobre silêncio em tuítes que referenciam a intelectual no X, antigo Twitter. Em conclusão, pensamos na importância de Djamila Ribeiro como intelectual negra do sul global que se coloca como enunciadora e que traz o silêncio da mulher negra para ser pensado como objeto de reflexão, inclusive para causar um efeito de memória discursiva, estabelecendo relações entre o passado e o presente do racismo e do sexismo no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave: Djamila Ribeiro; silêncio; feminismo negro; memória; análise do discurso; análise cartográfica do discurso; análise do discurso digital.

ABSTRACT

SANTOS, Ana Cristina Andrade dos. *Discourses on silence around Djamila Ribeiro.* 2024. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This study adopts an anti-racist, decolonial, intersectional, and feminist perspective to examine the discursive practices surrounding the meanings of silence, as analyzed in a selection of texts by afro-Brazilian intellectual Djamila Ribeiro. The theorization of silence relates to the oppression endured by the Afro-diasporic population in Brazil, particularly Black women, which has shaped and established power relations, conflicts, and disputes that permeate and challenge social relationships in Brazil and globally to this day. Exploring the meanings of silence in Djamila Ribeiro's work aligns with the thoughts of other Black feminists, who propose breaking away from hierarchical and oppressive discursive authorizations (Ribeiro, 2019a). Ribeiro advances a feminist and anti-racist "antigenealogy" of silence by referencing various Black intellectuals, including Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, and bell hooks. Like Ribeiro, these thinkers strive to define themselves as their own narrators, claiming their right to voice and existence. Speaking from her social position as an afro-Brazilian intellectual, Ribeiro develops the concept of "lugar de fala" (Ribeiro, 2020b) to address the enunciative space occupied by Black women intellectuals in Brazilian society, represented by figures such as Neusa Santos Souza, Beatriz Nascimento, Leda Martins, Lívia Natália, and Cida Bento, among others. In this context, the systemic silencing of this group is understood as the erasure of their existence (Ribeiro, 2019a). From the perspective of Discourse Analysis proposed by researcher and linguist Eni Orlandi (2015), the concept of silence points to a memory (interdiscourse) that is embedded in the ways of speaking of Djamila Ribeiro. Silence, as conceived by Orlandi, signifies not an absence but a form of meaning-making (Orlandi, 2007). The theoretical foundation of this work is grounded in Discourse Analysis (Orlandi, 2015; Maingueneau, 2004), Cartographic Discourse Analysis (Deusdará; Rocha, 2021), and Digital Discourse Analysis (Paveau, 2020; 2021; Dias, 2018), which provide avenues for reflecting on the effects of meaning in what is enunciated. The methodological approach involves enunciative discourse analysis with a qualitative methodology. The corpus analyzed includes Djamila Ribeiro's works *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018) and *Lugar de fala* (2020), as well as her essay *Eu me arrependo dos meus silêncios* (2019), published in her column in *Folha de S. Paulo*. The corpus also encompasses analyses of silence in tweets referencing Ribeiro on X (formerly Twitter). In conclusion, this study underscores the importance of Djamila Ribeiro as an Afro-Brazilian intellectual from the Global South, who positions herself as an enunciator and brings the silencing of afro-Brazilian women into focus as a subject of reflection. Her work triggers reflections on discursive memory, establishing connections between the past and present of racism and sexism in Brazil and Latin America.

Keywords: Djamila Ribeiro; silence; black feminism; memory; discourse analysis; cartographic discourse analysis; digital discourse analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Tabela histórica de tuítes sobre Djamila Ribeiro 73

Gráfico 2 – Hashtags mais frequentes em tuítes sobre Djamila Ribeiro 74

Gráfico 3 – Nomes de usuários em tuítes sobre Djamila Ribeiro 78

Figura 1 – Nuvem de palavras com termos mais frequentes sobre Djamila Ribeiro 79

Figura 2 – Imagem retirada da plataforma X, em que a usuária reverencia a artista Zezé Motta e parabeniza a filósofa pelo texto 82

Figura 3 – Postagem sobre o livro “O que é lugar de fala?”, obra da autora Djamila Ribeiro 83

Figura 4 – O tema silenciamento na obra “Quem tem medo do feminismo negro?” (2018) é anunciado no tuíte 84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. NÃO, O SILÊNCIO NÃO É O RESTO DA LINGUAGEM! 10

1 **O "EU" EM DJAMILA RIBEIRO: O SILÊNCIO EM "QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO?"** 33

1.1 **Feminismo negro em Neusa Santos Souza e Beatriz Nascimento** 45

1.2 **Memória e consciência em Lélia Gonzalez** 51

2 **PAISAGENS DISCURSIVAS SOBRE "LUGAR DE FALA": ANTIGENEALOGIAS FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS** 55

2.1 **Sobre antigenealogias criadas por Djamila Ribeiro: paisagens conceituais** 55

2.2 **Silêncio e memória como dispositivos de análise** 59

2.3 **Intelectuais escreviventes: enegrecendo os estudos literários – Lívia Natália** 63

3 **CONTRAPÚBLICOS ANTIRRACISTAS E COMUNIDADES DISCURSIVAS EM TORNO DE DJAMILA RIBEIRO NO X (ANTIGO TWITTER): SILÊNCIO, MEMÓRIA, POLÍTICA E RESISTÊNCIA** 68

3.1 **Horizontes teórico-críticos em torno de Djamila Ribeiro** 68

3.2 **Metodologia, procedimentos e análise: quem tem medo de Djamila Ribeiro?** 72

3.3 **Análise dos tuítes sobre silêncio em torno de Djamila Ribeiro** 82

CONSIDERAÇÕES FINAIS 86

REFERÊNCIAS 88

INTRODUÇÃO. NÃO, O SILÊNCIO NÃO É O RESTO DA LINGUAGEM!

Esta pesquisa parte de uma perspectiva discursiva antirracista, decolonial, interseccional, feminista, com o objetivo de investigar os discursos sobre o silêncio/silenciamento que giram em torno da filósofa Djamila Ribeiro (1979-) e de como a problematização do silenciamento pode produzir diferentes efeitos de sentido (Orlandi, 2007) nos dizeres de uma intelectual mulher negra do Sul Global. Ribeiro está inserida no campo de debates sobre raça, gênero, feminismo negro, memória e sobre a herança colonial do Brasil, que ainda produz tensões e conflitos sociais, principalmente no que diz respeito ao racismo e ao sexismo, em uma sociedade que vivencia o "mito da democracia racial" (Gonzalez, 1984, p. 228), dado que a população negra ainda sofre consequências do colonialismo, manifestado na dinâmica de nossa sociedade, que enfrenta desafios e conflitos perpassados por essas opressões. Daí que o termo "democracia racial" precise ser pensado em uma perspectiva discursiva, pois o efeito de sentido do termo é atravessado pela produção linguageira, que institui a linguagem como cocriadora de sentidos, que caminha junto das práticas sociais. Ou seja, que tipo de sociedade seria essa em que a democracia continua perpassada pelo racismo e pelo sexismo?

Djamila Taís Ribeiro dos Santos, brasileira nascida em Santos, São Paulo, em 01 de agosto de 1980, é filha de Erani Benedita dos Santos e de Joaquim José Ribeiro dos Santos, ambos falecidos. Sua mãe trabalhou como empregada doméstica, assim como sua avó materna, Antônia Bueno dos Santos, a qual (junto com sua filha Thulane) resulta em uma figura fundamental em seus textos, sendo o livro "Cartas para minha avó" (2021) dedicado a esse afeto fundamental em sua vida. Seu pai foi estivador no porto de Santos, "autodidata e militante comunista e do movimento negro" (Ribeiro, 2018, p. 14), o qual valorizava os estudos e investia na educação formal dos filhos. Ribeiro estudou no Colégio Moderno dos Estivadores, em Santos, concluiu o bacharelado em Filosofia em 2012 e o mestrado em Filosofia Política em 2015, ambos pela Unifesp - Universidade Federal de São Paulo, *campus* Guarulhos. Djamila Ribeiro foi Secretária-Adjunta de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo, em 2016, e, em 2022, passou a ocupar a cadeira nº 28 da Academia Paulista de Letras. É conselheira da Fundação Padre Anchieta, da Pinacoteca de São Paulo e do Fundo Patrimonial da USP, além de colunista do jornal *Folha de S. Paulo*. Suas publicações "Lugar de Fala"

(2020), “Quem tem medo do Feminismo Negro?” (2018), “Pequeno manual antirracista” (2019) e “Cartas para minha avó” (2021) giram em torno, sobretudo, da temática racial. Atualmente, leciona como professora convidada da New York University (NYU). Em parceria com a Editora Jandaíra, coordena a coleção Feminismos Plurais, a qual investe na produção de autoras negras e autores negros.[1]

A ensaísta popularizou o conceito de “lugar de fala” por meio de sua obra “O que é lugar de fala?”, publicada em 2017 pela Coleção *Feminismos Plurais*. No livro, a urgência é refletir sobre o lugar social de quem fala, ou seja, quais são as interseções de raça, gênero e condição socioeconômica que interferem nos modos de existir e enunciar no Brasil. A partir da identificação desse lócus social e das interfaces opressoras, torna-se possível entender como se opera a tentativa de deslegitimação de vozes subalternizadas no Brasil, que pode ser traduzida também como silenciamento.

> As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz [*sic*] com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços [...]. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência (Ribeiro, 2020b, p. 63-64).

A pensadora entende o “lugar de fala” como um marcador social, um conceito que determina hierarquias e, consequentemente, invisibiliza saberes, existências de grupos marginalizados, como o de pessoas negras. O conceito tem suscitado muitos debates em diversos campos de saber. Em resenha da *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Mendonça e Albuquerque (2020) discutem o conceito: “Erroneamente confundido com representatividade, não diz respeito a quem pode ou não falar sobre quais assuntos, mas

[1] Disponível em: https://www.djamilaribeiro.com.br/biografia-djamila-ribeiro/.

quais localizações sociais autorizam ou desautorizam à voz, promovendo, assim, a propagação ou o silenciamento de conhecimentos" (Mendonça e Albuquerque, 2020, p. 561). O conceito muitas vezes é entendido como sinônimo de representatividade, e Ribeiro (2020) explica o equívoco:

> Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. [...] Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos [*sic*] (Ribeiro, 2020b, p. 82-83).

Ribeiro atualiza o conceito e afirma que todos podem falar de seus lugares sociais, inclusive os que fazem parte de grupos hegemônicos, como por exemplo homens brancos cisgênero. Por essa razão, é significativo que reflitam sobre si mesmos e sobre suas identidades. Quanto à origem do termo "lugar de fala", a autora afirma que

> (...) é imprecisa, acreditamos que este surge a partir da tradição de discussão sobre *feminist standpoint* – em uma tradução literal "ponto de vista feminista" – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. As reflexões e trabalhos gerados nessas perspectivas, consequentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva. Porém, é extremamente possível pensá-lo a partir de certas referências que vêm questionando quem pode falar (Ribeiro, 2020b, p. 57).

Tendo em vista a problematização do conceito de "lugar de fala" e considerando as implicações do racismo estrutural no Brasil (Almeida, 2019), uma mulher negra falar o que pensa atravessa hierarquias e interrompe o regime de autorização discursiva, pois, na acepção foucaultiana adotada por Ribeiro em sua obra (2020), discursos não são entendidos como uma sequência de palavras ou frases que significam, e sim como uma estrutura que habita o imaginário social, de poder e controle (Ribeiro, 2020b, p. 54-55). Daí que o conceito "lugar de fala" se traduz em um debate em torno de estruturas sociais que privilegiam ou não determinados grupos, ou seja, como, a partir de um localizador social, indivíduos têm acesso a mais ou menos oportunidades.

A partir das colocações sobre o conceito de “lugar de fala”, ou seja, quem e de que lugar se fala, entendemos que o silêncio e seus sentidos estabelecem uma relação com a história de opressão experimentada pelas mulheres negras, no Brasil. O silêncio é atravessado também pela memória, a qual Orlandi (2015) entende como interdiscurso, ou seja, como aquilo já dito e que sustenta os dizeres de Djamila Ribeiro. Entendemos a memória como um conceito que se refere a dizeres que recuperamos de outro momento da fala, de outro lugar. Quando Ribeiro traz o silêncio nos seus textos, traz à memória o contexto sócio-histórico de opressão e silenciamento aos quais mulheres negras foram submetidas. Eni Orlandi define como “memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (Orlandi, 2015, p. 29). Nessa direção, a memória, aquilo que se recupera no ato da enunciação e que emerge no discurso, é entendida como interdiscurso. Esse dispositivo concede ao falante dizeres que o afetam em determinadas situações comunicativas.

A linguista coloca o silêncio como fundante (isto é, ele vem primeiro, antes das palavras) e comenta que ele foi relegado a um lugar sem importância, “o resto da linguagem” (Orlandi, 2007, p. 12), quando, na verdade, há muito significado no silêncio. Em sua obra, a pesquisadora procura “indicar as várias pistas pelas quais alcançamos esse princípio da significação: o silêncio como fundador. Paralelamente, aprofundamos a análise dos modos de apagar sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido onde ele mostra algo que é ameaça” (Orlandi, 2007, p. 14). Desse modo, podemos pensar em ameaça como um dos efeitos de sentido do silêncio em e sobre a filósofa Djamila Ribeiro. O fato de ser uma enunciadora negra já bastaria para desestabilizar a hegemonia, no entanto Ribeiro vai além e questiona os modos pelos quais a sociedade brasileira ainda insiste em silenciar vozes subordinadas, como as de mulheres negras, em um contexto racista e sexista.

As palavras dizem, mas também apresentam lacunas, algo que não foi mencionado. Elas silenciam e ocultam muitos significados, havendo sempre o não-dito, que é permeado por sentidos. Diante desse entendimento, o tema silêncio/silenciamento se situa na emergência da enunciação, de se pensar o ato de falar como contra-hegemônico quando parte de um grupo de pessoas subalternizadas, ou seja, mulheres negras que se colocam, que intervêm através da fala, na busca por direitos e pela humanidade negados há séculos.

Para as análises dos sentidos do silêncio nos dizeres de Ribeiro, a opção pela perspectiva da Análise Cartográfica do Discurso possibilitou o mapeamento da produção de um córpus que não havia sido pensado. A perspectiva cartográfica aponta para a implicação do sujeito na pesquisa, como aquele que intervém e resulta afetado. Assim, o projeto inicial,

apresentado ao Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ em 2022, pretendia analisar discursos de ódio estruturados para silenciar Djamila Ribeiro e outras intelectuais feministas negras, nas redes sociais. Embora esses discursos de ódio tenham sido confirmados pela pesquisa prévia e o trabalho fosse de grande relevância, houve um deslocamento de interesses e um novo córpus foi sendo construído, para explorar não os discursos silenciadores, mas as formas pelas quais Ribeiro, como mulher negra, explora o silêncio ao interior dos seus textos. Dessa forma, partiu-se dos textos da autora para observar a recorrência da palavra "silêncio" e de outras do mesmo campo semântico. Na Introdução do livro "Quem tem medo do feminismo negro?" (Ribeiro, 2018), a pensadora reflete sobre a citação "Nunca fui tímida, fui silenciada", dita pela repórter Monique Evelle. Ribeiro argumenta que a frase a marcou e que a fez compreender o que esse silêncio significava quando iniciou os estudos sobre o feminismo (Ribeiro, 2018, p. 26). Nessa direção, a filósofa entendeu que precisava visibilizar as vozes de autoras negras ainda desconhecidas do grande público.

Esta pesquisa, então, foi afetada pelos dizeres de Djamila Ribeiro, quando se referia a silêncios/silenciamentos da mulher negra, fazendo com que um novo córpus fosse pensado. Daí que a cartografia permite o avanço da investigação, pois incide diretamente na prática do analista, "igualmente submetido às forças que constrangem a produção de lugares sociais" (Deusdará; Rocha, 2021, p. 198). Para os professores e pesquisadores da UERJ Bruno Deusdará e Décio Rocha, pesquisar e intervir são percursos inseparáveis, ou seja, no momento em que o pesquisador ou a pesquisadora são implicados na história, atuam como cartógrafos, pois traçam planos à medida que são afetados e impactados pela própria pesquisa. Dessa forma, propomos traçar uma cartografia dos discursos em torno do silêncio em textos escritos por Djamila Ribeiro, pensando esses discursos como "objetos teóricos, construídos a partir da correlação entre os textos e o entorno sócio-histórico" (Deusdará; Rocha, 2021, p. 29). Isso significa que os sentidos do silêncio mapeados nos textos da pensadora Djamila Ribeiro apresentam uma relação indissociável e simultânea entre o linguageiro e o contexto social (Deusdará; Rocha, 2021, p. 52), entre o que Ribeiro diz sobre o silêncio e as implicações sociais que circunscrevem os seus dizeres na sociedade brasileira atual.

Tomamos as palavras "silêncio" e "silenciamento" e seus sinônimos para darmos conta, em primeiro lugar, da exploração de sua emergência, como item lexical na discursividade dos textos de Ribeiro. Em segundo lugar, para compreendermos como a menção do silenciamento e seus sentidos, nos textos de Ribeiro, permite denunciar a imposição, ao não se visibilizar produções de mulheres negras, e os modos de apagamento desses trabalhos na academia.

No capítulo 1 desta dissertação, que trata da subjetividade da ensaísta, através da busca desses termos no livro "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018), foram analisados os itens lexicais "silêncio" e "silenciamento", e expressões sinônimas, em uma perspectiva discursiva. Ao mesmo tempo, investimos na busca pelas suas significações no discurso, entendendo que a palavra não opera e não significa sozinha. Com ela, emergem sentidos outros, para além do linguístico, campo de investigação do(a) analista do discurso, que busca "compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história" (Orlandi, 2015, p. 13). Nessa direção, a pesquisa assume a palavra como parte constitutiva da realidade, ou seja, quando Ribeiro menciona o campo léxico do silêncio, está implicada nas suas experiências de vida como mulher negra.

Na contramão do que afirma o senso comum, que o silêncio ocupa um lugar de inexistência, de falta, entendemos, acompanhando a linguista Eni Orlandi, que ele não é esse "vazio sem história" (Orlandi, 2007, p. 23). Pelo contrário, o silêncio significa e possui caráter fundador, porque sempre se diz a partir dele (Orlandi, 2007, p. 23). A máscara imposta à Anastácia, mulher negra escravizada, é um exemplo de como o silêncio pode ser opressor, através da imposição, da violência.

Em outra direção, o silêncio também é entendido como um direito. Ribeiro medita e é mestre em reiki (Ribeiro, 2023), portanto, o silêncio é fundamental ao seu autocuidado, em diversas dimensões, inclusive a espiritual. Segundo Orlandi, dentro da perspectiva do discurso religioso, "o homem precisa desse lugar, desse silêncio, para colocar uma sua fala [*sic*] específica: a de sua *espiritualidade*" (2007, p. 28). Daí esse outro sentido do silêncio nos dizeres da filósofa, o de relaxamento, autoconhecimento, contemplação, conexão com o divino em que acredita, ou seja, o silêncio humanizado, como um direito no que se refere ao amor-próprio, especialmente para mulheres negras:

> Essa é uma ideia nociva porque naturaliza uma força descomunal das mulheres, sem refletir por que temos de ser guerreiras, sobretudo, no caso da mulher negra. Tem que ser forte, porque a sociedade é desigual, porque há imposição de uma série de papéis para a gente. E isso acaba tirando nosso lugar de ser humano. Muitas vezes, a gente só quer ser humano e poder dizer que está cansada, que está triste; se as pessoas naturalizam esse lugar da guerreira, quando a gente reclama de alguma coisa, dizem: "Ah, mas vocês são fortes". E assumir nossas fraquezas e fragilidades faz parte. Atrás dessa figura de guerreira, existem muitos homens descansados (Ribeiro, 2022).

Se o Estado é omisso, essas mulheres precisam reunir forças para sobreviver, renunciando ao direito de sentir, de ser. Não são "guerreiras" nem fortes, são pessoas

abandonadas, sobrecarregadas em suas funções, conjugando o racismo e o sexismo na mesma figura.

Como parte da revisão de bibliografia, foi feita uma busca bibliográfica sobre o silêncio em Djamila Ribeiro nas plataformas de periódicos Capes e SciELO, e foram encontrados três artigos. O primeiro analisa a memória geracional na obra "Cartas para minha avó", de Djamila Ribeiro, publicado em 2021, desde a perspectiva da crítica literária (Bernd, 2022). A autora chega à conclusão de que o trabalho da memória ressignifica o legado deixado pela avó de Ribeiro: a partir da memória familiar, é possível se criar caminhos para repensar a própria identidade de Djamila Ribeiro como mulher negra (Bernd, 2022). O segundo artigo, sob a perspectiva da Análise do Discurso, tematiza o silêncio/silenciamento, o racismo e a exclusão em ambientes organizacionais, tomando os textos da filósofa como ferramentas teóricas e não como objetos da pesquisa (Menezes; Mendes, 2023). Nesse trabalho, os autores concluem que a academia e as organizações devem se ocupar de políticas antirracistas, por meio do combate ao silêncio cúmplice em situações vivenciadas por pessoas negras em ambientes organizacionais (Menezes; Mendes, 2023). O terceiro trabalho apresenta reflexões teóricas sobre a obra "Lugar de fala" (Ribeiro, 2020b), em que reflete sobre a mulher negra como sujeito discursivo e a sua relação com o conceito de "lugar de fala" (Mira; Oliveira; Brito; Guaraldo, 2021). Por meio de pesquisa bibliográfica sobre as teorias de análise do discurso e a obra "O que é lugar de fala*?*", o artigo argumenta que os impactos do racismo nas mulheres negras afetam suas posições como sujeitos discursivos (Mira; Oliveira; Brito; Guaraldo, 2021). Embora os três artigos pesquisados dialoguem sobre silêncio, apresentam perspectivas diferentes das que tomamos. Nesse caso, faremos uma pesquisa sobre o silêncio em Djamila Ribeiro sob a perspectiva da Análise Cartográfica do Discurso (Deusdará; Rocha, 2021), a qual apresenta pistas para o cartógrafo mapear e (re)constituir seu córpus:

> Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento a linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias (Deusdará; Rocha, 2021, p. 202 apud Rolnik, 1989[2007], p. 23).

Inspirados em Rolnik (1989[2007]) e de acordo com essa implicação e afetação que operam no cartógrafo, os pesquisadores Deusdará e Rocha optam por falar em perspectiva cartográfica, e não em método, pois entendem que o horizonte do pesquisador é articular seu conhecimento com a sua prática investigativa (Deusdará; Rocha, 2021, p. 203).

Seguindo as trilhas da cartografia, o objetivo geral deste trabalho é mapear, no córpus da pesquisa, as narrativas sobre silêncio/silenciamento em torno da filósofa Djamila Ribeiro. Intentamos problematizá-los e compreender como se constroem através de procedimentos linguísticos e discursivos. Também serão observados em que momentos da enunciação esses termos emergem. Os objetivos específicos incluem: 1. Analisar o discurso sobre o "eu" em Djamila Ribeiro e o silêncio; 2. Investigar o discurso sobre o silêncio como antigenealogia feminista e antirracista e 3. Explorar os sentidos do silêncio nos discursos digitais sobre Djamila Ribeiro. A partir dessas análises, mobilizaremos os diversos sentidos do tema silêncio/silenciamento, para, a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e decolonial, e da cartografia do discurso (Rocha; Deusdará, 2021), reafirmar o poder da linguagem como intervenção (Rocha, 2014).

Identificamos como problema da pesquisa o modo como os discursos de e sobre Djamila Ribeiro mobilizam os diferentes sentidos do silêncio na perspectiva da Análise Cartográfica do Discurso (Rocha; Deusdará, 2021). A hipótese a ser investigada remete aos sentidos do silêncio analisados nos textos da e sobre a filósofa que apontam para a memória do passado e do presente de opressões sofridas pelas mulheres negras, cujo lugar social é afetado pelas hierarquias sociais hegemônicas, de caráter tipicamente excludente.

O córpus da pesquisa se detém sobre os livros "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018) e "Lugar de fala" (2020). Também faz parte do córpus o texto "Eu me arrependo dos meus silêncios" (2019), publicado em sua coluna no jornal online da *Folha de S. Paulo.* Além desses, serão analisadas postagens do X (antigo Twitter) que mencionam os termos "silêncio" e/ou "silenciamento" em tuítes de e sobre Djamila Ribeiro no marco histórico-temporal entre 2009 e 2022.

Perspectivas teóricas e minha implicação

A relação da memória das mulheres negras com o silêncio é confluente, conectada, e será analisada no marco teórico que diz respeito ao feminismo negro (Carneiro, 2019; Gonzalez, 1984; 2018; 2020) e à interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2021), à Análise do Discurso (Deusdará; Rocha, 2021; Orlandi, 2015; Maingueneau, 2004) e à Análise do Discurso Digital (Paveau, 2020; 2021; Dias, 2018), que nortearão os caminhos dos sentidos dos silêncios mapeados nas narrativas da filósofa no córpus da pesquisa. Essas perspectivas teóricas serão detalhadas à continuação.

O território em que se situa este trabalho se detém sobre os textos em que Ribeiro aborda sua relação com o silêncio ou o silenciamento. Como filósofa e ativista, a autora tem se empenhado na luta antirracista e a favor do feminismo negro. Suas obras apresentam grande relevância por tratarem de assuntos que dizem respeito à colonização brasileira e de como isso ainda impacta as relações sociais no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a memória emerge como dispositivo significativo quando se trata de racismo estrutural (Almeida, 2019). À continuação, desenvolvemos o marco teórico dos estudos da memória e sua relação com o silêncio no feminismo negro e na Análise do Discurso.

Toda produção parte de um lugar de afeto, isto é, de alguma inquietação sentida. Ler, pela primeira vez, as obras "O que é lugar de fala" (2017) e "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018) durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19, em 2020, quando tive o privilégio de permanecer em casa, pela primeira vez, foi um mergulho profundo no passado de opressão que insiste em se repetir no Brasil e que também faz parte da minha história. Começar a entender que o lugar de fala é, sobretudo, a representação de um lócus social possibilitou o entendimento sobre o meu próprio lugar, ou seja, o de mulher negra, em uma sociedade racista e sexista, que nos silencia e nos tira o direito de ser.

Ao ingressar na graduação em Letras, no Instituto de Letras desta Universidade, em 1997, com 20 anos, acessei um espaço de saber privilegiado, onde estudei grandes pensadores e pensadoras do Brasil. No entanto, sentia uma lacuna, algo que hoje traduzo como silenciamento, no que se refere à invisibilidade da produção de autoras negras na academia e à própria ausência de docentes negros e negras na Instituição. Naquele momento, eu trabalhava durante o dia como secretária, em um escritório de representações comerciais, sendo o meu primeiro emprego formal, com carteira assinada, grande preocupação de quem não é herdeiro. Minha preferência pela UERJ se deu por ser próxima ao escritório e à minha residência, mas principalmente pelo fato de haver o curso noturno, o que me possibilitou continuar trabalhando.

Há uma cena do livro "Quem tem medo do feminismo negro?" (Ribeiro, 2018), em que a ensaísta Djamila Ribeiro lembra do racismo que sofreu, disfarçado de benevolência, quando lhe foi oferecido um emprego de auxiliar de serviços gerais (Ribeiro, 2018, p. 15-16). Em circunstância diferente, mas que guardava alguma semelhança com a experiência de Ribeiro, ao ler esse trecho do livro, lembrei-me de um episódio. Na entrevista de emprego para o cargo de secretária do escritório, o dono da empresa, um homem branco, perguntou-me, ao final da entrevista, se eu me incomodaria de também fazer a limpeza do local sem mencionar se eu receberia ou não alguma gratificação. Eu tinha 18 anos e, como não tinha experiência profissional e queria muito o emprego, aceitei, mas não comentei com ninguém sobre esse

episódio. Experimentei um incômodo naquele momento e que permaneceu durante os três anos em que ali trabalhei. Não sabia identificar o que era, mas sentia, de alguma forma, que muitos assombros estavam silenciados em mim: por não ter recusado a "oferta", assim como o fez a funcionária branca que me substituiu, já que a função era administrativa; por ter aceitado e não ter exigido o pagamento pelo trabalho extra; por não identificar as práticas opressora, racista e sexista às quais fui submetida; e por não relatar a situação à minha família. Todo esse silenciamento já apontava para algo que estaria "fora da ordem"...

Grada Kilomba, no capítulo "Racismo genderizado", da sua obra "Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano" (2019), anuncia uma experiência perturbadora que dialoga com a de Ribeiro e com a minha, a respeito do olhar colonizador sobre os nossos corpos.

> Quando tinha entre 12 e 13 anos, fui ao médico por causa de uma gripe. Após a consulta, ao me dirigir à porta, ele, de repente, me chamou. Ele estivera olhando para mim, e disse que havia tido uma ideia. Ele, sua esposa e dois filhos, de aproximadamente, 18 e 21 anos, estavam indo viajar de férias. Haviam alugado uma casa no sul de Portugal, em algum lugar no Algarve, e ele estava pensando que eu poderia ir com eles. O médico então propôs que eu cozinhasse as refeições diárias da família, limpasse a casa e eventualmente lavasse suas roupas. "Não é muito", disse ele, "alguns shorts, talvez uma camiseta e claro, nossas roupas íntimas!". Entre essas tarefas, ele explicou, eu teria tempo suficiente para mim. Eu poderia ir à praia "e fazer o que você quiser", insistiu. Ele tinha máscaras africanas decorando o outro lado do consultório, eu devo ter olhado para elas. "Elas são de Guiné-Bissau!", disse ele. "Eu trabalhei lá… como médico". Olhei para ele, calada. Eu realmente não me lembro se fui capaz de dizer algo. Acho que não. Mas me lembro de sair do consultório em um estado de vertigem e de vomitar, após ter me distanciado de lá algumas ruas, antes de chegar em casa. Estava diante de algo irracional (Kilomba, 2019, p. 93).

Esse excerto aponta para a arquitetura do racismo e do sexismo que atravessam o cotidiano da mulher negra em todo o mundo. A irracionalidade da cena à qual Kilomba se refere é atualizada porque toda a construção social, imagética e sensorial, ainda insiste na figura da mulher ou da menina negra como subservientes ao homem branco, ao dominador, aquele que possui o poder socioeconômico e que, por essa razão, entende que deve ser servido, entrelaçando o passado e o presente de opressão. Em todas as três experiências relatadas, um homem branco naturalizou as práticas racistas e sexistas, fruto de um projeto que desumaniza e fratura as existências de um grupo sem privilégios, impedindo o avanço de pautas civilizatórias.

Eu precisaria de muitas leituras que pudessem me explicar essa sensação de mal-estar que me envolvia toda vez que limpava o lugar. Daí o convite de Ribeiro à leitura de autoras negras, "respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por

outras lentes e geografias da razão" (Ribeiro, 2018, p. 27). Esse foi um hiato importante na minha formação acadêmica, o de não ter acessado uma linha da produção de autoras negras durante os 4 anos de bacharelado e mais um de licenciatura, o que teria me possibilitado o entendimento sobre as violências a que essas mulheres estão sujeitas, a partir de suas autodefinições.

Após 26 anos, retornei a esta Universidade, como mestranda, com um projeto que pensava a produção de Djamila Ribeiro como uma intelectual negra brasileira e sua importância no cenário social do Brasil e do resto do mundo. Eu e Djamila Ribeiro guardávamos algumas identificações, comuns a mulheres negras, como uma constante sensação de não pertencimento na vida. Na arguição do projeto de admissão, senti necessidade de contar um pouco da minha história com a UERJ, no entanto fui interrompida por uma das professoras da banca. Ela estava interessada nos objetivos do projeto, de sua aplicação, mas não no que eu tinha a dizer sobre as minhas implicações na pesquisa. A sua atitude ajudou a reproduzir um comportamento de exclusão ao me silenciar, isto é, aquela lacuna prévia de 26 anos atrás ainda é uma sombra na e da sociedade brasileira, incluindo a academia. Após muitos debates e leituras em participações nos grupos de pesquisa "Laboratório de Humanidades Digitais" e "Observatório das Intelectuais Mulheres Hispano-americanas em Plataformas Digitais: análise tecnodiscursiva em perspectiva comparada", ambos do Instituto de Letras da UERJ e coordenados pela docente e pesquisadora Alejandra Judith Josiowicz, pude ter acesso a pensadoras negras que explicam como o caráter opressor se instaura na sociedade. Assim, comecei a compreender o que aconteceu comigo, com Djamila Ribeiro, Grada Kilomba e tantas outras mulheres negras.

Em outro episódio, ainda na graduação, construí muitos laços de afeto com outras mulheres, todas brancas e apenas uma negra. Eu e uma dessas amigas, que era branca, combinamos de estudar juntas para uma prova, matéria que eu dominava um pouco mais. Algum tempo depois, essa amiga ganhou um convite para uma festa em um bairro nobre do Rio Janeiro e decidiu oferecê-lo a outra amiga em comum, também branca, que passava por um término no relacionamento e estava fragilizada. Naquele instante, o sentimento de não pertencimento ressurgiu e a confirmação de ser útil apenas para servir, e não para estar em espaços privilegiados ou compartilhar momentos de prazer e alegria. Além do fato de a mulher branca, na figura da amiga convidada para o evento, ser vista sempre como frágil e necessitada de afeto. Djamila Ribeiro anunciou outra pauta importante sobre o projeto de exclusão de pessoas negras por parte de pessoas brancas:

> Nos anos 1990, em sua tese de doutorado defendida na USP, Maria Aparecida Bento, mais conhecida como Cida Bento**,** cunhou a expressão "pacto narcísico da branquitude" — um acordo silencioso entre pessoas brancas que se contratam, se premiam, se aplaudem, se protegem. Narciso era um jovem caçador e se achava tão belo que só conseguiu se apaixonar pela própria imagem. A sacada de Cida Bento em trazer Narciso para pensar a branquitude nos oferece um horizonte de possibilidades. No reflexo narcísico, pessoas brancas vivem num mundo onde sua imagem é representada de forma avassaladora. Na televisão, nos jornais, nas redações, na Oscar Freire, no Leblon, nos círculos de elite das cidades do interior, nas festas coloniais na Bahia, a cor é branca e isso não choca. Aliás, isso sequer é questionado, ao passo que quando uma pessoa negra altiva entra no recinto "que não lhe pertence" passa a ser notada por todos, muitas vezes com exotização, muitas vezes com incômodo. "Uma metáfora interessante, não é? A negritude é sempre vista, mas é ausente. A branquitude nunca se vê, mas está sempre presente", escreveu Grada Kilomba, pensadora negra portuguesa (Ribeiro, 2019b).

No texto, Ribeiro ilumina outra pensadora negra, Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida Bento, doutora em Psicologia pela USP, Conselheira do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), também colunista do jornal *Folha de S. Paulo*. Cida Bento (2022) defendeu em sua tese, em 2002, a existência do "pacto narcísico da branquitude", um acordo entre pessoas brancas, que excluem pessoas negras do grupo privilegiado. Ribeiro explica que, "em nome do pacto narcísico, apaga-se o que não é branco" (Ribeiro, 2019b), ou seja, tudo o que não é refletido no espelho é questionado e rejeitado.

Na contracapa do livro "O Pacto da Branquitude" (2022), Bento diz: "É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse" (Bento, 2022). Entendemos que brancos pactuam entre si, em silêncio, como um acordo já instaurado, que não precisa ser enunciado, para que, na condição de superioridade, mantenham seus privilégios de toda ordem, inclusive o afetivo.

O lugar social da mulher negra é sempre associado à subalternidade, marcado por poucas oportunidades de ganhos materiais ou de prestígio e afetivos. Em "O que é lugar de fala?" (2020), Ribeiro questiona a falta de legitimidade do pensamento desse grupo e provoca o leitor a refletir sobre em que espaços as pessoas negras estão inseridas, qual seu lugar de fala (Ribeiro, 2020b, p. 63). Ao entender discurso como modo de poder e controle, acompanhando Foucault (Ribeiro, 2020b, p. 55), Ribeiro explica que, a depender do lugar de fala, do lugar social de quem fala, pessoas terão mais ou menos privilégios.

Em entrevista à BBC Brasil (2018), a intelectual negra Conceição Evaristo refuta a ideia de meritocracia, constantemente associada a esforço pessoal, apenas.

> BBC Brasil - O movimento negro combate o discurso da meritocracia. A senhora conseguiu estudar a duras penas, tendo que trabalhar como babá, faxineira, vendedora de revistas quando jovem. O quão difícil foi?
> Evaristo - O discurso da meritocracia e os exemplos de pessoas negras que acabam se constituindo em uma exceção são perigosos. Porque cria-se esse imaginário de que, se a pessoa estudar, trabalhar, se esforçar, ela consegue. Isso é mentira.
> Conheço várias pessoas que estudaram, trabalharam, lutaram e não conseguiram. Ficaram pelo caminho. Esse discurso passa a impressão de que as pessoas que não conseguem são preguiçosas. Não é isso. É um esforço sobre-humano.
> E, sem sombra de dúvida, eu queria ter conseguido as coisas com muito mais facilidade. Volto a falar: Eu tenho 71 anos. 71 anos não são 71 dias. É claro que estou feliz com o reconhecimento, mas essas conquistas se dão depois de muito tempo de luta. Podia ter sido um pouquinho mais fácil (Evaristo, 2018).

Evaristo traz sua experiência, marcada por dificuldades presentes na vida de pessoas negras. Apesar de se reconhecer como exceção, tendo conseguido reconhecimento de sua produção, a escritora questiona o tempo que se levou para atingi-lo. O tempo, então, surge como mais um dificultador para mulheres negras, em particular, porque muitas delas precisam adentrar o mercado de trabalho precocemente, além de serem sobrecarregadas com funções domésticas ou de cuidados, dificultando ou impedindo a continuidade de seus estudos. Na sociedade brasileira, o tempo privilegia mulheres brancas e homens, possibilitando mais escolhas a esse grupo e cobrando mais celeridade nos empreendimentos da mulher negra.

Ao falar sobre o tempo, pensamos na sua relação com o ensaio *"*Performances do Tempo Espiralar: poéticas do corpo-tela" (2021), da poeta, ensaísta, dramaturga e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Leda Maria Martins. Nasceu no Rio de Janeiro em 1955 e configura-se como intelectual importante para a cultura brasileira, principalmente no que diz respeito aos saberes africanos. Na própria UFMG, concluiu sua graduação em Letras. Depois, concluiu o mestrado em Master of Arts, pela Indiana University, e o doutorado em Estudos Literários, pela UFMG, além de possuir pós-doutorados em dramaturgia.

No ensaio, a intelectual apresenta um texto que pode ser lido como coreografia sobre os povos afro-diaspóricos e também como performance, para possibilitar reflexões sobre o tempo, o corpo e a ancestralidade. Os corpos negros são apresentados como os estandartes da memória de seus antepassados, como aqueles que cantam e dançam em rituais de celebração para recordar a África (Martins, 2002, p. 70). Conforme a Cena 2 descrita no ensaio, "Não há lugar achado sem lugar perdido. Casam-se além as falas de um lugar no encontro da memória com a matriz" (apud Ruy Duarte, p. 69), a África e sua magnitude são recuperadas pelos sujeitos de lá sequestrados, imprimindo em seus corpos formas e desenhos que impedem o apagamento de suas raízes ancestrais, como resistência nas Américas. Dessa maneira, a

afrografia atua para manter a memória desse povo oprimido, mas que persiste em defesa de sua história, a ser contada através da arte.

Segundo Martins, as "performances rituais afro-americanas, em todos os seus elementos constitutivos, oferecem-nos um rico campo de investigação, conhecimento e de fruição" (Martins, 2002, p. 70-71), apontando para performances que funcionam como modo de preenchimento de lacunas que acompanham as pessoas negras que se reinventam constantemente para sobreviver. A artimanha desenvolvida por esse grupo visa não só à sobrevivência, mas também à manutenção da cultura dos povos africanos nas Américas, a qual desafia o sistema social, que impõe o que deve ser dito e praticado. A contrapelo, os povos africanos nas Américas subvertem a norma imposta e, por meio da arte e da performance, inscrevem suas narrativas a partir de sua própria experiência.

A memória do conhecimento é recriada através da oralidade e da corporalidade, ou seja, não está somente nos museus ou em bibliotecas e arquivos. A memória transcende e se instaura por meio de rituais performáticos de seu povo, porque são um modo de recordação expresso pelo corpo e são a ação em si mesma. No texto, a ensaísta apresenta a importância dos festejos dos Congados, "um sistema religioso alterno que se institui no âmbito mesmo da encruzilhada entre os sistemas religiosos cristão e africanos" (Martins, 2002, p. 74). Nesses ritos sagrados, os corpos são instrumentos que transmitem movimentos-ações.

Leda Martins explica que "todos os atos rituais emergem de uma narrativa de origem" (Martins, 2002, p. 75), da qual Nossa Senhora do Rosário é parte. Na lenda, narra-se que a imagem da santa é encontrada no mar, com uma coroa luminosa, por pessoas escravizadas. No entanto, o dono da fazenda não permitiu que fosse retirada das águas, no entanto obrigou o povo negro a construir uma capela em homenagem à santa. O fazendeiro, junto com os seus iguais, retirou a santa do mar e colocaram-na no altar. No entanto, no dia seguinte a santa estava de novo nas águas. As tentativas seguintes também foram frustradas, então o escravocrata permitiu que as pessoas escravizadas resgatassem a imagem. Eram nativos do Congo, os quais se arrumaram com vestes coloridas e dançaram, na tentativa de agradar a santa. Embora tenha se levantado das águas e se animado com o ritual, a santa permaneceu no mar.

> Os escravos mais velhos, então, muito pobres, foram às matas, cortaram madeira, fizeram três tambores com os troncos das árvores, os candombes sagrados, e os recobriram com folhas de inhame. Reuniram o grupo e, cantando e dançando, entraram nas águas. Com seu ritmo sincopado, surdo, com sua dança telúrica e cânticos de fortes timbres africanos, cativaram a santa que se sentou em um de seus tambores e os acompanhou até a capela, onde todos, negros e brancos, cantaram e dançaram para celebrá-la (Martins, 2002, p. 75).

A cena descrita aponta para a valorização da ancestralidade, dos escravizados mais velhos, os quais, com sua experiência e sabedoria, conquistam a santa. A coletividade surge como parte fundamental do movimento, da iniciativa e execução de um plano. Também vale ressaltar que essas pessoas eram "muito pobres" (Martins, 2002, p. 75), mas essa condição não as colocou em lugar de menosprezo. Pelo contrário, o grupo ergue-se como o mais potente, pois é dele que emerge a ação, a qual agradou a santa. O ritual, com músicas e danças, consegue transpor fronteiras, reunindo negros e brancos em uma celebração à santa. Desse modo, entendemos que a arte e os saberes ancestrais do povo subordinado são capazes de transgredir normas e conquistar reconhecimento. A partir da rejeição da santa, os brancos entenderam que precisavam daqueles corpos oprimidos, vilipendiados, mas cheios de sabedoria, para conseguirem o êxito. Esse foi considerado o "mito fundador", que se torna uma recriação das narrativas sobre a travessia no Atlântico. Nessa história, os escravizados protagonizam a cena e é estabelecida uma relação entre "o mítico e os místicos" (Martins, 2002, p. 80). Martins afirma que as variantes da lenda se ancoram em um "núcleo comum narrado" (p. 79), no qual os saberes ancestrais recuperam a maneira como os Reinados negros eram estruturados.

> Há, basicamente, nas dramatizações e performances, três elementos que insistem na rede de enunciação e na construção do seu enunciado: 1º) a descrição de uma situação de repressão vivenciada pelo negro escravo; 2º) a reversão simbólica dessa situação com a retirada da santa das águas, sendo o canto e dança regidos pelos tambores; 3º) a instituição de uma hierarquia e de um outro poder, o africano, fundados pelo arcabouço mítico e místico (Martins, 2002, p. 79-80).

Em que pese a condição de opressão experimentada pelo povo escravizado, esse consegue protagonizar a história, com cantos e danças, ao som dos tambores, e subverter hierarquias, investindo em outro poder, da mãe África. Há uma inversão de posições, quando os escravizados resgatam a imagem da santa, pois o poder passa a ser deles, nesse momento, e não mais dos brancos. Martins explica que

> a linguagem dos tambores, investida de um *ethos* divino, agencia os cantares e a dança, e de forma oracular prenuncia uma subversão da ordem social, das hierarquias escravistas e dos saberes hegemônicos" (2002, p. 80).

Através dessa "subversão" operada pelo povo negro, é observado um deslocamento linguístico, que vai de encontro à "sintaxe do texto católico" (Martins, 2002, p. 80), já que, a partir da presença dos tambores, a palavra é traduzida para uma nova forma de expressão da linguagem, marcada pelos timbres e notas africanos.

Nessa direção, toda a ritualística desse povo recupera a memória dos antepassados, por meio da performance dos Congados, a qual explode na reorganização do poder, em um microssistema social, em que os negros se iluminam e se elevam. Essa inversão de poderes, provocada pelas danças, pelos movimentos dos corpos negros, pelos adereços usados e por toda a lembrança da África, era uma tentativa de preencherem lacunas, vazios, que neles ficaram, ao serem sequestrados do seu lugar, como modo de manutenção de sua cultura e de resistência ao opressor.

Tal qual uma espiral, um processo difícil de ser interrompido, o movimento ancestral caminha entrelaçando o passado, o presente e o futuro, por meio dos rituais, que se mantêm, ainda que reinventados. O tempo, então, passa a ser entendido como não-linear, ou seja, que caminha em sequência, como um ponto de partida e de fim em si mesmo, um devir, pois cria uma fusão entre vivos e mortos, em uma genealogia da resistência, que prepara para o futuro.

Por seu lado, Lélia Gonzalez (1984) também contribui ao pensamento sobre a memória quando discute os estereótipos que vinculam pessoas negras à falta de inteligência e de responsabilidade, em um contexto racista, e afirma que a sociedade desconsidera as interseções que colocam negros e negras em posição de desvantagem em relação às pessoas brancas, sendo o tempo um fator fundamental de exclusão em relação a pessoas negras.

Dentre as inúmeras intelectuais negras brasileiras, a escolha por Djamila Ribeiro se deu pela projeção da obra "O que é lugar de fala?", publicada em 2017. O conceito ganhou destaque principalmente na Internet, através de redes sociais, e Ribeiro passou a ocupar espaços de debates em torno de temas afins, como racismo e feminismo negro, configurando a Internet também como um espaço formador.

Os silêncios impostos ou sentidos por Ribeiro provocaram implicações nesta pesquisa, sejam pela "dororidade" (Piedade, 2019), pela identificação de algumas dores comuns a pessoas negras, sejam pelo entendimento de Ribeiro como um modelo de enunciação, uma intelectual negra que subverte a ideia de que mulheres negras têm que estar em posição de subordinação e de silêncio.

Em comunhão com a perspectiva antirracista de Ribeiro, a artista, escritora, teórica negra Grada Kilomba (1968-), nascida em Lisboa, Portugal, conjuga seus estudos sobre memória, raça, gênero, arte, com sua formação em Psicologia e em Psicanálise, para refletir sobre o racismo e suas implicações no mundo. Atualmente vive em Berlim, onde concluiu o doutorado em Filosofia pela Freie Universität Berlin, em 2008. Na capital, também lecionou

no Departamento de Gênero da Humboldt Universität.[2] A produção artística de Kilomba é conhecida por subverter narrativas, pois possibilita a imersão em sua arte, conjugando linguagem, voz, forma e movimento. Seu trabalho denominado "O barco" (2021) está exposto no Museu Inhotim, em Minas Gerais, desde abril de 2024. A obra de 32 metros retrata o fundo dos navios negreiros, onde milhões de pessoas escravizadas eram levadas pelos oceanos rumo a destinos de dor e desumanidade.[3]

Seu livro "Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano", publicado originalmente em 2008, é baseado em experiências de racismo sofridas por mulheres da diáspora africana.[4] Na obra, Kilomba se utiliza da imagem de Anastácia para refletir em torno do silenciamento imposto a pessoas escravizadas.

> Sem história oficial, alguns dizem que Anastácia era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para a Bahia, Brasil e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno desta família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de uma plantação de cana-de-açúcar. Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Yorubá antes de ter sido capturada por traficantes de escravos europeus e trazida para o Brasil. Enquanto outros ainda contam que a Bahia foi seu local de nascimento. Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravidão (Kilomba. 2019, p. 35).

A figura de Anastácia, mulher escravizada, cuja boca foi coberta por uma máscara, serve como um modo de recordação do passado de silenciamento (Kilomba, 2019):

> Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de *silenciamento* e de tortura (Kilomba, 2019, p. 33, grifos nossos).

A máscara colocada sobre a boca de Anastácia silenciava muito mais que suas palavras, silenciava sua existência. Nesse cenário, é significativo que a memória aponte para a história da opressão sofrida pela população negra, de modo geral, e pelas mulheres negras, em particular, para as quais assumir a própria fala é um modo da consciência e da memória

---

[2] Disponível em: https://www.cobogo.com.br/grada-kilomba.
[3] Disponível em: https://www.inhotim.org.br/eventos/grada-kilomba-o-barco-2021/.
[4] Disponível em: https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/07/14/grada-kilomba-e-autora-mais-vendida-da-flip-2019-veja-o-top-10.ghtml.

(Gonzalez, 1984). No campo do feminismo negro, há diversos tipos de estudos que se referem à memória da população negra, como os trabalhos das intelectuais negras Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2019), Vilma Piedade (2019), Grada Kilomba (2019), Carolina Maria de Jesus (2014), Conceição Evaristo (2017), Jonê Carla Baião (2021), Patricia Hill Collins (2016; 2021), Audre Lorde (2013), Neusa Santos Souza (2021), Beatriz Nascimento (2018), Leda Martins (2021) e Lívia Natália (2020). As produções dessas teóricas são bases fundamentais deste trabalho, como ferramentas importantes para se entender a história de opressão e invisibilização das mulheres negras, pensada a partir de suas experiências.

Para o feminismo negro, o ato da enunciação por parte das mulheres negras intervém na sociedade, desestabilizando hegemonias, indo a contrapelo do que a lógica da dominação tem determinado, contrariando a ideia de que os negros estão "na lata de lixo da sociedade brasileira" (Gonzalez, 1984, p. 225). Assumir a palavra, para as mulheres negras, é outro modo de romper com as opressões a que são submetidas, porque "a descolonização gera uma mudança de rumo histórico, na qual o colonizado deixaria a condição não essencial de espectador para assumir a posição privilegiada de ator da História, transformando fundamentalmente o ser" (Rodrigues, 2019, p. 148). Isso significa que, ao ser enunciadora de seus pensamentos, Ribeiro torna-se protagonista da sua existência. Desse modo, "a linguagem pode nos permitir exteriorizar, dividir com outros os nossos sentidos, o nosso ser. Dividir, outras vezes, e muitas vezes disputar. Disputar sentidos. Dores. Liberdade" (Baião, 2021, p. 224). Ou seja, a linguagem possibilita que as mulheres negras, especialmente, se humanizem, intervindo no mundo por meio das palavras, que "também são formas de produção do mundo" (Rocha, 2014, p. 623), e estão sempre cheias de sentidos, que podem também participar em disputas.

Se é preciso assumir a própria fala (Gonzalez, 1984), é porque a sociedade tem (re)produzido um tensionamento nas narrativas desse grupo, delimitando seus espaços e desqualificando suas experiências, seus saberes e suas reivindicações por igualdade e mais oportunidades. Daí a importância de se compreender o caráter interseccional que opera nas mulheres negras, o qual muitas vezes é deslegitimado e ocultado pelo feminismo branco. Por essa razão, o convite a se "enegrecer o feminismo" feito pela pensadora Sueli Carneiro (2019), através da atenção às reivindicações históricas do movimento negro e o estabelecimento de alianças transnacionais entre mulheres não brancas da América Latina e do Caribe (Josiowicz; Santos, 2023, p. 35).

Por outro lado, a pensadora negra bell hooks já sinalizava que

> Dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica. Inicialmente, nos movimentos feministas, mulheres brancas com alto nível de educação e origem na classe trabalhadora eram mais visíveis do que mulheres negras de todas as classes (2018, p. 53).

A partir dessa explicação, entendemos que "enegrecer o feminismo" (Carneiro, 2019) significa iluminar as reivindicações das mulheres negras quanto à complexidade de suas existências e às especificidades de sua condição social no mundo. Por isso, é fundamental entender o conceito de interseccionalidade, um sistema que atua de maneiras diferentes em cada indivíduo e, para as mulheres negras, de maneira particular, interfere no seu modo de existir. Também compactua com esse entendimento a intelectual negra norte-americana Patricia Hill Collins (2021), cujas reflexões são fundamentais. Para o campo desta investigação, compreender os atravessamentos pelos quais Djamila Ribeiro é atingida em sua condição de mulher negra é uma forma de pensar sua humanidade quando problematiza o silêncio. A interseccionalidade insiste em que a sociedade veja cada pessoa em sua individualidade, e não como uma "massa homogênea" (Collins; Bilge, 2021, p. 34), pois "essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social" (Collins; Bilge, 2021, p. 17).

A pensadora Lélia Gonzalez (1984) questionava a naturalização do racismo, como o estereótipo que associa pessoas negras com uma vida miserável, sob a justificativa de que não teriam capacidade intelectual, de que seriam infantis, portanto, irresponsáveis; de que não gostariam de trabalhar e, se não trabalhassem, praticariam crimes, em uma lista interminável de formas de reificação para justificar práticas racistas. Quanto à mulher negra, sob essa ótica da dominação, é a cozinheira, a servente, a prostituta, sempre em lugar de subalternidade em relação ao branco (Gonzalez, 1984). Desse modo, o racismo desconsidera o caráter multifacetado da mulher negra, não a entendendo como um todo, um ser inteiro. A natureza divisória do racismo ativa a opressão sobre esse grupo de pessoas e faz com que tenha bem menos possibilidades de avanços socioeconômicos. Além disso, o não-lugar dentro da esfera social e sua objetificação predispõem sua subalternidade e aumentam sua vulnerabilidade, criando condições desiguais de raça, classe e gênero, temas centrais do feminismo negro, em especial no Brasil.

Quanto ao marco teórico da Análise do Discurso, resulta fundamental pontuarmos a "indissociabilidade e a simultaneidade entre a produção linguageira e a produção social" (Deusdará; Rocha, 2021, p. 52), ou seja, o que se diz caminha com o social, não havendo

possibilidade de que esses movimentos se desconectem, o que exige um esforço teórico do pesquisador. Assim se inicia o debate sobre o conceito de prática discursiva (Maingueneau, 1989). Para isso, acompanharemos o pesquisador Décio Rocha (2014), que entende essa prática "como a simultânea produção de textos e de uma comunidade, em um encontro marcado por uma relação de reciprocidade na qual uma comunidade produz textos que, por sua vez, garantem visibilidade a essa mesma comunidade" (Rocha, 2014, p. 619). Nesse sentido, analisaremos as produções textuais da filósofa sobre silêncio como práticas discursivas de resistência, as quais emergem simultaneamente às comunidades discursivas, no caso, os próprios grupos subalternizados, dos quais Ribeiro faz parte, que as produzem (Maingueneau; Charadeau, 2008; Rocha, 2014).

Exploraremos os sentidos dos textos de Djamila Ribeiro sobre silêncio de acordo com as considerações da pesquisadora Eni Orlandi (2015), a qual entende que o diferencial para o dispositivo teórico da Análise do Discurso é pensar o discurso como "palavra em movimento, prática de linguagem" (Orlandi, 2015, p. 15).

Para as análises nas plataformas digitais, mobilizaremos a perspectiva da análise do discurso digital (ou análise tecnodiscursiva), a qual pensa nas interfaces entre a dimensão discursiva e a técnica (Josiowicz; Santos, 2023, p. 30). De acordo com a pesquisadora Cristiane Dias,

> o digital produziu uma mudança na discursividade do mundo (...), nas relações históricas, sociais e ideológicas, na constituição dos sujeitos e dos sentidos, mas também na forma dos relacionamentos, do trabalho, da mobilidade, dos encontros, até mesmo do fazer científico, do qual faz parte a maneira de sua produção e seus meios de circulação (Dias, 2016, p. 9).

A importância do estudo do discurso digital se dá pelo fato de se constituir como parte das dimensões sociais, através de práticas discursivas digitais que funcionam "não como representações do mundo, mas como formas de intervir, de agir sobre ele, de construir relações de dominação, enfrentamento, definindo identidades e produzindo subjetivação" (Rocha, 2014; Deusdará; Arantes; Eduardo, 2016). Estudar práticas discursivas em torno de Ribeiro é mais um modo de explorarmos sua nomeação e de termos a dimensão de sua potência nas plataformas digitais. Para isso, o conceito de contrapúblicos importa, já que através dele é possível

> pensar o modo como públicos subordinados e subalternos são capazes de formular interpretações, identidades sociais e de falar por si mesmos, construindo e

> reconstruindo suas identidades coletivas nos seus próprios termos e sentidos, em espaços não totalmente separados, mas que permitem o reagrupamento, o conflito e a contestação em relação à visão hegemônica (Josiowicz; Santos, 2023).

Foram feitas buscas sobre silêncio em discursos digitais, de e sobre Djamila Ribeiro, na plataforma X (antigo Twitter), na qual observamos a dinâmica de embates, lutas, conflitos em torno da autora, mas também de "dororidade" (Piedade, 2019), termo que se refere à irmandade, à sororidade entre mulheres negras, que experimentam modos semelhantes de sentir as opressões. Nessa dimensão digital, também refletimos sobre o conceito de tecnodiscurso e tecnologias discursivas, traduzidas como

> o conjunto dos processos de discursivização da língua num meio tecnológico. É um dispositivo no âmbito do qual a produção linguageira e discursiva está intrinsecamente ligada a instrumentos tecnológicos online e off-line (computadores, telefones, tablets, programas, aplicativos, sites, blogs, redes, plataformas...). A tecnologia discursiva implica uma natureza compósita das produções linguageiras (Dias, 2016, p. 16).

A pesquisadora Marie-Anne Paveau entende que toda construção técnica e linguageira deve ser entendida como digitalidade (Dias, 2016, p. 16), a qual assumimos como fundamental para compor a pesquisa sobre Djamila Ribeiro também no digital.

Os discursos sobre o silêncio e as estratégias discursivas em torno do tema explorados nos textos da filósofa feminista e ativista negra Djamila Ribeiro apresentam sentidos variados, que remetem à memória de silêncios impostos há muitos séculos, herança da escravidão no Brasil (Ribeiro, 2018). Mobilizamos o conceito de interdiscurso como memória (Orlandi, 2015), pensada em relação ao discurso, para entendermos como a intelectual desafia a hegemonia branca eurocentrada como único modelo de intelectualidade. Para Orlandi, a memória refere-se ao que já foi dito (Orlandi, 2015, p. 29) e que, por isso, estabelece uma relação com a História e o social. Nas análises desta pesquisa, o silêncio recupera a história de racismo e sexismo impostos às mulheres negras no Brasil e em todo o mundo. Então, seguiremos na busca do que Djamila Ribeiro traz como memória, como algo que já foi dito e que se insere nos seus modos de dizer.

Para o analista do discurso, "todo texto se constitui a partir do vínculo indissolúvel com outros textos – princípio do interdiscurso" (Deusdará; Rocha, 2021, p. 66), ou seja, o que já foi dito ou ouvido sobre o silêncio é retomado nos dizeres da ativista. Nessa perspectiva (Deusdará e Rocha, 2021), as condições de produção dos discursos sobre o silêncio apontam para a retomada de dizeres de Ribeiro, como um elo com outros textos de pensadoras negras. Assim,

os modos do silenciamento, as violências do passado, estão inseridos nos discursos de hoje e são objeto de imposições, de renovadas lutas e formas de resistência.

Na obra inaugural "O que é lugar de fala?" (Ribeiro, 2017), a filósofa inicia a problematização do conceito "lugar de fala" e lembra que a luta política das mulheres intelectuais negras contra a hegemonia é bastante antiga. Como exemplo, cita o discurso "E não sou eu uma mulher?", proferido em 1851, em Ohio, nos Estados Unidos, pela abolicionista afro-americana Sojourner Truth (2014). Essa indagação já apontava para uma lacuna no feminismo hegemônico, que desconsiderava os marcadores sociais que divergem em torno da categoria mulher, tais como raça, orientação sexual, identidade de gênero (Ribeiro, 2020b, p. 20). Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade já era pautado por intelectuais negras desde o século XIX, ainda que o termo só tenha sido cunhado em 1989, pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (Crenshaw, 2002).

Refletimos sobre o lugar da memória na Análise do Discurso Digital, no marco do projeto "Observatório Digital das Mulheres Latino-americanas", esforço de produção de um repositório a partir de coleções de corpora nativo-digitais em torno de intelectuais mulheres como Djamila Ribeiro.[5] Na plataforma digital X (antigo Twitter), observamos que das práticas discursivas em torno de Ribeiro surgem formas da memória de todo esse passado de indiferença, deslegitimação e violências sofridas pelas mulheres negras, como formas de resistência, em uma tentativa de ocuparem todos os espaços de enunciação, para que sejam reconhecidas em sua humanidade.

Nesse cenário, o que Ribeiro diz hoje sobre feminismo negro (Ribeiro, 2018) é uma forma de reforçar e construir vínculos com o que já havia sido apresentado por outras intelectuais negras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins, Audre Lorde, Grada Kilomba, ou seja, debater publicamente temas como poder, silenciamento, democracia racial, memória, sob uma perspectiva decolonial, para se construir uma caixa de ferramentas teórica, ao mesmo tempo que uma comunidade discursiva, quanto à história das opressões sofridas. Argumentamos que Ribeiro tece uma antigenealogia de pensadoras e intelectuais negras como uma forma de tomar a voz, cujo traçado está destinado justamente a resistir aos silêncios e apagamentos impostos. Nos termos de Deleuze e Guattari (1987), a antigenealogia seria uma forma de entrar em campos de intensidade, criando uma espécie de rizoma. Trata-se da construção de uma estrutura rizomática em que há ramificações múltiplas, laterais, circulares, não dicotômicas (p. 12) que traçam as heranças ancestrais das mulheres negras.

[5] Disponível em:https://mulherdigital.institutodeletras.uerj.br/.

A escolha pelo tema silêncio, nos dizeres de Ribeiro, foi motivada pela grande relevância para a sociedade brasileira, em especial, levando-se em consideração que o Brasil ainda amarga uma memória de subalternidade das pessoas negras, em especial das mulheres: e esta pesquisa pensa justamente apresentar as narrativas que, ao interior dos discursos de e sobre Djamila Ribeiro, recuperam e iluminam as memórias de outras intelectuais negras como forma de intervenção, de ação. Em uma sociedade racista e sexista como a constituída no Brasil, as narrativas de uma intelectual negra brasileira, como enunciadora de seus próprios discursos, produzem ecos para todo o mundo.

A perspectiva deste trabalho, da Análise Cartográfica do Discurso (Deusdará; Rocha, 2021), coloca em cena a própria prática do analista, isto é, o modo como é afetado pela pesquisa e como o seu córpus é produzido a partir desses afetos (Deusdará; Rocha, 2021, p. 198). Trazemos a cartografia para visibilizar os caminhos que podem ser percorridos, cartografados, nos textos de Ribeiro que referenciam o silêncio, pensando nas suas implicações na sociedade e no modo como podemos fazer deslocamentos na pesquisa a partir do seu mapeamento.

O trabalho está dividido em três partes. Após a Introdução e do Marco Teórico, avançamos nos capítulos. No primeiro, analisaremos os sentidos do silêncio mobilizados nos dizeres da filósofa, na obra "Quem tem medo do feminismo negro?" (Ribeiro, 2018). Nesse capítulo, a categoria de sujeito é identificada em Djamila Ribeiro pela presença do "eu" e de como narra suas experiências em relação ao silêncio. O segundo capítulo aborda a relação do silêncio em Ribeiro e o "lugar de fala" da mulher negra na história de opressão no Brasil e no mundo (Ribeiro, 2020b). Nele observamos a criação de uma antigenealogia em que Ribeiro referencia intelectuais negras como mecanismo de memória, visibilizando seus pensamentos, seus conhecimentos e suas produções. No terceiro capítulo, estudamos as práticas discursivas digitais que nomeiam, citam e referenciam a intelectual, através do marco teórico da Análise do Discurso (Deusdará; Rocha, 2021; Orlandi, 2015; Maingueneau, 2004) e da Análise do Discurso Digital (Paveau, 2020; 2021). Por meio de uma concepção feminista, antirracista e decolonial das Humanidades Digitais, ponderamos sobre o lugar da memória e do silêncio na plataforma digital X (antigo Twitter), e mobilizamos as noções de comunidades discursivas e contrapúblicos (Maingueneau; Charadeau, 2008; Fraser, 1991), para pensarmos como a intelectual Ribeiro constrói e reconstrói identidades coletivas através dos sentidos do silêncio.

1. O "EU" EM DJAMILA RIBEIRO: O SILÊNCIO EM "QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO?"

Neste primeiro capítulo, buscaremos, sob a perspectiva discursiva, os efeitos de sentido das palavras "silêncio" e "silenciamento", mencionadas na obra da filósofa Djamila Ribeiro "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018), a qual tem contribuído para o debate sobre racismo, sexismo e feminismo negro no Brasil e no mundo. Seguindo os apontamentos da análise do discurso da pesquisadora, linguista e professora Eni Orlandi sobre o silêncio (2007), que afirma que "há um sentido no silêncio" (Orlandi, 2007, p. 12), acreditamos que o tema traz contribuições importantes para se pensar e debater imposições históricas ainda vivenciadas pela população negra, especialmente pelas mulheres negras. Identificaremos as palavras "silêncio" e "silenciamento" nesse livro e observaremos os seus efeitos de sentido, já que ditas por uma mulher intelectual negra do sul global, escritora mundialmente reconhecida pela luta antirracista, que confronta epistemologias hegemônicas.

Na Introdução da obra, cujo título é "A máscara do silêncio", foram analisadas as palavras "silêncio" e "silenciamento", em que momentos emergem, em quais contextos Ribeiro as menciona e como podemos encontrar sentidos linguísticos, históricos, ideológicos que remetem à memória das opressões sofridas por pessoas negras ao longo dos séculos.

A autora inicia a obra lembrando que "o feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades" (Ribeiro, 2018, p. 7), isto é, os diversos grupos que compõem a sociedade têm suas identidades, com suas especificidades, e que precisam ser respeitadas para se estabelecer um projeto democrático no país. Conforme nos ensina Orlandi (2007), seguindo a trilha de Michel Pêcheux, o discurso é considerado "como lugar de contato entre língua e ideologia" (Orlandi, 2007, p. 17), logo as palavras "silêncio" e "silenciamento" não podem ser desassociadas de um contexto ideológico, que no Brasil passa pela dominação imposta a grupos subalternizados, minoritários, mas que têm adentrado as várias esferas da sociedade, institucionais, acadêmicas, culturais e políticas.

Partindo dessa análise, Ribeiro relembra que sua vida foi marcada por exclusões, incompreensões e incômodos (Ribeiro, 2018, p. 7), e que em sua infância e adolescência, mesmo sendo excelente aluna, era excluída das discussões e apresentações propostas por seus professores, que favoreciam meninas brancas, colocando-as como enunciadoras privilegiadas:

> Em 1988, *precisei insistir* para fazer a leitura principal no Dia do Livro. A professora havia escolhido uma colega de classe branca de cabelo liso *que não lia bem*. Eu já lia com fluência, mas *mesmo assim* a professora *relutou*. Já estávamos bem perto do dia da apresentação e a outra menina *ainda* não evoluía nos ensaios, *então a professora não teve opção a não ser me escolher*... Me saí muito bem no evento e recebi elogios de professores e pais (Ribeiro, 2018, p. 11, grifos nossos).

A apresentação de leitura no Dia do Livro é bastante simbólica e traz múltiplos significados, pois é um dia em que se celebram a leitura e o acesso ao conhecimento, por meio do instrumento livro. Ribeiro "já lia com fluência" (Ribeiro, 2018, p. 11) e tinha consciência de sua capacidade, como afirma, mas, no que poderia ser analisado como o relato da sua experiência de iniciação à vida intelectual, em lugar de ter sua alta capacidade reconhecida e celebrada, encontra indiferença por parte da autoridade, a professora, e ainda mais, negação. Diante disso, ela deve lutar e "precisou insistir para fazer a leitura principal" (Ribeiro, 2018, p. 11). A professora escolheu a menina branca de cabelos lisos para a apresentação para pais e professores, no entanto a criança não lia bem, apresentando dificuldades no desenvolvimento da leitura, o que aparece reforçado pelo advérbio "ainda", em "ainda não evoluía nos ensaios". Embora Djamila Ribeiro já apresentasse pleno domínio da leitura, precisou "insistir para fazê-la", ou seja, ela precisou lutar por ela mesma, já que a professora a invisibilizava, ignorando sua presença e sua capacidade.

A dificuldade de ler com fluência, a falta, a lacuna observada na criança branca encontrava eco na professora, que se recusava, que negava, que relutava em escolher a menina negra, mesmo sabendo de sua capacidade. A dupla negação da frase "A professora não teve opção a não ser me escolher" (Ribeiro, 2018, p. 11), o uso do verbo "relutar" e a construção adverbial "mesmo assim" apontam para as várias camadas de negação da subjetividade de Ribeiro, da sua presença como sujeito, como ser capaz, como potência.

Sob a perspectiva semântica, de acordo com o dicionário online Caldas Aulete[6], o verbo "relutar" apresenta o significado de "resistir a, opor resistência a", ou de "tornar a lutar", ou seja, a professora resistia, lutava contra, opunha resistência frente ao questionamento da hierarquia naturalizada, que privilegia brancos em detrimento de negros, em que os brancos são únicos ocupantes do espaço de enunciação, privilégio e poder. Lutava contra a possibilidade de dar visibilidade à menina negra, que tinha mais capacidade. Nessa direção, "tornar a lutar" remete a uma memória de embate, de alguma luta já travada anteriormente, como uma batalha, uma guerra, que deve continuar e que não pode ser perdida, daí sua

[6]Disponível em: https://www.aulete.com.br/relutar#googlevignette.

resistência. Já desde esse momento iniciático da infância, vemos que o espaço da leitura e da sala de aula, espaço intelectual por antonomásia, é um espaço de disputa de sentidos e de subjetivação. Quem pode ocupar o lugar de enunciação nesse espaço é produto de uma disputa em que não se trata simplesmente de ter capacidades, mas muito mais do que isso, de lutar para que essas capacidades possam ser reconhecidas. O que a menina negra aprende, então, é que a cultura e o âmbito letrado são uma arena de luta, em que não será reconhecida espontaneamente por suas capacidades, mas que deverá lutar, dadas as hierarquias profundas instituídas, e que só através da luta poderá fazer sua inscrição.

Ao escrever "então a professora não teve opção a não ser me escolher" (Ribeiro, 2018, p. 11), entendemos que as duas ocorrências do advérbio de negação "não" demonstram que essa palavra, nesse contexto, apresenta sentido ainda mais profundo que a não-escolha, a não-opção: é aquele da exclusão e do silenciamento da menina negra pela professora que, ao final, sentiu-se obrigada a escolhê-la. Já que primeiramente Ribeiro era barrada, proibida, de entrar naquele espaço de prestígio, devia ser excluída duplamente. Essa dupla negação se traduz na ideia de que a professora achava que Ribeiro estava em último lugar e que devia ser excluída, e ter suas capacidades apagadas, ainda que fosse boa leitora. Ainda segundo o dicionário online Caldas Aulete, "opção" é um substantivo feminino que significa "ação ou resultado de optar, escolher". Nessa direção, as duas negativas presentes em "então a professora não teve opção a não ser me escolher" (Ribeiro, 2018, p. 11) indicam forte sentido de exclusão, de recusa, da menina negra. Se, em vez dessa frase, a autora tivesse escrito "então a professora me escolheu", teríamos outro efeito de sentido, qual seja, de afirmação.

Ainda notamos a tripla ocorrência da palavra "professora" nesse pequeno excerto, a qual aponta para a importância dessa profissão. No entanto, em lugar da figura que possui conhecimentos e que deve compartilhá-los com seus alunos e alunas, valorizando suas potencialidades e também suas diversidades, étnicas, culturais, de gênero, ou seja, em lugar de um professor como agente da libertação (Freire, 1987), vemos que a professora atuou como antagonista, isto é, como ativa reprodutora e produtora das hierarquias e das desigualdades sociais. Ao final da apresentação, Ribeiro anuncia: "Me saí muito bem no evento e recebi elogios de professores e pais" (Ribeiro, 2018, p. 11). Trata-se de uma verdadeira luta em que a menina Djamila, como previsto, se saiu vitoriosa, sendo elogiada pela comunidade escolar.

A boa performance da intelectual é reconhecida por ela mesma e pelo olhar do outro, na figura dos pais e professores. Ao iniciar a frase com o pronome pessoal "Me", inclusive indo a contrapelo da gramática normativa, Ribeiro emerge como enunciadora potente e orgulhosa de uma história com final feliz, tornando-se a protagonista da cena, e deslocando a

figura da professora do lugar de poder. A cena de leitura é vista como espaço de disputa, e a menina negra, mesmo sofrendo a injustiça e a opressão por parte da professora, consegue reconhecimento público e se apropria desse espaço antagônico que é o campo letrado. Na mesma trilha, Ribeiro continua trazendo à memória os seus êxitos como estudante:

> Mais de uma vez fui premiada por estar entre os melhores alunos da escola. No Anuário Escolar do Estado de São Paulo de 1990, com os nomes dos estudantes que tiraram melhores notas no ano, lá estava eu como aluna do Colégio Moderno dos Estivadores. Eu tinha dez anos na época. Meus pais e eu ficamos muito felizes. Ainda tenho a foto da minha mãe *me entregando um livro de presente pelo meu desempenho*. Apesar do orgulho visível em meus olhos, sentia *uma força agindo sobre mim* que muitas vezes *me impedia de falar ou existir* plenamente *em alguns espaços* (Ribeiro, 2018, p. 11, grifos nossos).

Mais uma vez, o texto se detém sobre o livro e a cultura escolar como espaço de prestígio, símbolo de mobilidade social em que o sujeito luta por emergir. Nesse caso, em lugar de um simples objeto, o livro representa o saber, a cultura. Ser presenteada com um livro pela mãe por ser uma das melhores estudantes de sua escola foi um reforço positivo, uma recompensa pelo esforço e talento. Na infância da criança negra, perpassada por muitas discriminações, ganhar um livro pode significar afeto, impulso, outra maneira de valorizá-la. O prêmio, nesse caso, é aparecer na imprensa, ou seja, a notoriedade no discurso público que encarna o Anuário Escolar do Estado de São Paulo, o que implica a legitimação social e intelectual e, imediatamente, o orgulho familiar. Resulta interessante que o prêmio seja entregue pela mãe e não por uma instituição pública, a escola ou o Anuário. O instante, outro momento de iniciação, fica na memória da menina, que se sentiu valorizada pelos pais.

Apesar do reconhecimento de seus pais, da escola e dela própria, a filósofa ainda se sentia silenciada por uma força que era, ao mesmo tempo, interna e externa, uma força que age sobre ela internamente, mas que poderia vir de fora e que a dominava. Trata-se de uma força que agia só "em alguns espaços" (Ribeiro, 2018, p. 11), espaços de prestígio em que, como menina negra, ela estava constitutivamente excluída, que tinham relação com a esfera intelectual e o domínio da letra. A passagem, além disso, mostra um sujeito dividido, múltiplo e não monolítico que, por um lado, sente orgulho de si mesma e, por outro, sente em si mesma uma força negadora da sua palavra, da sua existência.

No artigo "Se eles fazem mil, temos de fazer mil e um – e ela fez! – Trajetória acadêmica de uma doutora negra nos anos 1970" (2021), a professora titular e pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Jonê Carla Baião traz a importância de valorizar a

criança negra, especialmente nos espaços escolares, lugar em que o racismo ainda interrompe sonhos, humilha e exclui essas pessoas:

> Negar sonhos, estabelecer quais são os sonhos que as crianças negras podem ter, é estratégia política da colonialidade que atravessa a sociedade ainda no século atual. Ignorar, copiar ou destruir quando somos consideradas subalternas, dizer o que uma criança pode ser em seu futuro ou criar as expectativas e os desejos para essas infâncias é o que temos discutido nas salas de aulas das escolas públicas desse Brasil. Quais são as alternativas que damos para os sonhos de nossas crianças pretas? (Baião, 2021, p. 227-228).

A história de racismo que Ribeiro vivenciou nos espaços letrados e particularmente na escola criou divisões, fissuras nas suas relações com o(s) outro(s) e com ela mesma, as quais podem traduzir-se no silêncio como "força" que a impedia de existir em certos lugares, espaços letrados. O que Ribeiro vivenciou foi justamente a negação de um sonho, de um querer que não foi interrompido pela dupla negação da professora, mas que precisou ser pensado e experienciado como espaço de luta pela menina. O silenciamento que constrangeu Ribeiro, a qual precisou "insistir para fazer a leitura principal" (Ribeiro, 2018, p. 11), traz uma memória de exclusão, conforme já anunciado pela pensadora negra Lélia Gonzalez:

> A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal (Gonzalez, 1984, p. 225).

Uma das heranças escravocratas é esse estereótipo associado a pessoas negras, de que não possuem capacidade intelectual, de que são incapazes, e nas palavras de Ribeiro essa evidência ainda ganha mais força, pois a professora só a escolheu porque não havia outro aluno em condições de fazer uma boa leitura, ou seja, mantendo a menina negra em condição de inferioridade, de sobra, da falta de opção. Houve a negação de sua capacidade por meio da linguagem, ou seja, a professora a desacreditava, mas ela usou a palavra como forma de luta.

Outros sentidos do silêncio emergem no texto. Assim Ribeiro narra um episódio em que o silêncio provinha dos outros:

> Estudei inglês na escola mais conhecida da cidade. Lembro que, quando cheguei para a minha primeira aula, as conversas animadas foram substituídas pelo *silêncio* assim que fui vista. Todos pararam para me olhar e comentar. Mas não perdi a pose. *Segurei os livros bem junto de mim, ergui a cabeça e fingi que não havia nada acontecendo*. Depois daquilo, comecei a chegar em cima da hora para a aula, em mais uma tentativa de não ser notada (Ribeiro, 2018, p. 11-12, grifos nossos).

Conforme ensina Orlandi, o silêncio "não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante" (2007, p. 23). Esse silêncio dos alunos quando da presença de Ribeiro em uma sala de um curso de inglês traduzia um incômodo dado pela subversão da hierarquia social e racial brasileira. A presença da menina negra na aula de inglês aponta para um processo contra-hegemônico, pois quem tem acesso a esse tipo de espaço são pessoas brancas, em sua maioria. Os outros alunos se calaram, como forma de exclusão dela do grupo, da aula de inglês como lugar de poder. Estudar a língua inglesa é um fator considerado importante socialmente, como uma forma de possível ascensão social, já que se trata de uma língua considerada prestigiosa. Eni Orlandi ainda afirma que o silêncio é fundador, que é "a garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio" (2007, p. 23). Esse silêncio da aula de inglês é o deslocamento de uma ideia de hierarquia social supremacista, para um lugar de desestruturação, que desestabiliza os colegas do curso de inglês com sua presença.

> Ele [o silêncio] é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do "um" com o "múltiplo", a que aceita reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa. Por isso, distinguimos entre a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar (…) (Orlandi, 2007, p. 24).

De acordo com a citação, assumimos que o silêncio estabelecido pelas outras crianças quando Ribeiro entrou na sala de aula também apresenta o sentido de ocultamento, de negar a sua participação em algum diálogo com esse grupo de estudantes. Por outro lado, o silêncio é fundador e culmina com o posicionamento de Ribeiro, de usar os livros, o saber, em suas mãos como um escudo protetor contra essa exclusão, como uma forma de sobrevivência.

Na frase "Segurei os livros bem junto de mim, ergui a cabeça e fingi que não havia nada acontecendo" (Ribeiro, 2018, p. 11), os livros cumprem a função de proteção, de suporte emocional, físico e intelectual a Ribeiro. É um abraço que implica ao mesmo tempo um recurso afetivo, uma proteção física e um emblema intelectual que lhe permite seguir com sua moral elevada. Daí podemos pensar na importância desse objeto tão desejado e adorado pela filósofa e referenciado em várias obras. Como exemplo e forma de comparação, vemos que o livro como objeto de disputa, ao mesmo tempo de trocas emocionais, afetivas e intelectuais, aparece também no conto "Felicidade clandestina", de Clarice Lispector:

> (...) "você vai emprestar o livro agora mesmo. E para mim: "E você fica com o livro por quanto tempo quiser." Entendem? Valia mais do que me dar o livro: "pelo tempo que eu quisesse" é tudo o que uma pessoa, grande ou pequena, pode ter a ousadia de

> querer. Como contar o que se seguiu? Eu estava estonteada, e assim recebi o livro na mão. Acho que eu não disse nada. Peguei o livro. Não, não saí pulando como sempre. Saí andando bem devagar. Sei que segurava o livro grosso com as duas mãos, comprimindo-o contra o peito. Quanto tempo levei até chegar em casa, também pouco importa. Meu peito estava quente, meu coração pensativo (Lispector, 1981, p. 7-10).

Lispector reverencia o livro como objeto de adoração, de desejo, de felicidade, e Ribeiro tem no livro, além de afeto, seu escudo, sua arma, seu objeto de proteção contra a agressão do outro, a exclusão, o silenciamento. Com o livro em mãos, ela se sentia protegida.

O livro funcionou como defesa ao racismo sofrido por Ribeiro no ambiente escolar, embora a opressão sistemática fosse inevitável. Desse modo, o racismo também atuou diretamente na autoestima de Ribeiro, a qual sentia que precisava se igualar às meninas brancas. Na fase adulta, o ciclo de exclusão permaneceu:

> Por mais que eu fizesse escova após os procedimentos, que com o passar dos anos foram se aperfeiçoando, meus cabelos nunca ficavam como eu fantasiava, como os da moça da capa de revista. Mesmo assim, era reconfortante ir à escola levando um pente para ficar deslizando pelos cabelos como as meninas brancas faziam. Até a magia sumir com a lavagem.
> A sensação de não pertencimento era constante e me machucava, *ainda que eu jamais comentasse a respeito*. Até que um dia, num processo lento e doloroso, comecei a despertar para o entendimento. Compreendi que existia uma máscara *calando não só minha voz, mas minha existência*.
> Depois de passar na faculdade de jornalismo, comecei a procurar um emprego. Apesar de falar inglês, ser medalhista de xadrez e ter recebido prêmios escolares, uma "amiga" da minha mãe me ofereceu uma vaga de auxiliar de serviços gerais na empresa de que era gerente para me "ajudar". Eu limpava e servia café, mesmo tendo currículo melhor do que os das moças que trabalhavam no escritório.
> Minha mãe não queria que eu fizesse aquilo e perpetuasse o ciclo da exclusão, mas insisti. Chegava na faculdade cheirando a água sanitária, mas, numa época anterior a políticas afirmativas importantes – como as cotas raciais e o Prouni, por exemplo – , trabalhar para pagar a mensalidade era a única opção. *Meu pai, que era estivador e estava perto de se aposentar, não soube do meu trabalho*. Ele sempre dizia que se matava de trabalhar na estiva para que nós tivéssemos mais oportunidades, e eu *não podia contar* a ele que seu esforço, por mais digno que fosse, tinha sido barrado pela estrutura racista da sociedade.
> Antes desse emprego, eu havia trabalhado numa barraca de pastel, o que fez com que ele ficasse meses *sem falar comigo*. Então decidi não deixá-lo saber que a máscara, a mesma que o fez perder muito, também me excluía das oportunidades. Apesar disso, a cada intervalo entre uma varrida e uma passada de pano no vaso sanitário, eu lia. Quando saía para almoçar, eu lia. Ia à praia contemplar o mar e, com o vaivém das ondas, lembrava os poemas "Mulher fenomenal" e "Ainda assim, eu me levanto", de Maya Angelou, que não me deixavam esmorecer:
> *Acima de um passado que está enraizado na dor*
> *Eu me levanto*
> *Eu sou um oceano negro, vasto e irrequieto*
> *Indo e vindo contra as marés, eu me levanto*
> *Deixando para trás noites de terror e medo*
> *Eu me levanto*
> *Em uma madrugada que é maravilhosamente clara*
> *Eu me levanto*
> *Trazendo os dons que meus ancestrais deram*

> *Eu sou o sonho e as esperanças dos escravizados*
> *Eu me levanto*
> *Eu me levanto*
> *Eu me levanto!*
> "O chefe gosta muito do seu café, em time que se está ganhando não se mexe." Foi assim que a gerente me negou a oportunidade de mudar de cargo, e então resolvi que era hora de mudar o placar. Minha mãe havia falecido fazia pouco tempo e, em homenagem a ela, pedi demissão (Ribeiro, 2018, p. 15-17, grifos nossos).

Ribeiro mergulha em memórias de inadequação, de não pertencimento em relação à aparência das meninas brancas, que com seus cabelos lisos e longos se sentiam belas e admiradas. Em uma tentativa de se sentir como elas, passava por procedimentos capilares dolorosos e agressivos para alisar seus fios, mas sabia que jamais ficariam como os delas. Ao tentar se equipar às meninas brancas, alisando os fios dos cabelos, Ribeiro compartilha com muitas mulheres negras a opressão a que são submetidas, quando, para se sentirem aceitas e amadas, precisam até mesmo transformar a aparência. Esse panorama sobre o cabelo é traçado por Kilomba e relacionado à não civilização:

> Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de "primitividade", desordem, inferioridade e não civilização. O cabelo africano foi então classificado como "cabelo ruim". Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisar o "cabelo ruim" com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados "sinais repulsivos" da negritude. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou "black" e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação a "raça", gênero e beleza (2019, p. 126-127).

Dessa maneira, o racismo interfere na subjetividade da mulher negra em especial, porque a não aceitação do cabelo natural por ela mesma é atravessada por imposições coloniais, fazendo com que se sinta rejeitada e inapropriada. Para ter um cabelo "bom", é preciso esquecer o passado, a história, a identidade racial, como modo de controle sobre esse corpo.

Quando Ribeiro se refere à "sensação de não pertencimento" (2018, p. 15), revela sua dor, embora a silenciasse. Após algum amadurecimento, também permeado por dores, Ribeiro começa a entender esse processo de exclusão, da máscara que impedia a sua existência, o seu modo de ser e estar no mundo.

A linguista Eni Orlandi reflete: "Quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o 'pensamento', a introspecção, a contemplação etc." (2007, p. 35). Então, tendo em vista que não comentava a respeito da "sensação de não pertencimento"

(Ribeiro, 2018, p. 15), o silêncio de Ribeiro significava, trazia sentidos de inapropriação. Para a filósofa, o silêncio revelava exclusão, tendo em vista que jamais conseguiria ter os cabelos iguais aos das meninas brancas, ou seja, ser elogiada e amada por ser negra parecia uma impossibilidade e implicava a negação de sua existência como uma menina negra com cabelos naturais, crespos.

A máscara a que Ribeiro se refere é a máscara do silenciamento (Kilomba, 2019, p. 33), a que foi imposta às pessoas escravizadas para impedi-las de se alimentar e, sobretudo, para silenciá-las. A imagem mais conhecida de alguém com essa máscara é a de Anastácia, nome atribuído à mulher negra escravizada, cuja história não oficial diz que

> era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para a Bahia, Brasil e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno desta família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de uma plantação de cana de açúcar. Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Yorubá antes de ter sido capturada por europeus traficantes de pessoas e trazida ao Brasil na condição de escravizada. Enquanto outros ainda contam que a Bahia foi seu local de nascimento. Seu nome africano é desconhecido (Kilomba, 2019, p. 35).

A história de Anastácia é a de aniquilamento, objetificação, desumanização de uma pessoa. É uma história que insiste em se repetir, pois a máscara continua a ser usada por pessoas negras, por imposição, seja por não reconhecimento de seus saberes, seja pelo silenciamento experimentado por esse grupo. O sentimento de não pertencimento a que Ribeiro se refere vem desse lugar, da introspecção, de não se sentir à vontade ou encorajada para falar, de não se sentir adequada em alguns ambientes opressores. A máscara está no imaginário, não é concreta, no entanto, faz parte das experiências de pessoas negras. Nesse sentido, Kilomba lembra:

> A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, representando o que os/as *brancos/as* querem – e precisam – controlar.
> Nesse cenário específico, a boca também é uma metáfora para a posse. Fantasia-se que o sujeito negro quer possuir algo que pertence ao senhor *branco*: os frutos, a cana-de-açúcar e os grãos de cacau. Ela ou ele quer *comê-los*, devorá-los, desapropriando assim o mestre de seus bens. Embora a plantação e seus frutos pertençam "moralmente" ao/à colonizado/a, o colonizador interpreta esse fato perversamente, invertendo a narrativa e lendo-o como roubo. 'Estamos levando o que é Deles/as' torna-se 'Eles/elas estão tomando o que é nosso' (Kilomba, 2019, p. 34, grifos da autora).

O temor sentido pelos senhores era o de que a pessoa negra se defendesse por meio da fala, pois o que habita o imaginário do colonizador é a ideia de que será roubado, então ele acusa o escravizado, que não consegue se defender, porque é impedido pela máscara. Essa ideia

de impedir a enunciação de pessoas negras ainda está presente, mas remodelada, como por exemplo ao silenciar a história, ao impedir a ascensão social e econômica dessa coletividade.

A negação de possibilidades de trabalho a qualquer pessoa, seja por motivos de gênero, raça, classe, condição física, significa silenciar suas capacidades. Ribeiro relata que, mesmo com todos os seus atributos intelectuais, a ela foi negada a oportunidade de melhor emprego e, consequentemente, de melhor salário. A "amiga" da mãe, entre aspas, foi racista ao não ver as potencialidades da teórica. Seus esforços e talentos não foram suficientes para receber melhores propostas de emprego. O racismo é tão sofisticado que se traveste de boa ação, de ajuda, quando, na verdade, o que a "amiga" da mãe queria era perpetuar a exclusão e subalternidade da pessoa negra, sempre relegada à servidão, e nunca valorizada pela sua capacidade intelectual.

Os pais de Djamila Ribeiro não queriam que os ciclos de exclusão continuassem e, por essa razão, o pai não soube do trabalho da filha. Ribeiro, mais uma vez, silenciou, dessa vez, para não "desapontar" o pai, o qual havia investido nos estudos da filha. Naquele tempo, Ribeiro precisava trabalhar para pagar a faculdade, pois no Brasil não existiam as chamadas ações afirmativas, que só foram criadas pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual "Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências" (Brasil, 2012). Para as populações minoritárias, isso foi um grande avanço, porque possibilita, por exemplo, o acesso à educação, à academia, em sua maioria branca.

> Parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico (Feres Júnior *et al.*, 2018, p. 13).

Os autores João Feres Júnior, Luiz Augusto Campos, Verônica Toste Daflon e Anna Carolina Venturini apresentam a definição de ações afirmativas, as quais visam, sobretudo, ao bem coletivo, a fim de que pessoas menos privilegiadas possam ter acesso a novas possibilidades. Assim também Djamila Ribeiro, a qual defende a política de cotas raciais nas universidades e entende que ser contra elas também configura racismo:

> É comum algumas pessoas não entenderem por que afirmamos que os contrários às cotas raciais são racistas. Há quem pense que racismo diz respeito somente a ofensas e injúrias, sem perceber que vai muito mais além: consiste em um sistema de opressão que privilegia um grupo racial em detrimento de outro.
> Após os quase quatro séculos de escravidão no Brasil, em que a população negra trabalhou para enriquecer a branca, incentivou-se a vinda de imigrantes europeus para cá. Tiveram acesso a trabalho remunerado, e muitos deles inclusive receberam terras do Estado brasileiro — o que não deixa de ser uma ação afirmativa. Se hoje a maioria de seus descendentes desfruta de uma realidade confortável, é graças a essa ajuda inicial.
> Em contrapartida, para a população negra não se criou mecanismos de inclusão. Das senzalas fomos para as favelas. Se hoje a maioria da população negra é pobre é por conta dessa herança escravocrata. É necessário conhecer a história deste país para entender por que certas medidas, como ações afirmativas, são justas e necessárias. Elas devem existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta com a população negra.
> Cota é uma modalidade de ação afirmativa que visa diminuir as distâncias, no caso das universidades, na educação superior. Mesmo sendo a maioria no Brasil, a população negra é muito pequena na academia. E por quê? Porque o racismo institucional impede a mobilidade social e o acesso da população negra a esses espaços (Ribeiro, 2018, p. 72-73).

Com essa citação, a autora lembra que a população negra sempre foi injustiçada e que o passado de escravização trouxe outros tipos de exclusão, como a falta de acesso ao ensino superior, por exemplo. Para ela, é fundamental entender que o racismo se perpetua também na falta de reparação a essa população, marginalizada e excluída de espaços de poder.

Os livros sempre fizeram parte da vida da filósofa e nos intervalos das faxinas as leituras funcionavam como um amparo, como uma forma de resistência, de luta e de "esperanças dos escravizados" (Ribeiro, 2018, p. 17). Os momentos de pausa, para Ribeiro, eram fundamentais para que se sentisse humanizada. As leituras, além de serem um espaço de lazer, funcionavam também como momentos de reflexão e de recordação do passado de resistência da população negra.

> É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão. É um convite para um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do *silenciamento* e da negação. Queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais. No fim, nossa busca é pelo alargamento do conceito de humanidade. Ao perder o medo do feminismo negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras, seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo (Ribeiro, 2018, p. 27, grifos nossos).

Djamila Ribeiro reitera a busca pela humanidade de pessoas negras e reforça também a importância do feminismo negro como parte de um movimento de luta pela igualdade. O medo

do feminismo negro por parte de muitas pessoas brancas pode ser uma desculpa para impor mais silêncios às mulheres negras. Ribeiro afirma que essa violência travestida de medo impede o avanço da humanidade, do progresso social, das pautas democráticas e humanitárias. Por essa razão, a filósofa insiste na leitura de autoras negras, como uma forma de valorizar os saberes desse grupo e de tentar compreender suas visões de mundo, a partir de outros ângulos, extrapolando as linhas divisórias, segregadoras e opressoras da sociedade, que privilegia autores e autoras brancas.

> Muitas feministas negras pautam a questão da quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras. Angela Davis, Audre Lorde e Alice Walker abordam *a importância do falar* em suas obras. "O *silêncio* não vai te proteger", diz Lorde. "Não pode ser seu amigo quem exige seu *silêncio*", diz Walker. "A unidade negra foi construída em cima do *silêncio* da mulher negra", diz Davis. Essas autoras estão falando sobre a necessidade de *não se calar* ante opressões como forma de manter uma suposta unidade entre grupos oprimidos, ou seja, alertam para a importância de que ser oprimido não pode ser utilizado como desculpa para legitimar a opressão.
> A questão do *silêncio* também pode ser estendida a um *silêncio* epistemológico e de prática política dentro do movimento feminista. O *silêncio* em relação à realidade das mulheres negras não as coloca como sujeitos políticos. Um *silêncio* que, por exemplo, fez com que nos últimos dez anos o número de assassinatos de mulheres negras tenha aumentado quase 55%, enquanto o de mulheres brancas caiu em 10%, segundo o Mapa da Violência de 2015. Falta um olhar étnico-racial para políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimentos de outras (Ribeiro, 2018, p. 124-125, grifos nossos).

O ato de enunciação por intelectuais negras vai de encontro ao feminismo dito universal, branco eurocentrado, o qual invisibiliza outros saberes, silenciando vozes negras sobre pautas fundamentais para a sociedade em todo o mundo. Reivindicar a escuta de mulheres negras é um modo de sobrevivência para esse grupo, segundo Ribeiro. Com citações de Angela Davis, Audre Lorde e Alice Walker sobre o silêncio como opressão, a filósofa reforça a necessidade da fala, de essas mulheres não aceitarem a imposição do silenciamento como opressão, principalmente para que não se estabeleça uma junção de oprimidos. No trecho em análise, Ribeiro referencia autoras negras importantes para o feminismo negro. Essa construção é feita tal qual a costura de um tecido, em que alinha pensamentos das intelectuais sobre o silêncio, de modo que Ribeiro as menciona como uma antigenealogia.

Djamila Ribeiro também pensa o silêncio como parte da prática política, pois sujeitos políticos são sujeitos de direito. No interior do movimento feminista, os efeitos do silenciamento imposto às mulheres negras colocam-nas como pessoas desprotegidas do Estado, sendo as maiores vítimas de violência. Daí a urgência de se compreender o caráter

interseccional das relações, ou seja, pensar que as condições de existência dos sujeitos, são cruzadas por diversas opressões, como racismo, sexismo, situação socioeconômica, de gênero.

Ler autoras negras é ouvir suas pautas, seus problemas dentro do movimento feminista, possibilitando que nomeiem suas questões e que sejam visibilizadas, tornando-se presentes dentro da ausência de direitos que permeia suas existências. Ribeiro coloca a invisibilidade da mulher negra, dentro do feminismo, como opressor, já que o discurso do feminismo branco é considerado dominante (Ribeiro, 2018, p. 124). Então, é importante que esse grupo oprimido refute e contra-argumente essas narrativas excludentes. A ausência, pensada como silenciamento, também caracteriza uma ideologia (Ribeiro, 2018, p. 124).

1.1 **Feminismo negro em Neusa Santos Souza e Beatriz Nascimento**

Foi pensando nas lacunas experenciadas por mulheres negras em relação a suas pautas que buscamos subsídios teóricos sobre a condição de ser negro no Brasil. Daí a importância de referenciarmos as intelectuais Neusa Santos Souza e Beatriz Nascimento, cujas produções são pouco visibilizadas. Souza e Nascimento apresentam em suas obras “Tornar-se negro” (2021) e “Meu negro interno” (2018), respectivamente, perspectivas em torno da subjetividade em ser negra no Brasil e seus impactos socioemocionais.

Neusa Santos Souza (1951-2008) foi uma médica psiquiatra negra, nascida na Bahia, onde se formou em medicina, pela Faculdade de Medicina da Bahia, no início dos anos 1970. Também psicanalista, a intelectual combinou a prática da medicina com os estudos sobre o impacto de ser negro no Brasil e seus desdobramentos psíquicos.

Na “Introdução” e no Capítulo I, “Antecedentes históricos da ascensão social do negro brasileiro: a construção da emocionalidade”, do livro “Tornar-se negro” (Souza, 2021), Souza justifica a obra ao considerar que não havia, à época em que se debruçou sobre o tema, conteúdos “sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, nesse nível, elaborado pelo negro acerca de si mesmo” (Souza, 2021, p. 45). Nessa direção, a teórica propõe a autodefinição pelo próprio sujeito, ou seja, insiste na importância de a pessoa negra ser sua própria enunciadora. Explica que ser autônomo significa poder discursar sobre si mesmo, a partir da realidade concreta do indivíduo (Souza, 2021, p. 45). A outra justificativa ancora-se no fato de não se explorar, na academia, os aspectos emocionais das pessoas negras.

> Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 2021, p. 46).

A intelectual explora o percurso político e emocional de se reconhecer como negra, experimentando uma série de opressões e exclusões impostas pela sociedade, a qual não a vê como pessoa capaz de ter gerência própria e que deve estar sempre a serviço do outro, anulando-se, isto é, alguém sem humanidade. Por outro lado, em resposta ao racismo sofrido, torna-se fundamental para os negros reconhecerem sua potência e recuperarem suas memórias. Em aliança com a produção do conhecimento e com a experiência desse grupo, abre-se a possibilidade de libertação de um modelo branco, instituído como único. Esse modelo de identidade atende às determinações tradicionais, as quais entendem que pessoas negras são econômica, política e socialmente inferiores e submissas, além do fato de terem dificuldades de aceitação e de sofrerem com a falta de estima por si mesmas (Souza, 2021, p. 47).

O padrão branco instituído pelos escravistas colocou o africano e a africana em lugar social de subalternidade, definindo, também, o modo como esses deveriam interagir com os brancos. Dessa forma, a sociedade escravagista determinou e instituiu a pessoa negra como socialmente inferior, ou seja, a raça determinava as possibilidades na sociedade escravocrata.

> Entretanto, a desagregação dessa ordem econômica e social e sua substituição pela sociedade capitalista tornou tal representação obsoleta. [...] E todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros é elaborado com o objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social (Souza, 2021, p. 48).

A Abolição instaurou uma nova escravização dos corpos negros, quando os manteve sem perspectivas de futuro e, principalmente, quando essa categoria foi posta em lugar de inferioridade na estrutura social brasileira, a qual entende que a cor da pele determina a que classe o sujeito deve pertencer. Segundo a ótica da branquitude, os negros deveriam se sentir úteis e submissos, para que os brancos mantivessem seus privilégios. Entretanto, os negros procuraram modos de ascensão social como forma de resistência e de não aceitação das imposições e da dominação. Assim, de alguma forma, esse plano precisava ser cumprido, a fim de que funcionasse como modelo para seus semelhantes. A partir da instauração da sociedade capitalista, é criado outro espaço de disputa e de luta entre negros e brancos. Esse deslocamento faz com que o primeiro grupo busque sair da margem e se coloque como capaz e produtivo, e o segundo tente se manter no *status quo*, na defesa de seus interesses, traduzidos como poder

político, social, econômico e cultural. O empenho do povo negro era, e continua sendo, para ser reconhecido como cidadão, título apenas outorgado aos brancos.

> Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale a dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente (Souza, 2021, p. 50).

Ao utilizar a expressão "ser gente" (Souza, 2021, p. 50), a teórica recupera parte essencial da história do povo negro, que é justamente a luta para ser visto como humano, com desejos, propósitos, sentimentos e ações. Para alcançar as oportunidades e os lugares prestigiosos do povo branco na sociedade brasileira, o negro precisava se igualar ao branco. Como não há possibilidade de se alterar a cor da pele, os negros permanecem criando estratégias para conseguirem melhores condições e posições sociais. A investida à qual Souza se refere esbarrou em impedimentos produzidos pela própria dinâmica das "relações raciais, que se comportavam de modo ambíguo – ora impondo barreiras, ora abrindo brechas à ascensão social do negro" (Souza, 2021, p. 50). A intelectual investe na explicação de que, embora a estrutura racial possibilitasse aos negros algum movimento ascendente na pirâmide social, essa mesma estrutura obstruía o avanço. A finalidade desse arranjo, então, se cumpria: fraturava a identidade das pessoas negras e "desestimulava a solidariedade" (Souza, 2021, p. 50-51) entre elas, mantendo, assim, os brancos em seu lugar de destaque.

> A inexistência de barreiras de cor e de segregação racial – baluartes da democracia racial –, associada à ideologia do embranquecimento, resultava num crescente desestímulo à solidariedade do negro, que percebia seu grupo de origem como referência negativa, lugar de onde teria que escapar para realizar, individualmente, as expectativas de mobilidade vertical ascendente (Souza, 2021, p. 50-51).

A suposta falta de divisão racial provoca, nas pessoas negras, a ilusão de que poderiam se igualar aos brancos. Daí resultou a crença de que a individualidade ou mérito seriam suficientes para que os negros realizarem seus objetivos, que giravam em torno, sobretudo, do acesso a melhores condições de vida. A partir dessa observação, assumiram o seu próprio grupo como negativo e inferior em relação ao branco, criando mais um abismo na estrutura racial e uma ruptura entre o povo negro. De um lado, havia os "que se conformavam com a 'vida de negro' e, de outro, os que ousavam romper com o paralelismo negro/miséria. Uns e outros hostilizavam-se reciprocamente" (Souza, 2021, p. 51). Tentar se assemelhar ao branco, ou tornar-se branco, funcionava como plano de fuga de sua identidade, de suas origens. Para se

equiparar ao branco, seria necessário assumir a identidade, a cultura e os valores brancos, resultando no apagamento das raízes negras. Quanto mais próximo dessa configuração, isto é, de se assemelhar ao branco, mais o negro se torna aceito socialmente e passa a projetar caminhos para ascender.

Ao tomar o modelo branco como único, pessoas negras conseguem adentrar uma nova ordem social, na medida em que se tornam "aceitos" nos espaços da branquitude. Esse modo de fraturação aponta para um destino perverso imposto pela sociedade, qual seja, o de o negro aniquilar sua negritude, para tentar ser aceito socialmente. No entanto, ainda assim, percebe a impossibilidade, tendo em vista que quando ascende é, constantemente, questionado sobre sua competência e capacidade. Como resultado, a história de ascensão dos negros no Brasil é traduzida por se sujeitarem à hegemonia branca e assimilarem esse modelo em detrimento da ancestralidade e potência intrínsecas, tão essenciais na e para a história da sociedade brasileira.

Neusa Santos Souza entende que "tornar-se negro" é um processo que gira em torno de negros e negras se conscientizarem de sua constituição, de sua identidade, de modo a se libertarem "de um discurso mítico acerca de si" (Souza, 2021, p. 115), de que, por exemplo, deva se comparar ao branco, tarefa que já se provou impossível. O esforço da psicanalista é no sentido de que os negros possam se afirmar e se definir como sujeitos políticos, sem que precisem se alienar e responder ao desejo do outro.

Em diálogo com Souza, lançamos luz sobre o ensaio "Meu negro interno", da intelectual negra Maria Beatriz Nascimento (1942-1995). Neste ensaio, Beatriz Nascimento, nordestina de Sergipe, historiadora, ensaísta, poeta, também questiona, inicialmente, o sofrimento humano e seu autoconhecimento. Entende que ele está diretamente relacionado à história do povo negro no Brasil e as relações inter-raciais.

Ativista na luta pelos direitos de negros e mulheres, Nascimento teve seu nome inscrito no "Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria", por meio da Lei 14.712/2023 (Brasil, 2023), onde estão os nomes de pessoas que se destacaram na história do Brasil. Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju, em 1942, e mudou-se quando criança para o Rio de Janeiro, onde se graduou em História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e iniciou o curso de mestrado em Comunicação Social, na mesma universidade. Como historiadora, pesquisou sobre a formação de quilombos, a resistência cultural negra e o racismo, temas sobre os quais escreveu inúmeros artigos, enquanto militava no movimento negro. Em 1981 fundou o Grupo de Trabalho André Rebouças. Escreveu e narrou o documentário *Ôrí* (1989), que aborda a trajetória dos negros no Brasil. Foi assassinada em 1995, no Rio de Janeiro, pelo companheiro de uma suposta amiga,

após aconselhar a separação. Deixou uma filha com o cabo-verdiano Djosa Freitas Gomes, Bethania Nascimento Freitas Gomes, a qual, em 2001, tornou-se a primeira bailarina da Companhia de Teatro de Dança do Harlem, em Nova Iorque.[7]

Pela própria vivência como mulher negra, buscava compreender como agia a opressão à sua mente e ao seu corpo durante tantos séculos de escravização, que resultaram em apagamento ou "imensa amnésia coletiva que nos faz sofrer brutalmente" (Nascimento, 2018, p. 240). Essa amnésia a que Nascimento se refere pode ser entendida como invisibilidade, esquecimento da história desse povo, com o propósito de silenciar o passado repressivo direcionado aos corpos e às mentes negras.

A perversidade dos colonizadores mantida e autorizada por tanto tempo não poderia determinar comportamento afável ou dócil advindo de um grupo violentado, como faz crer o imaginário popular, de que pessoas negras são alegres e despreocupadas, caracterizando

> "a cultura do negro", ou seja, estabelecem um "behaviorismo" simplista e "folclórico", pois na realidade esses tipos de comportamento têm por trás um inconsciente esmagado pelo sofrimento ancestral e atual: a memória do negreiro, a solidão antiga, a ausência de identidade. Ah!… e tem a minha amnésia. Ela é a reunião de todas essas acima com mais uma: mergulhar na busca da explicação, do temível conhecimento do negro brasileiro (Nascimento, 2018, p. 240).

Ao tomar a palavra, a pensadora entende que o comportamento do povo negro traz o inconsciente carregado de dor, a memória da solidão dos navios negreiros e, sobretudo, da falta de identidade. Além desses fatores, há também a amnésia, esse esquecimento que tenta impedir o entendimento da população negra brasileira, o qual é fundamental para essas pessoas, segundo Nascimento.

Para entender e resolver o passado, é preciso lembrar-se das dores que ainda os acompanham, dos açoites durante o dia e da obrigação de doar amor e afeto ao seu senhor, causando confusão de sentimentos, daí a necessidade de esquecer. No entanto, a teórica insiste que essa ferida ainda circula e faz com que negros e negras se sintam recém-saídos de um navio negreiro, perdidos em um espaço e em uma sociedade que não os aceita em sua integralidade. Em busca por respostas ao racismo, a historiadora apresenta a "explicação" de um psicanalista, de seu círculo social: "Até que ponto não havia internalizado a discriminação da qual me queixava (...) eu não estaria também agredindo muito, justamente, o 'negro dentro de mim'?" (Nascimento, 2018, p. 242). Nascimento refletiu sobre a "análise" e considerou a possibilidade

[7] Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/eu-ainda-sinto-seu-ori-filha-bethania-carrega-legado-de-beatriz-nascimento,2fdfdaa7b76767516ea9b47b42429b15cmai1zog.html.

de o psicanalista estar certo, com a razão, embora o sentimento de confusão permanecesse. Pela palavra dele, a responsabilidade de resolver o sofrimento causado pela discriminação era dela... Daí Nascimento começa a refletir sobre esse negro interno, que habitava nela, como se fosse uma outra pessoa, com vontades próprias para sentir e se manifestar quando quisesse, independentemente da vontade da pensadora. Então, segundo o analista, o racismo passa a ser um problema da pessoa negra, e não um problema social, isto é, há uma inversão dos papéis, fazendo com que negros e negras, mais uma vez, sejam responsabilizados pelas atitudes do outro, por se "sentirem" discriminados. O analista cria um novo ser, "o negro interno", que passa a ser uma sombra, a qual Nascimento precisa controlar. Uma vez dominado, a sensação de discriminação estaria resolvida!

> … É, o problema é mesmo de natureza socioeconômica, o preconceito racial é uma das questões vinculadas à origem de classe. Dissolvidas as classes (não sei quando, nem como) tudo estará resolvido. Se aquela babá que passou agora por mim com um menino branco, tem algum conflito devido à sua condição, deve ser porque o "negro interno" dela é muito maior do que o de fora. Ela é quem se faz sofrer, porque um dia ela deixará de ser babá. Com o desenvolvimento do país, o maior acesso aos bens, o preconceito será diluído, ou então quando vier a revolução social. Para não esquecer nenhum detalhe pregado pelos "teóricos". O sofrimento do negro independe da raça, ele sofre a mesma discriminação do branco pobre. O negro é depreciado porque na sua maioria possui um baixo poder aquisitivo. O racismo acabará, basta que o negro se alfabetize, cada vez mais ascenda de classe, case-se inter-racialmente, etc. (Nascimento, 2018, p. 243).

Nascimento também questiona verdades postas por "teóricos", como a de que o problema racial no Brasil é de natureza socioeconômica. Pelo contrário, a população negra sofre porque tem menos acesso a oportunidades. O racismo causa um abismo social, que impede a babá, por exemplo, de estudar ou de ter melhores salários. Se a autora, que se reconhecia como intelectual, percebia que ao seu redor havia muito mais negros e negras em trabalhos subalternizados, haveria de ter uma explicação para isso, cuja resposta é o racismo, é o "negro interno" que, quando se mostra, logo tem que se recolher, porque não é aceito, é rejeitado.

> Na escola ainda acreditava que um dia não seria mais zombada que aquele medo ia passar, que os olhares hostis, as piadinhas, as demonstrações de desprezo ou indiferença e descrença, como se eu não existisse ali como as outras pessoas, fossem somente por causa de minha condição de menina pobre no subúrbio. Já nessa época me perguntava o porquê daquela preocupação de igualar-se aos brancos (Nascimento, 2018, p. 246).

Nessa citação, Beatriz Nascimento lembra de um passado de rejeição por ser negra e assume que a discriminação sofrida não era por ser pobre, como os outros alegavam. Ela sabia

que sua condição de menina-mulher negra no Brasil a colocava em desvantagem em relação a pessoas brancas. Daí também surge a "vontade" de se igualar a elas, para que pudesse ter mais momentos de felicidade, a qual lhe foi negada. Para a teórica, a reconciliação com o seu "negro interno" parecia distante, já que ele se manifestava açoitado, triste, nauseado por tentar se fazer presente e ao mesmo tempo precisar se recolher, de volta ao navio.

Observamos que Neusa Santos Souza e Beatriz Nascimento compartilham do mesmo questionamento sobre a origem do sofrimento do povo negro. Em diálogo com ferramentas da psicanálise, buscam respostas às suas dores, problematizadas em suas produções, as quais servem como modos de recordação, mas que também funcionam como faróis a iluminar o futuro do Brasil e do mundo.

1.2 **Memória e consciência em Lélia Gonzalez**

É significativo que a memória e a consciência em torno da mulher negra sejam discutidas nesta dissertação, a partir do pensamento da intelectual Lélia Gonzalez. A ativista já apontava para a importância da memória por parte das mulheres negras (Gonzalez, 1984), tendo em vista que funciona como modo de articulação com o presente, que repete as opressões do passado. No texto "A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica" (2018), Gonzalez apresenta a situação da mulher negra no Brasil durante o período da escravidão institucionalizada:

> Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre "livre" das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço (Gonzalez, 2018, p. 43).

A condição de sofrimento e exploração a qual são expostas, com intensos e ininterruptos afazeres, mantinha um retrato combinado do racismo e do sexismo na figura da mulher negra. Como modo de sobrevivência e de consciência, ainda hoje precisa se submeter a trabalhos mal remunerados, acumulando outras tantas funções sociais, como os serviços

domésticos e de cuidados com a prole, quase sempre uma tarefa solitária, pois abandonada pelos companheiros e genitores dos seus filhos. Essa situação é recuperada por Gonzalez:

> Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível *mais alto* de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar (Gonzalez, 2018, p. 48-49, grifos nossos).

Esse contexto explica a dinâmica das mulheres negras, invisibilizadas em suas singularidades, mas que são assumidas como essenciais para atenderem às necessidades de grupos privilegiados, arranjo que a exclui de oportunidades e a mantém em um ciclo de subserviência que atravessa gerações. Dado que a mulher negra está situada no nível mais alto de opressão, segundo Gonzalez (2018, p. 48), significa que está em posição privilegiada para entender a sociedade brasileira e transformá-la.

> Além disso, a menina já estava com dez anos, ficando mocinha. Muito trabalhadeira, sabe? Daquele tamaninho, ela trepava num banquinho pra mexer doce naqueles tachos grandes, na cozinha da fazenda. Desde cedo já sabia lavar, passar, cozinhar e varrer o terreiro que nem um brinco (Gonzalez, 2018, p. 32).

No ensaio "Mulher negra: um retrato" (2018), Gonzalez explica que a mulher negra é obrigada, desde cedo, a fornecer sua força de trabalho ao capital, e não por acaso o território em que está inserida assume, nesse excerto, um caráter disruptivo. Sua infância é cooptada pela exploração compulsória de seu corpo, mas que aponta, entretanto, para uma cena de aceitação e subserviência a ela atribuída e que seguirá pela vida adulta. Essa mão de obra permanece escravizada nos dias atuais, agora na figura da babá, cuidadora de crianças, nos lares de pessoas brancas, em sua maioria. Daí que a memória restaure justamente a história de opressão sofrida por essas pessoas, a qual não foi superada, porque permanece nas dinâmicas da sociedade brasileira, através das figuras subalternizadas da empregada doméstica e da mãe preta, as quais sugerem uma representação da passividade das mulheres negras, como aquelas que aceitaram a escravização de seus corpos e suas mentes sem resistência. No entanto, Gonzalez investe na explicação de que havia uma "resistência passiva" (Gonzalez, 2018, p. 118) aplicada de modo que as culturas africanas eram transmitidas às crianças brancas, inclusive no aspecto

linguístico, como, por exemplo, africanizando a língua portuguesa falada no Brasil, o "pretuguês" (Gonzalez, 2018, p. 118).

Essas narrativas não apenas permanecem, como se repetem na história do país, emergindo como naturalizadas pela sociedade brasileira, pois "o Brasil sofre, recorrentemente, de um esquecimento da sua própria história (...) aquilo que não pode ser lembrado, aquilo que não pôde ser elaborado, vai ser repetido. (...) Não recordou bem, vai repetir" (Dunker, 2024). A hipótese de que o Brasil "esquece" sua história e, por isso, torna a repeti-la vai ao encontro do que pensa o psicanalista Christian Dunker (2024), o qual entende que a história que não é elaborada, ou seja, que não é pensada, compreendida, implica sua reiteração.

Gonzalez faz o percurso da narrativa brasileira no que se refere à mulher negra, antes como mucama, cuidando da casa-grande e das "crianças nascidas do ventre 'livre' das sinhazinhas" (Gonzalez, 2018, p. 43). Tudo isso aliado aos abusos sexuais cometidos pelos senhores brancos e ainda com a tarefa de cuidar de seus filhos e de dar assistência a seus companheiros, "chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço" (Gonzalez, 2018, p. 43). E prossegue na atualidade, sofrendo com ausência de perspectivas para um futuro alternativo (Gonzalez, 2018, p. 49).

> Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração ("refúgios") nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de "servente" (que se atente para as significações a que tal significante nos remete).
> (...)
> Mas sobretudo a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mais ainda porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel, apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (Gonzalez, 2018, p. 56).

Justamente por causa da opressão racial sofrida, a mulher negra, como categoria política, é capaz de produzir uma revolução, conforme fez a intelectual. Ao lado de seus pares, acreditamos que as mulheres negras emergem como portadoras da chama da libertação, porque são sujeitos de resistência, conforme aprenderam com seus ancestrais. Isso dialoga diretamente com a memória, conforme Gonzalez (2018) pontua:

> [...] a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. Esquecer isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista

> graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo). Esquecer isso significa não querer ver todo um processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país (Gonzalez, 2018, p. 374).

Resulta fundamental que a população negra, sobretudo a mulher negra, lembre que a sociedade, opressora e racista, coloca-a na base da pirâmide socioeconômica, prosseguindo com o projeto de deslegitimação e apagamento da memória desse grupo. Nessa direção, Gonzalez problematizava a noção de consciência e de memória, sendo a consciência

> o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí… e fala (Gonzalez, 1984, p. 226-227).

Gonzalez criticava o modo como a sociedade brasileira negava a existência do racismo, o que configurava tratar o sintoma e não a causa. No entanto, por meio da palavra, a consciência emerge e, assim, pode-se compreender como se estruturam as relações sociais no Brasil, a partir do próprio discurso hegemônico. O que Gonzalez defendia era justamente descortinar, para a sociedade, as questões que envolviam desigualdades raciais, as quais ainda ocupavam o "lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento". Manter esse lugar desconhecido era fundamental para o disfarce do racismo, dado que, uma vez oculto, mantinha-se o seu funcionamento. Apagar a memória serviria, segundo a intelectual, como dinâmica particular do racismo. Nesse sentido, pensar a categorização da mulher negra como sujeito político gira em torno justamente de sua atuação como alicerce da sociedade brasileira. É figura determinante na história econômica e social do país, pois parte de um lugar de desamparo, de desprezo em direção à libertação e ao compromisso de transformar o mundo.

2. PAISAGENS DISCURSIVAS SOBRE "LUGAR DE FALA": ANTIGENEALOGIAS FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS

A partir deste capítulo, serão abordados os modos pelos quais a filósofa e ativista Djamila Ribeiro emerge como criadora de uma cartografia de sentidos sobre as mulheres negras, propondo uma antigenealogia antirracista, ao nomear outras intelectuais negras, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Audre Lorde, Grada Kilomba, bell hooks, Patricia Hill Collins, como uma maneira de manter viva a memória e de construir alianças entre o passado, o presente e o futuro. Neste capítulo refletimos sobre como as menções a essas mulheres podem construir uma caixa de ferramentas teórica, ao mesmo tempo que uma comunidade discursiva, quanto à história das opressões sofridas. Ao criar uma biblioteca decolonial, Djamila Ribeiro assume a posição de enunciadora de seus discursos, como modo de nomear esse grupo de autoras negras, criando coletividade, irmandade, sororidade ou "dororidade" (Piedade, 2019) entre essas intelectuais.

A linguista Eni Orlandi afirma que "as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados" (Orlandi, 2005, p. 21). Nessa direção, podemos pensar que, quando Ribeiro cita intelectuais negras, está intervindo, agindo, através da linguagem, para recuperar saberes dessas mulheres, como forma de manter a memória do passado de opressão.

2.1 Sobre antigenealogias criadas por Djamila Ribeiro: paisagens conceituais

"Não me foi dado o direito de saber de onde vim", reflete Djamila Ribeiro, em uma entrevista à ONU News, sobre mais um direito que foi negado à população negra brasileira (Polo, 2023). O tema genealogia remete ao conhecimento da ancestralidade de um povo, sua origem, e a intelectual precisou recorrer a um teste genético para saber sua origem, que confirmou ser de 80% nigeriana, já que arquivos referentes ao período da escravidão foram destruídos (Polo, 2023). Partindo desse dado, a memória surge como um recurso fundamental no que se refere à história dessa população, "esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita" (Gonzalez, 1984).

Sob a perspectiva da Análise do Discurso, a pesquisadora Eni Orlandi sublinha que "qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, consequentemente, com a ideologia)" (Barreto, 2006). O traçado de uma antigenealogia e de uma biblioteca de intelectuais negras nos textos de Ribeiro possibilita avanços nas agendas decoloniais no Brasil, ao iluminar intelectuais invisibilizadas pelo cânone. A antigenealogia é instituída por Ribeiro como um agrupamento sem hierarquia em torno do feminismo negro. Trazer essas memórias, como mecanismo para explicitar as lutas da população negra contra o racismo, é fundamental para repensarmos o sequestro da população negra de suas raízes, lembrando que "a diáspora negra deu suor, lágrimas e sangue ao gosto do Mar" (Akotirene, 2023, p. 42). Toda essa memória reflete as experiências de dor, mas também de sabedoria, que foram passadas por gerações e que se inscreveram como necessidade de se ouvir essas vozes também na academia, que ainda privilegia autores brancos.

Considerando o caráter interligado das determinações sociais, de raça, gênero e classe social, que afetam as mulheres negras, a autora e professora Vilma Piedade (2019), também uma mulher negra, cria o conceito de "dororidade", para se referir "à cumplicidade entre mulheres negras, pois existe dor que só as mulheres negras reconhecem, por isso a sororidade não alcança toda a experiência vivida pelas mulheres negras em seu existir histórico" (Francisco, 2017).

> Um conceito nunca está pronto, definitivo e imutável. Não está descolado de seu tempo e, portanto, não é estático. Pelo contrário: pressupõe movimento, crítica e transformação. (...) Todo conceito carrega elementos que, por sua vez, remetem a outros conceitos, e assim sucessivamente, num movimento circular e múltiplo.
> É a partir dessas noções de conceito que proponho um novo. Estou inaugurando o conceito de dororidade – e divido aqui a história dessa construção.
> Dororidade, como se pode presumir, faz referência à palavra sororidade, um dos pilares do movimento feminista. Numa definição muito abreviada, podemos dizer que sororidade significa a união de mulheres em várias instâncias da vida, do âmbito privado ao ativismo público. Ela abarca outros tantos significados – empatia, acolhimento e respeito às diferentes vozes femininas, entre outros.
> Mas, se existe a sororidade, qual é a finalidade de criar outro conceito? A sororidade já não ancora o feminismo? Será que, como mulheres feministas, o conceito de sororidade não nos basta?
> Pois, de meu lugar de fala, respondo: não, não basta. Meu lugar de fala, que é sempre um lugar de pertencimento, é o de mulher preta. Ativista. Feminista. De axé. É também um lugar que foi de minhas ancestrais, marcado pelo racismo e pela ausência na História. Um lugar-ausência. E daqui eu digo que a sororidade une e irmana, mas não basta. Não para nós, mulheres pretas.
> A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude (Piedade, 2017).

Quando Djamila Ribeiro evoca os pensamentos de intelectuais negras em seus textos, cria uma aliança, uma coletividade, que possibilita o compartilhamento de dores, de afetos, e

também de muitos saberes, fazendo uma intervenção na sociedade por meio da linguagem, da nomeação (Rocha, 2014; Josiowicz, 2023). Além disso, até o século XX, havia poucos estudos sobre a intelectualidade latino-americana, sendo a maioria sobre elites, especialmente compostas por homens brancos (Josiowicz, 2023, p. 4).

O agrupamento dos nomes de diversas intelectuais negras cria, nos seus textos da filósofa, uma coletividade antirracista, feminista, que projeta uma nova perspectiva social, indo de encontro ao que (ainda hoje) é valorizado pela sociedade, nas instituições, na literatura. Então, nomear Carneiro, Gonzalez, bell hooks e outras tantas autoras antirracistas constitui uma "prática cultural performativa a partir dos tecnodiscursos que mobilizam suas figuras e seu pensamento" (Josiowicz, 2023, p. 5. Tradução nossa). Dessa forma, a linguagem age, intervém na sociedade, fazendo-a se mover, se deslocar. Além disso, a ação de nomear intelectuais negras instaura subjetividades, demarca lugares sociais e intervém, por meio da linguagem, para uma nova visão de sociedade.

No livro "Lugar de fala" (2020), Djamila Ribeiro dialoga com os pensamentos da intelectual Sueli Carneiro a respeito do feminismo negro:

> Sueli Carneiro, no artigo *Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, nos mostra uma interessante perspectiva de entendimento sobre a categoria mulheres negras.
> "Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?
> Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas… Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (…).
> As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (…)."
> Carneiro nos mostra que o racismo determina as hierarquias de gênero em nossa sociedade, sendo assim necessário que os movimentos feministas pensem maneiras de combater essa opressão, caso contrário, também contribui por manter as relações entre as mulheres hierarquizadas reproduzindo o discurso hegemônico. A análise da estudiosa ainda nos permite perceber a necessidade de uma identidade reivindicada de mulher negra que se constitui como sujeito histórico e político. Porém, é fundamental atentarmos para as heterogeneidades que circundam essa categoria, para que não pensemos nessa categoria de modo fixo e estável.
> Uma característica interessante de muitas feministas negras é que elas não se restringem a se pensar somente como teóricas, mas como ativistas, militantes (…) (Ribeiro, 2020b, p. 46-49).

Neste excerto, Djamila Ribeiro evoca os ensinamentos de Carneiro e explica que a mulher negra foi e é considerada uma subcategoria de mulher, pois que não são vistas como frágeis nem como modelos de beleza. Destacamos também o fato de serem sexualizadas, principalmente em festas populares, como o Carnaval do Brasil. Daí que feministas negras precisem ser também ativistas, e não apenas teóricas.

No texto "Eu me arrependo dos meus silêncios", publicado em sua coluna do *Jornal Folha de S. Paulo*, do qual é colunista, Ribeiro pontua que, "como mulheres, fomos ensinadas a calar, a não saber dizer não para não incomodar, a falar baixo ou falar o que se espera de 'uma mulher'" (Ribeiro, 2019a). Daí ser vista como "raivosa ou agressiva, a 'barraqueira' ou, como dizia a grande intelectual Lélia Gonzalez, 'a criadora de caso'" (Ribeiro, 2019a). Conforme a própria Djamila Ribeiro ensina, "toda mulher que foge do que lhe é imposto é tida como a louca, a histérica. (...) E nós crescemos acreditando que mulher boa é quieta, pois fazer barulho desestabiliza" (Ribeiro, 2019a). Nessa linha de pensamento, Ribeiro celebra a autora premiada e somente há pouco reconhecida como grande nome da literatura, Conceição Evaristo, eleita, na Academia Mineira de Letras, em 08 de março de 2024, Dia Internacional da Mulher (Cruz, 2024), como "primeira escritora negra e a décima mulher a fazer parte da AML, uma instituição que já completou 115 anos". Somente após 115 anos, uma intelectual negra ocupa uma cadeira na instituição, configurando uma quebra de paradigma, ainda que tardio. Essa é umas das artimanhas do racismo, silenciar essas mulheres, através da não-legitimação de seus saberes:

> Outra forma de silenciar é não respeitar a produção intelectual de mulheres negras. Todo mundo quer debochar ou falar a respeito disso sem conhecer de fato — para não se sentirem incomodados nos seus sonos injustos, parafraseando Conceição Evaristo.
> Para criticar, é preciso conhecer seu objeto de crítica, mas muita gente se sente autorizada a falar sobre o que não sabe. Ou ainda, em vez de debater ideias, ataca o interlocutor.
> Se a interlocutora for mulher, sobretudo uma mulher negra, dupla antítese de branquitude e masculinidade, como afirma Kilomba, não há alteridade, há a necessidade de aniquilação, de botá-la "no seu lugar", seja atacando, seja debochando — próprio de quem se julgou como autorizado a falar, de quem não tem argumentos para contrapor "ethos" desconhecidos por eles.
> Desconhecidos, posto que historicamente silenciados. Quando Lélia Gonzalez diz "o lixo vai falar e numa boa", a intelectual afronta e transcende o sujeito supostamente autorizado que vai se incomodar com a quebra do silêncio.
> Romper silêncios não é fácil, mas muitas mulheres negras nos mostram o quão necessário é para nossa libertação.
> Dá medo. Quem está no poder sabe punir aquelas que ousaram falar — pelo boicote, deslegitimação ou apagamento (Ribeiro, 2019a).

Com essa explanação, Ribeiro aponta para silêncios que precisam ser rompidos pelas mulheres negras, que desde sempre enfrentam o sexismo e o racismo para se colocarem e afirmarem sua identidade, mesmo com o risco de sofrerem toda sorte de boicotes.

> Já engoli ou guardei silêncios que me machucaram, nem sempre tive o entendimento necessário ou a força, mas quando sinto medo recorro a essas mulheres. Em "A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação", Audre Lorde nos brinda com um excelente incentivo.
> Penso, por mais difícil que seja e entendendo alguns limites, compreender a importância e potência que Lorde nos traz.
> "Do que mais me arrependo são dos meus silêncios. Por causa do silêncio, cada uma de nós leva na cara a imagem do seu próprio temor: temor ao desprezo, à censura, aos julgamentos, à aniquilação. Mas, acima de tudo, o temor à invisibilidade. Nós, mulheres negras, sempre temos sido muito visíveis, por um lado, e por outro somos invisibilizadas como consequência da despersonalização do racismo.
> Há muitas maneiras de ser vulnerável e não posso evitá-las. Não vou me tornar ainda mais vulnerável colocando o silêncio como uma arma nas mãos dos meus inimigos" (Ribeiro, 2019a).

Ribeiro reconhece que os silêncios guardados provocam dores e que uma das maneiras de reunir forças é se aliando a outras mulheres que padecem do mesmo sofrimento. A criação dessa antigenealogia, através da nomeação de autoras negras, é acreditar na potência, na união, no amparo que todas elas podem oferecer umas às outras.

A criação de uma biblioteca decolonial, com todas essas intelectuais, emerge, então, como prática discursiva, que recupera a memória como um dispositivo para se pensar nessas mulheres como criadoras de teorias que não podem ser esquecidas e como pessoas capazes de transformar a sociedade.

2.2 **Silêncio e memória como dispositivos de análise**

Em sua obra "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018), Ribeiro narra sua história a partir de muitas memórias, familiares, de sua origem e do encontro com autoras negras que a ajudaram a se redescobrir:

> Enquanto cuidava do meu pai no hospital, que adoeceu logo depois da minha mãe, conheci a Casa de Cultura da Mulher Negra. Foi lá que tive a primeira oportunidade de um trabalho que valorizava minha formação, oferecida por mulheres negras feministas de fato.
> Redescobri minha força. Trabalhei quase quatro anos na biblioteca da Casa de Cultura, onde entrei em contato com bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Lima Barreto, Sueli Carneiro, Alice Walker, Toni Morrison. *Fui aprendendo a falar por*

> *outras vozes*, a me enxergar através de outras perspectivas (Ribeiro, 2018, p. 17, grifos nossos).

Nessa citação, podemos observar a importância de intelectuais negros na formação de Ribeiro, principalmente de intelectuais mulheres negras. Djamila Ribeiro recupera os saberes, as falas dessas pessoas desde o trabalho na biblioteca da Casa de Cultura da Mulher Negra e emerge como criadora de uma antigenealogia antirracista, ao nomear outras intelectuais negras, como uma maneira de manter viva a memória e de aprender a falar através dos seus ensinamentos. Através dessas novas vozes, a autora se redescobriu e conseguiu falar a partir dos conhecimentos e das experiências dessas intelectuais, que a conduziram para o conhecimento de outra vertente do feminismo, que até então, para Ribeiro, apresentava-se somente sob a perspectiva da branquitude.

> Só então compreendi por que muitas vezes eu não me identificava com um feminismo dito universal: porque as especificidades das mulheres negras não eram consideradas. Aquelas autoras tinham denunciado a invisibilidade das mulheres negras como sujeito do feminismo. E outras se juntaram a elas. Grada Kilomba, pesquisadora e professora da Universidade de Humboldt, faz uma analogia interessante entre a máscara que as pessoas escravizadas eram obrigadas a usar cobrindo a boca e *a afirmação do projeto colonial de impor silêncio, um silêncio visto como a negação de humanidade e de possibilidade de existir como sujeito*. Com ela, aprendi que "a máscara não pode ser esquecida. Ela foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos". *Mas, ainda que sejam caladas e negligenciadas, vozes se insurgem* (Ribeiro, 2018, p. 17-18, grifos nossos).

No capítulo homônimo ao título do livro, Djamila Ribeiro lembra como as relações entre mulheres brancas e negras sempre foram tensionadas, principalmente pelo fato de aquelas terem dificuldade em reconhecer seus privilégios, que as colocam em uma posição mais vantajosa na sociedade em relação às mulheres negras. A intelectual afirma que muitas feministas brancas pensam a questão racial como disputa, o que impede o avanço das pautas feministas, mantendo lógicas de opressão (Ribeiro, 2018, p. 53). Daí resulta seu questionamento de "um feminismo dito universal" (Ribeiro, 2018, p. 17), ou seja, um feminismo que não dava, e não dá, conta das especificidades apresentadas pelas mulheres negras, as quais permanecem na base da pirâmide social (Ribeiro, 2018, p. 34).

No capítulo "A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização", parte do livro "Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano" (2019), Grada Kilomba, teórica negra, nascida em Lisboa, Portugal, relata a história de Anastácia, mulher escravizada, cuja boca foi coberta com uma máscara, a qual Kilomba nomeia como "máscara do silenciamento" (Kilomba, 2019, p. 33). Essa máscara fez parte do projeto colonial por mais de trezentos anos,

que pretendia impor medo por meio do silenciamento, o qual impedia que pessoas negras tivessem voz, negando, assim, sua humanidade. A teórica portuguesa explica que "a boca é um órgão muito especial, ela simboliza a fala e a enunciação" (Kilomba, 2019, p. 33-34), ou seja, é através da boca que as pessoas se manifestam, apontam as violências sofridas e exigem que sua humanidade seja reconhecida. Por essa razão, Kilomba defende que, no terreno do racismo, a boca é "órgão da opressão por excelência, representando o órgão que os(as) brancos(as) querem – e precisam – controlar e, consequentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido" (Kilomba, 2019, p. 34).

Nesse cenário, Ribeiro afirma que "a máscara não pode ser esquecida" (Ribeiro, 2018, p. 18), ou seja, apesar de o projeto colonial de silenciamento da população negra ainda subsistir, ainda é possível falar pelos orifícios dessa máscara, nascendo novas vozes de combate às opressões, como no caso da própria autora, que tem debatido sobre o racismo e suas consequências para toda a sociedade. O eco dessas vozes negras, que conseguem atravessar a "máscara do silenciamento", significa resistência e luta contra as violências sofridas. Ribeiro consegue avançar no tema e afirmar sua humanidade e sua existência por meio de seus textos, os quais visam a um novo marco civilizatório. No entanto, apesar de todo o avanço das narrativas de pessoas negras, ainda há muita resistência quanto à legitimação de seus discursos.

> Dentro da estrutura colonial que marca a história da América Latina, uma pessoa negra falar o que quer, onde quer e para quem quer implicaria romper com essa máscara. Kilomba (2019) explica que existe, sim, uma dificuldade de as pessoas brancas ouvirem as negras e que isso causa incômodos, certamente porque a partir daí elas perceberão que o lugar de fala não é exclusividade delas (Santos; Josiowicz, no prelo).

A máscara que foi usada para silenciar Anastácia ainda representa autoridade discursiva do opressor, ou seja, determina quem pode falar. A linguista Eni Orlandi afirma que "o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada" (Orlandi, 2015, p. 29), e Ribeiro, como enunciadora, revisita as memórias de silenciamento da mulher negra e as ressignifica, provocando uma tensão em relação a pessoas brancas, que historicamente se beneficiaram da autoridade discursiva e que agora passam a dividir o espaço da enunciação com intelectuais negras em posição de poder. Por essa razão, Orlandi defende que o interdiscurso "nos permite remeter o dizer (...) a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos" (Orlandi, 2015, p. 30). Para reforçar a importância da memória como

dispositivo de resgate, Ribeiro revela a experiência que teve com a escritora negra premiada Conceição Evaristo:

> Outra coisa que me marcou muito foi a declaração que a escritora brasileira Conceição Evaristo me deu em entrevista à *CartaCapital* em 2017: "Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara".
> Por meio do meu trabalho na biblioteca e dos textos que escrevia para a revista da ONG, tive oportunidades únicas de *identificar a máscara e me fortalecer para poder falar pelos orifícios dela*. Não dá para lutar contra o que não se pode dar nome. Como no Brasil todos os documentos relacionados à escravidão foram queimados, não temos como saber de onde viemos, se da Nigéria ou de Guiné-Bissau. E, quando não se sabe de onde vem, é mais fácil ir para onde a máscara diz que é seu lugar. Conhecer minha história, a história dos meus antepassados, me possibilitou romper com a história única e identificar tudo aquilo de negativo que havia sido dito sobre pessoas como eu (Ribeiro, p. 19-20, grifos nossos).

Mais uma vez a memória se apresenta fundamental para que a filósofa Djamila Ribeiro possa confrontar hegemonias, sendo dessa vez fortalecida pelo feminismo negro, que evoca um novo modo de pensar o feminismo, que desestabiliza domínios, em busca da equidade de direitos. Daí que o feminismo negro surge como um mecanismo de luta para as mulheres negras, especialmente, mas com reflexos para todos. Djamila Ribeiro evoca os saberes de intelectuais negras para entender de que maneira temas sensíveis, como os sentimentos inerentes aos seres humanos, podem interferir na dinâmica social:

> Ler *O olho mais azul*, de Toni Morrison, escritora estadunidense e prêmio Nobel de literatura, foi outra pequena revolução. "O amor nunca é melhor do que o amante. Quem é mau, ama com maldade, o violento ama com violência, o fraco ama com fraqueza, gente estúpida ama com estupidez e o amor de um homem livre nunca é seguro", ela diz. Foi graças a Morrison que percebi que, adoecida pelo racismo, eu precisava encontrar formas de me libertar para não amar de forma adoecida também. Entendi que o amor, *por mais que me tivesse sido negado de várias formas*, era um direito. E que viria a partir do momento em que eu tivesse coragem de olhar para dentro de mim com sinceridade para *retirar o mal que fora colocado ali com tanto silenciamento* (Ribeiro, 2018 p. 20, grifos nossos).

Nessa citação, a filósofa compartilha a experiência que teve através da leitura de Toni Morrison (Ribeiro, 2018, p. 20), que explicita algumas reflexões sobre o amor. Sobre esse sentimento, Ribeiro afirma que lhe foi negado, mas que é um direito. Segue afirmando que o racismo a adoeceu e que a experiência de sentir, de ser cuidada e de receber atenção representa a negação dessa dor, o silenciamento desse sentimento. Em busca do direito de amar e ser amada, de ser humanizada, precisou se libertar dos males dessa opressão e avançar para o

autoconhecimento, para poder vivenciar o amor de forma plena e saudável, conforme já anunciava outra importante intelectual negra, bell hooks:

> O amor cura. Quando somos feridos nos espaços onde deveríamos conhecer o amor, é difícil imaginar que o amor realmente tenha o poder de mudar tudo. Não importa o que tenha acontecido em nosso passado: quando abrimos nosso coração para o amor, podemos viver como se tivéssemos nascido de novo, sem esquecer o passado, mas vendo-o de uma forma nova, deixando que ele viva dentro de nós de uma nova maneira. Seguimos adiante com a percepção renovada de que o que já passou não pode mais nos machucar. Ou ainda: se em nosso passado fomos amados, sabemos que não importa a presença ocasional do sofrimento em nossa vida, pois sempre voltaremos para a calma e a felicidade recordadas. A rememoração atenta nos permite reunir outra vez os pedaços e os cacos de nosso coração. É assim que a cura começa (hooks, 2020, p. 165).

A partir da colocação da escritora bell hooks (2020), assumimos que Ribeiro transcendeu os impedimentos ao amor ao olhar para si mesma, apesar do silenciamento e da negação do amor a ela imputados. Segundo bell hooks, a "cura" através do amor-ação é alcançada através da ressignificação dos sofrimentos do passado, o que vai ao encontro do que Djamila Ribeiro experienciou. Entendemos que em relação às vivências da filósofa o fato de o amor ter-lhe sido negado também significa uma forma de silenciamento.

Essas vivências têm a ver com o passado de opressão experienciado por mulheres negras e apontam para a valorização de seus discursos na atualidade, desde que partam delas mesmas, ou seja, quando intelectuais negras, como Ribeiro, enunciam a partir de suas próprias experiências. Daí relacionarmos essas reflexões com as "escrevivências" da intelectual Conceição Evaristo (2020), conceito que ganhou corpo dentro e fora da academia e sobre o qual passamos a refletir.

2.3 **Intelectuais escreviventes: enegrecendo os estudos literários - Lívia Natália**

O ensaio "Intelectuais escreviventes: enegrecendo os estudos literários" (Natália, 2020) é parte da obra "Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo" (2020), que reúne textos que referenciam a escrita escrevivente, ou escrevivências, termo cunhado pela acadêmica mineira. Nesse ensaio, a professora e escritora baiana Lívia Maria Natália de Souza Santos, popularmente conhecida como Lívia Natália, dialoga, referencia e lança luz sobre os pensamentos e as escritas de autoras negras, a partir da necessidade de

analisar e explorar os modos de escrita próprios de mulheres negras. Nesse sentido, Lívia Natália assume que existe uma complexidade em relação à autoinscrição desse grupo no que diz respeito à sua subjetividade e ao seu caráter não hegemônico na sociedade brasileira. Dessa forma, é significativo que autoras negras tenham agência própria, falem por si mesmas, de modo a celebrarem suas histórias através de suas produções literárias.

A importância da escrita de Evaristo foi construída a partir de seu olhar e da sua vivência em um cenário de escassez econômica. No entanto, havia abundância de experiências significativas, de leituras do mundo, que não as ensinadas em espaços escolares. Sua mãe, Joana Josefina Evaristo

> se negava a obedecer à precariedade da vida imposta às pessoas negras e demonstrava que escrever é muito mais complexo do que nos ensinou a cultura letrada; escrever não é apenas articular palavras no papel, é inscrever traços da vida, investindo-se, enquanto sujeito, transformando a escrita no gesto que interrompe o livre fluxo da negação ou limitação de existências, tornando possíveis vidas pensadas pela estrutura racialmente construída como inviáveis (Natália, 2020, p. 209).

Apesar da carência financeira, resultado da estrutura racial que ataca violentamente as pessoas negras no Brasil, Evaristo segue a trilha de sua mãe, investindo em um traçado que dialogava com sua história e de sua família, ou seja, com a sua "escrevivência". Nesse cenário, para Lívia Natália, o conceito de escrevivência amplia o entendimento da escrita, que passa a significar comprometimento com a vida e, consequentemente, com as experiências de quem escreve. Daí o conceito de escrevivência ampliar também os fundamentos da biografia:

> Escreviver não é se limitar à incidental experiência de um ser humano excepcional, não se reduz ao mero exercício narcísico – veremos isso adiante – mas é, antes, uma antibiografia, uma construção de interconexões entre vivências distendidas no tempo-espaço, sendo, assim, uma cena de agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE; GUATARRI, 2014) (Natália, 2020, p. 210).

À luz do feminismo negro, que investe na defesa e valorização de mulheres negras, Natália aposta na enunciação desse grupo como fundamental ao seu próprio agenciamento, ou seja, são elas quem devem falar por si mesmas, recuperando suas memórias e explorando suas potencialidades, para pleitearem melhores condições. Assim, cria-se uma antibiografia, a qual passa a sustentar a importância das vivências de escritoras negras, ampliando o sentido de biografia para além do tempo-espaço. Lívia Natália (2020) questiona quais são as histórias de vida que despertam interesse e quem são as pessoas cujas biografias mais se celebram. Nesse sentido, entende que as narrativas de pessoas negras, mulheres em especial, passam por um

“sistemático processo de invisibilização” (Natália, 2020, p. 210), logo é preciso, antes, possibilitar abertura de espaços para que essas intelectuais possam contar suas histórias.

> Muitos de nossos mais velhos afirmam que suas vidas dariam um livro e há, constantemente, entre pessoas negras, não apenas a sede de registrar as suas travessias, mas uma sistemática de criar espaços onde o eu possa se expressar, em que possamos partilhar a dureza da experiência de sermos negros num país estruturalmente racista (Natália, 2020, p. 211).

Há, na academia, um modelo de produção de conhecimento que prioriza narrativas em terceira pessoa em detrimento da primeira. Essa dinâmica inviabiliza a narrativa de pessoas negras por elas mesmas, quando há muito o que ser contado e partilhado. Então, para seguir a lógica acadêmica, muitos escritores negros entendiam e ainda entendem que precisam acompanhar o pensamento branco, por meio de normas e procedimentos, para serem aceitos e compreendidos pela academia e pelo público, majoritariamente branco.

Quando uma pessoa negra escreve em primeira pessoa e sobre sua história, seus traumas, sonhos, suas angústias, realizações e produções, significa que passa a atuar e afirmar-se como parte do campo intelectual, algo que não estava previsto pelo pensamento colonial. Daí a defesa da escrevivência por parte da poeta Lívia Natália:

> Falar sobre si, em primeira pessoa, é um relevante gesto de desalienação e desrecalque de uma voz sistematicamente tornada inaudível. Por isso, defendo que os nossos textos acadêmicos sejam, sim, eivados de nossas escrevivências, de nossas travessias e que estas possam nos servir como instrumento e análise (2020, p. 211-212).

Não obstante, Natália tece uma autocrítica importante, ao se perceber afetada pela “lógica epistemicida branca” (Natália, 2020, p. 211), quando se via incomodada com narrativas de autoras negras. A poeta assume que tais escrevivências “pareciam frequentemente um mero exercício de exibição de si caso não resultassem em análises bem estruturadas das relações entre as histórias narradas e os objetos de estudo em tela naquele momento” (Natália, 2020, p. 211). A partir desse incômodo, deslocou seu pensamento e refletiu sobre como pessoas brancas nunca precisaram falar “performaticamente” (Natália, 2020, p. 211) de suas experiências, de sua subjetividade, dado que do alto de seu privilégio nunca foi necessário se autodefinirem.

Seguindo as pistas do deslocamento, Natália refuta a ideia de que mulheres negras seriam narcísicas ao falarem de si, pois, para um gesto ser considerado narcísico, é necessário que o sujeito possua

> um ego autocentrado e amoroso de si, que torne o seu próprio corpo – em sentido ampliado – um objeto de dedicação erótica, em um contexto de obtenção de prazer em manejá-lo, em tocá-lo e usufruir dele como quem descobre um paraíso perdido, disponível apenas para o seu afeto. Não somos esse sujeito na medida em que somos ensinados que nosso o corpo é a representação da feiura e da impossibilidade de adequação (Natália, 2020, p. 15-16).

Pessoas negras ainda experenciam a invisibilidade, a ausência de modelos em que possam se ancorar e se reconhecer, já que esse modelo tem cor e formas brancas, causando nas pessoas negras, desde a infância, a sensação de pequenez. Para transcender a estética narcísica a partir de um corpo vilipendiado, a mulher negra torna-se uma escrevivente, para dar conta das leituras racializadas que se impõem inclusive em espaços acadêmicos.

Natália também reflete sobre a doença de que sofrem vários estudantes atualmente. A consciência do racismo e das suas injustiças seria a responsável por esse adoecimento psíquico. Por essa razão, defende o uso da primeira pessoa do discurso, a escrevivência, como modo de insurreição contra o academicismo, que desconsidera experiências de grupos minoritários. Assim como Evaristo, Natália propõe a autonomia dessas pessoas, o autorreconhecimento e o registro de narrativas de, sobre e para escritoras negras, mas com ecos para toda a sociedade brasileira.

Neste capítulo, analisamos como a nomeação de intelectuais negras sobre o silêncio pode promover e ampliar debates em torno de memória, decolonialidade, feminismo negro, racismo, como uma intervenção por meio da linguagem, para que se crie uma existência plena, igualitária e digna para todas as mulheres negras, com consequências para toda a sociedade. Dessa forma, Djamila Ribeiro subverte a hegemonia e instaura uma nova forma de valorização dessas intelectuais, recuperando suas memórias e possibilitando o acesso através de seus textos. Todo esse movimento de se pensar um lugar de fala para esse grupo de pensadoras desestabiliza, tensiona, porque são contra-hegemônicos:

> Sim, esses discursos trazidos por essas autoras são contra-hegemônicos no sentido de que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante (Ribeiro, 2020b, p. 89).

Esses confrontos são necessários para que pessoas brancas se sintam incomodadas em seu conforto e possam se juntar a grupos subalternizados, para reivindicarem a promoção da igualdade. Em conclusão, acreditamos na importância de Djamila Ribeiro como enunciadora importante para as Humanidades, como uma voz potente que evoca outras teóricas para o

compartilhamento de saberes e experiências, em uma sociedade racista e sexista cuja história de opressão das mulheres negras atravessa a história do Brasil e da América Latina.

3 CONTRAPÚBLICOS ANTIRRACISTAS E COMUNIDADES DISCURSIVAS EM TORNO DE DJAMILA RIBEIRO NO X (ANTIGO TWITTER): SILÊNCIO, MEMÓRIA, POLÍTICA E RESISTÊNCIA

Este último capítulo estuda práticas discursivas digitais que nomeiam, citam e referenciam a filósofa Djamila Ribeiro no que dizem respeito a silêncio ou silenciamento, à memória, política e resistência, através do marco teórico da Análise do Discurso, da Análise do Discurso Digital, ou análise tecnodiscursiva, e de uma perspectiva feminista, antirracista e decolonial das Humanidades Digitais. A presença de mulheres negras em plataformas digitais, como o Twitter (atual X), é tensa e conflituosa, de modo que este último capítulo mobiliza as noções de comunidades discursivas e contrapúblicos (Maingueneau; Charadeau, 2008; Fraser, 1991), para refletirmos sobre como públicos historicamente subordinados são capazes de construir e reconstruir identidades coletivas através do reagrupamento e da contestação. Também são apresentadas uma breve explicação metodológica e a análise das postagens no Twitter (atual X), que mencionam os termos “Djamila Ribeiro” e “silêncio” em português, entre 2009 e 2023.

3.1 Horizontes teórico-críticos em torno de Djamila Ribeiro

Este capítulo parte da perspectiva da Análise do Discurso, no encontro entre uma orientação discursiva de base enunciativa e uma reflexão pragmática em torno da performatividade da linguagem (Rocha, 2014; Deusdará, 2019). Consideramos as práticas discursivas digitais não como representações do mundo, mas como formas de intervir, de agir sobre ele, de construir relações de dominação, enfrentamento, definindo identidades e produzindo subjetivação (Rocha, 2014; Deusdará; Arantes; Eduardo, 2016).

Ao mesmo tempo, mobilizamos a perspectiva da análise do discurso digital, ou análise tecnodiscursiva, que propõe uma concepção compósita do discurso digital, enfatiza a irreversibilidade entre a dimensão discursiva e a técnica, e o caráter co-construído das formações discursivas e as estruturas algorítmicas, incorporando considerações sobre as interfaces, as plataformas e os dispositivos técnicos envolvidos (Paveau, 2020; 2021).

Avançamos na perspectiva de uma agenda feminista, antirracista e decolonial da análise do discurso digital na América Latina que reapropria metodologias e ferramentas computacionais de análise e pesquisa próprias das Humanidades Digitais, mas as repensa a partir de abordagens capazes de explorar as vozes e experiências invisibilizadas detrás dos dados e questionar o que é assumido detrás dos próprios sistemas e infraestruturas de classificação (D'Ignazio; Klein, 2020; Ricaurte; Zasso, 2022).

As práticas discursivas digitais em torno de Djamila Ribeiro no X (antigo Twitter) apontam à heterogeneidade constitutiva da linguagem, dado que se constroem em relação implícita ou explícita com a alteridade, isto é, com formações ideológicas às vezes antagônicas (Maingueneau; Charadeau, 2008). Na delimitação e constituição dos espaços discursivos analisados, colocamos especial ênfase na consideração da noção de interdiscursividade, recortando e delimitando regiões de heterogeneidade, descentramento da enunciação e de conflito (Maingueneau, 2005). Resulta importante, nesse sentido, a noção de polêmica, que "se responsabiliza pela heterogeneidade 'mostrada', a citação, no sentido mais amplo" (Maingueneau, 2005, p. 112), que também se refere à relação do discurso com a alteridade, e implica a introdução do outro como simulacro no discurso, uma espécie de guerra verbal que se manifesta no entorno digital (Josiowicz; Deusdará, 2022). Delimitamos práticas discursivas digitais em torno de Djamila Ribeiro avançando na investigação do modo pelo qual se afirmam instaurando os outros, os antagonistas, constituindo simulacros e instaurando áreas polêmicas, de batalhas e de conflito.

É importante mencionarmos que Djamila Ribeiro apagou sua conta do Twitter (atual X) em 2020, depois de apresentar, em agosto do mesmo ano, ao lado de um conjunto de organizações antirracistas e representantes de movimentos sociais, uma acusação legal contra a mencionada plataforma no Ministério Público Federal, denunciando-a por lucrar economicamente com o racismo e a misoginia, dar proeminência a ataques a mulheres negras, explorando o racismo e o sexismo para propósitos publicitários (Bergamo, 2020). Na ocasião, Ribeiro, em post na plataforma Instagram, argumentou que o Twitter (atual X) incentivava e permitia os ataques e ameaças que ela e sua filha recebiam por vários tipos de plataformas, compartilhou a foto da mensagem do ataque sofrido pela filha, assim como uma cópia do selo do processo aberto na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DPP-DHPP), com o seguinte texto:

> Já faz tempo falo sobre como o Twitter é uma rede tóxica para mulheres negras. Segundo pesquisa da Anistia Internacional, mulheres negras estão 84% mais propensas a receberem tweets problemáticos do que mulheres brancas. Segundo a

> tese de doutorado do PHD em Sociologia Luiz Valério Trindade, as mulheres pretas são as maiores vítimas de discurso de ódio nas redes sociais em geral e no Twitter, em particular. Ele explica que isso se dá pelo incômodo que a ascensão e protagonismo delas causa em uma sociedade racista e machista.
> Eu recebo muitas mensagens odiosas, as quais nunca me abalaram. Porém, ontem enviaram mensagens odiosas para a minha filha. Isso se deu por conta de *fake news* produzidas no Twitter desde a semana passada. Mais uma vez, essa rede social lucrando com o ódio, como afirma Adilson Moreira, trata-se da exploração econômica do racismo e misoginia. Eu fiz um B.O (foto 2), pois é inadmissível que esse tipo de perseguição aconteça, agora direcionada a uma adolescente [...]. Meu foco é representar o Twitter no MP, uma empresa bilionária, que lucra com ataques sem defesa a mulheres negras. Farei parte da Campanha Internacional *Stop hate for profit* e denunciarei de forma global [...] (Ribeiro, 2020a).

Apesar de sua ausência no X (antigo Twitter), observamos que os discursos sobre ela não se detiveram na plataforma, mas explodiram em novos sentidos e novas interpelações. Por outro lado, seu silêncio na plataforma aponta à relação tensionada e contenciosa das mulheres negras com plataformas digitais como Twitter e ilumina a violência da exclusão, a dificuldade da inscrição delas como sujeitos, dado que as mulheres negras são as que mais sofrem ataques violentos, racistas e sexistas nas plataformas digitais como o Twitter (atual X) (Trindade, 2020; Instituto Marielle Franco, 2020).

Nesse sentido, partimos da noção de comunidade discursiva, que implica considerar as práticas discursivas como inseparáveis e produzidas simultaneamente aos grupos que geram esses discursos (Maingueneau; Charadeau, 2008; Rocha, 2014). Junto a ela, consideramos importante o conceito de contrapúblicos, cunhado pela teórica feminista Nancy Fraser, para pensar uma esfera pública constitutivamente contenciosa e atravessada por conflitos, nucleada por públicos heterogêneos, proliferantes, plurais e múltiplos, às vezes em conflito entre si (Fraser, 1991). O conceito de contrapúblicos é fundamental porque permite pensar o modo como públicos subordinados e subalternos são capazes de formular interpretações, identidades sociais e de falar por si mesmos, construindo e reconstruindo suas identidades coletivas nos seus próprios termos e sentidos, em espaços não totalmente separados, mas que permitem o reagrupamento, o conflito e a contestação em relação à visão hegemônica (Fraser, 1991).

A Análise Crítica Tecnocultural do Discurso tem avançado na teorização do Black Twitter como um contrapúblico, um coletivo discursivo negro que está ligado por um laço cultural e pela iniciativa de celebrar e refletir sobre a cultura negra no Twitter anglo-saxão (Brock, 2012; 2020). Esses estudos apontam para o uso a contrapelo da infraestrutura algorítmica da própria plataforma, marcada por hierarquias sociais, raciais, linguísticas, geopolíticas e de gênero, que associam pessoas negras a estereótipos negativos, de déficit tecnológico e falta de letramento digital (Brock, 2012; 2020). De forma similar, consideramos

que as práticas de nomear e citar Djamila Ribeiro agem como "performances tecnodiscursivas" (Brock, 2020), capazes de fortalecer contrapúblicos e identidades coletivas.

Nas práticas discursivas em torno de Djamila Ribeiro, no Twitter (atual X), emergem formas da memória da história de silenciamento, violência, opressão dos corpos, alienação, subordinação e deslegitimação, assim como tentativas de resistência, que impulsam a luta das mulheres negras pela ocupação do espaço da enunciação. Importante lembrar que a própria Djamila Ribeiro tem teorizado, no seu ensaio "Lugar de fala" (2020), sobre a luta das mulheres negras pela autodefinição, isto é, por construir conhecimentos sobre elas mesmas e sobre o mundo, considerando que o saber nunca é neutro, mas está ligado às experiências que, no caso das mulheres negras, são da deslegitimação da própria voz e de luta pelos direitos (Ribeiro, 2020b).

Para o contrapúblico que mobiliza, nomeia e cita Djamila Ribeiro, o lugar da memória é fundamental, dado pela forma como o digital se "coloca em relação ao sujeito e conhecimento, através de um funcionamento específico da memória, cuja natureza é digital" (Dias, 2016, p. 9). O caráter investigável, através de ferramentas de coleta, construção e processamento, do córpus digital nativo e do processo de datificação, modificam a relação com a memória, como atravessada pelo capitalismo de plataforma e suas determinações tecnocráticas e comerciais (Dias, 2018; D'Andrea, 2020). O projeto "Observatório Digital das Mulheres Latino-americanas" propõe a produção de um repositório a partir de coleções de corpora nativo-digitais de materiais arquivísticos acessíveis, criados e desenvolvidos coletivamente sobre uma seleção de intelectuais mulheres, como Djamila Ribeiro, esforço que se baseia na política de acesso aberto ao conhecimento, com o objetivo da preservação de mídias sociais e de tomar responsabilidade, como pesquisadoras, na narração de histórias esquecidas e invisibilizadas. A coleção correspondente a Djamila Ribeiro encontra-se no seguinte link: https://github.com/AlejandraJosiowicz/ObservatorioMulheresLatinoamericanas/tree/main/Coleta-Djamila-Ribeiro.

No entanto, para refletir sobre o modo como esses discursos se inscrevem "no funcionamento digital, pelo trabalho do interdiscurso" (Dias, 2016, p. 73), pensamos a memória em um outro sentido, que diz respeito à história da opressão das mulheres negras, do racismo e do sexismo que atravessam a história do Brasil e da América Latina até o presente.[8] O

[8] O conceito de memória no feminismo negro brasileiro se diferencia do modo como é considerado por Michel Pêcheux (1999), assim como também por Michel Foucault (2000).

feminismo negro foi pioneiro em assinalar a natureza interconectada de raça, classe e gênero, e em recuperar a experiência das mulheres negras no Brasil: da desigualdade, do apagamento e da violência, convidando a "enegrecer o feminismo" através da atenção às reivindicações históricas do movimento negro e o estabelecimento de alianças transnacionais entre mulheres não brancas da América Latina e do Caribe (Carneiro, 2019). Como afirma Lélia Gonzalez, a lógica da dominação historicamente excluiu as mulheres negras do lugar de enunciação, e o racismo e o sexismo históricos resultaram em uma série de figuras sociais (como a mulata, a empregada doméstica e a mãe preta) que contribuíram à sexualização, deslegitimação e subordinação da mulher negra, sempre reduzida a um lugar de subalternidade (Gonzalez, 1984). Gonzalez aponta que, para as mulheres negras, assumir a própria fala (e não somente ser objeto do discurso do outro) é um modo da consciência e da memória. Diante do lugar da mulher negra no cenário da formação cultural brasileira, incluindo os modos de "rejeição/integração de seu papel" (Gonzalez, 1984, p. 226), a teórica propõe trabalhar com os conceitos de consciência e de memória, entendidos como formas de exploração do desconhecimento, do encoberto, da alienação e do esquecimento. Ao falar de memória, a pensadora a considera "como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção" (Gonzalez, 1984, p. 226). Já a consciência é entendida como aquilo que "exclui o que a memória inclui" e se impõe como um discurso dominante. A memória é ofuscada, ocultada, pois sofre a imposição da consciência (efeito dominante), que se coloca como verdade. Nas práticas discursivas em torno de Djamila Ribeiro no X, antigo Twitter, emergem formas da memória da história da violência, da opressão dos corpos, da alienação, da subordinação e da deslegitimação, assim como tentativas de resistência, que impulsam a luta das mulheres negras pela ocupação do espaço da enunciação, pela humanização, pelo reconhecimento dos direitos e pela democracia.

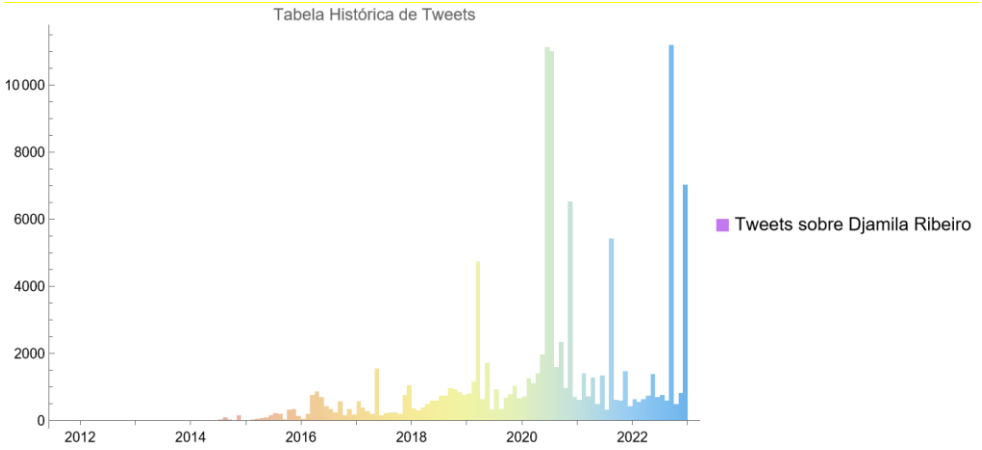
3.2 **Metodologia, procedimentos e análise: quem tem medo de Djamila Ribeiro?**

Para as análises, foram coletadas as postagens no Twitter (atual X) que mencionassem o nome "Djamila Ribeiro" e as palavras "silêncio" e "silenciamento", em português no período entre 2009 e 2023. A extração foi feita utilizando a Busca Acadêmica do Twitter, lançada em 2021, a qual permitia coletar tuítes em arco histórico, desde 2009 até 2023, em múltiplas

línguas. Coletamos tuítes utilizando o Twarc, um pacote de Python desenvolvido por Documenting the Now (https://github.com/DocNow/twarc) e fizemos o processamento com Pandas, uma biblioteca de Python em Jupyter Notebooks, e Wolfram Mathematica, o qual possibilita uma variedade de operações e métodos de pesquisa partindo de diferentes tipos de texto e em diferentes formatos, o que permitiu a construção de arquiteturas computacionais específicas para o português, tomando decisões críticas sobre o processamento computacional dos dados. Coletamos um total de 116.000 tuítes postados no período entre 19 de setembro de 2011 e 30 de dezembro de 2022 e dentre esses destacamos três reproduções sobre o silêncio de e sobre a teórica. Seguindo considerações éticas de melhores práticas sugeridas em estudos do Twitter (Bergis; Summers; Mitchell, 2018; Clark, 2015), não revelamos nomes de usuários nem pseudônimos. Só citamos tuítes inteiros de contas públicas e nesses casos compartilhamos os links dos tuítes (Freelon; MCilwain; Clark, 2016).

Primeiramente, apresentamos um gráfico com o fluxo histórico de tuítes sobre Djamila Ribeiro em português. No gráfico 1 é possível detectar alguns momentos de explosão de tuítes sobre ela, sobretudo ao longo de 2020 e 2021, provavelmente ligados à polêmica em relação à sua saída da plataforma; e em 2020, devido ao papel de Djamila Ribeiro nas Eleições de 2022.

Gráfico 1 – Tabela histórica de tuítes sobre Djamila Ribeiro

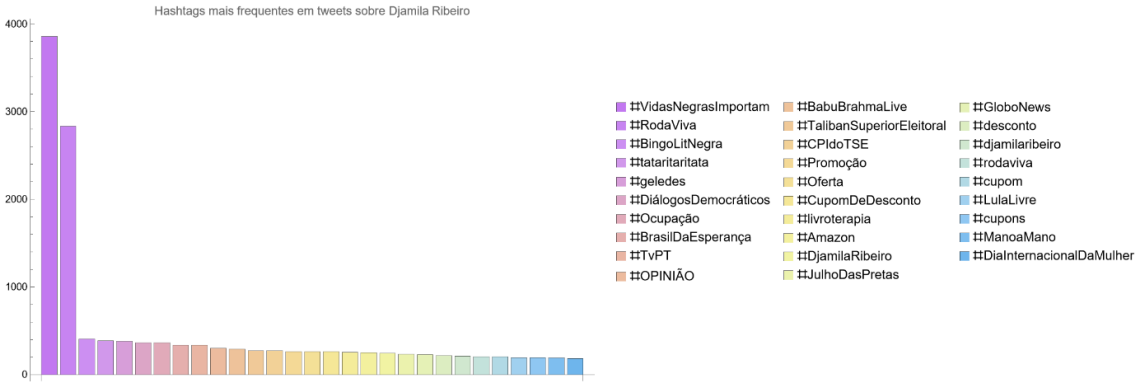


Fonte: A autora, 2024.

Posteriormente, criamos uma função para quantificar as hashtags mais frequentes nos tuítes em português sobre Djamila Ribeiro. As hashtags organizam os tuítes agrupando posts

ao articular frases ou palavras com uma hashtag. No gráfico 2 é possível visualizar as hashtags mais frequentes sobre Djamila Ribeiro em todo o período.

Gráfico 2 – Hashtags mais frequentes em tuítes sobre Djamila Ribeiro



Fonte: A autora, 2024.

Nela podemos ver hashtags que denunciam a violência contra pessoas negras, como #VidasNegrasImportam, juto dos que celebram o dia da Consciência Negra, com #DiadaConscienciaNegra, e o dia Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha, 25 de julho, com #JulhodasPretas. Junto das hashtags, as postagens citam as palavras de Djamila Ribeiro, como na seguinte citação: "Não dá para falar em consciência humana enquanto pessoas negras não tiverem direitos iguais e sequer forem tratadas como humanas".[9] A postagem defende a necessidade de um dia da consciência negra e questiona o argumento de que simplesmente deveríamos falar de "consciência humana", assinalando a exclusão, discriminação, desvantagens, perseguições e violências sofridas pelas pessoas negras na história do Brasil e do mundo. Nessa citação, Djamila Ribeiro se posiciona de forma polêmica diante das vozes e argumentos que questionam a necessidade de reivindicar os direitos e a visibilização das violências sofridas pelas pessoas negras.

Uma hashtag importante foi #DiálogosDemocráticos, que aponta à participação de Djamila Ribeiro em uma live, no dia 19 de junho de 2020, como parte de uma série chamada "Diálogos Democráticos", organizada pelo então Ministro do Tribunal Supremo Federal, Luís Roberto Barroso, para debater o tema "Mais Mulheres na Política". O texto da postagem dizia: "Vou mediar hoje, às 18h, a 1ª live da série #DiálogosDemocráticos. Sobre o tema Mais Mulheres na Política, vamos ouvir a atriz @CamilaPitanga, da ONU Mulheres, a filósofa

[9]Disponível em: https://twitter.com/ThaisLeandre07/status/1254726724505473024. Acesso em: 10 set. 2023.

Djamila Ribeiro e a senadora @SimoneTebetms. Acompanhe nos canais do @TSEjusbr".[10] Tratou-se de um tuíte com ampla circulação, com 2.434 curtidas. Nele, o enunciador é um homem branco, que ocupa uma posição de poder. Isso é evidente no cartaz de divulgação que acompanha o texto, no qual a imagem do ministro aparece diferenciada das participantes, no canto superior à esquerda, descrito com sua posição, enquanto as mulheres aparecem simplesmente com o nome, sem posição institucional, exclusivamente como representantes de uma certa diversidade. A imagem parece representar o mito da democracia racial, dada a diversidade de características das mulheres e a bandeira do Brasil detrás. A imagem aponta a uma possibilidade de união ou "diálogo democrático" na diversidade de gênero e raça – tanto pelas cores da bandeira brasileira quanto pelo uso do rosa, associado ao feminino. Djamila Ribeiro tem um lugar de destaque na imagem, do lado do ministro e diante do fundo amarelo, que lembra a bandeira do Brasil. O que atravessa a imagem e o texto, mas em nenhum momento é mencionado, como Outro do discurso, o indizível, é a história e a herança de exclusão, do racismo ou do sexismo na política brasileira. A presença e o slogan "+ mulheres na política" trazem à memória a exclusão das mulheres, sobretudo das mulheres não brancas, do cenário político brasileiro, e a luta pela visibilização das violências que elas têm sofrido. Essa violência e exclusão histórica das mulheres, sobretudo as mulheres não brancas, da política está imbricada por oposição. A imagem e o texto não só remetem, pelo texto, o desenho e as cores, ao mito da democracia racial, dada a reunião de mulheres de diferentes origens étnico-raciais e orientações ideológicas, no mesmo conjunto, mas também contribuem para reificar as mulheres, como convidadas, musas, nas vitrines, silenciadas, e não como enunciadoras, com suas próprias vozes.

Também dentro da temática política e no contexto das Eleições de 2022, a hashtag #BrasildaEsperança circulou nesse período, através de uma mensagem postada em setembro de 2022 pela conta oficial do Partido dos Trabalhadores (@PTbrasil), com uma citação, uma imagem e link a um vídeo em que Djamila Ribeiro anuncia seu apoio ao mencionado partido na carreira eleitoral[11]: "No dia 02 a gente vai ter a oportunidade de escolher o Brasil que a gente quer. Um Brasil sem ódio. Eu voto 13 pela esperança, pelas políticas públicas", Djamila Ribeiro na Super Live #BrasilDaEsperança ⋆". O tuíte, embora postado pelo PT e não pela própria Djamila Ribeiro, através da citação e da imagem, cria o simulacro da voz e a palavra de Djamila Ribeiro para mostrar seu apoio à candidatura do atual presidente Lula e para legitimá-lo entre

[10]Disponível em: https://twitter.com/LRobertoBarroso/status/1273945712015872000 . Acesso em: 10 set. 2023.
[11]Disponível em: https://twitter.com/ptbrasil/status/1574502621481779213. Acesso em: 10 set. 2023.

o público que a admira e apoia. A citação divide de modo dicotômico duas formas de pensar as políticas públicas para o Brasil: as do ódio, associado ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, visto como impulsor da violência em relação à população negra, a mulheres e a pessoas LGBTQIAPN+; e as da esperança, associada ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que aparece associado à luta pelos direitos dessas pessoas. Nessa postagem, o posicionamento político de Djamila Ribeiro é construído através de uma série de mediações e simulacros ligados às possibilidades técnicas da plataforma, através da combinação de vídeos, links, imagens, citações e hashtags em torno do seu nome, sua voz, sua palavra e sua imagem. Através dessas *affordances*,[12] é construída a adesão da filósofa ao PT e o convite para que o público a imite, fazendo escolha similar: "A gente vai ter a oportunidade de escolher o Brasil que a gente quer".

No gráfico 3 é possível visualizar os nomes de usuários mais mencionados no córpus de pesquisa. Dentre eles, chama a atenção um nome de usuário atribuído à própria Djamila Ribeiro, mas que desde 2015 não possui nenhuma postagem (não sabemos se, de fato, trata-se da autora). Também aparece o perfil do Tribunal Superior Eleitoral @TSEJUSbr, que foi ativo nas Eleições de 2022 para combater as dúvidas espalhadas pelo então presidente sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas e sobre o processo eleitoral como um todo. Diante desses posicionamentos, o TSE, consciente da relevância da mobilização das plataformas digitais como forma de divulgação entre o público amplo, buscou o apoio de celebridades, artistas, intelectuais e políticos que pudessem legitimar o processo eleitoral entre o público de seus seguidores. Assim, por exemplo, temos um tuíte de autoria do Ministro Luís Roberto Barroso: "Estreia hoje a nova campanha do @TSEjusbr sobre a segurança no processo eleitoral protagonizada pela professora Djamila Ribeiro. Sem cobrar cachê, ela ajuda a Justiça Eleitoral a levar informações sobre a segurança e a transparência das eleições."[13] A postagem inclui um link a um vídeo de Djamila Ribeiro postado no Youtube com o título "Urna eletrônica: é segura, é fácil de checar, é do Brasil." A postagem recebeu amplo engajamento, com 5.929 curtidas. O nome e a imagem de Djamila Ribeiro no vídeo servem como formas de legitimação do próprio processo eleitoral entre o público de seus seguidores. Resulta interessante que Ribeiro é chamada de Professora (em postagem anterior do mesmo ministro era chamada de filósofa), ambos títulos que tentam conferir legitimidade intelectual à figura, em um espaço de saber.

[12]As *affordances* são usos, planejados ou não, das interfaces e suas funcionalidades e materialidades, constituindo práticas não necessariamente limitadas pelas possibilidades oferecidas pelos desenvolvedores (D'Andrea, 2020; Paveau, 2020).

[13]Disponível em: https://twitter.com/LRobertoBarroso/status/1427344528252542980. Acesso em: 12 set. 2023.

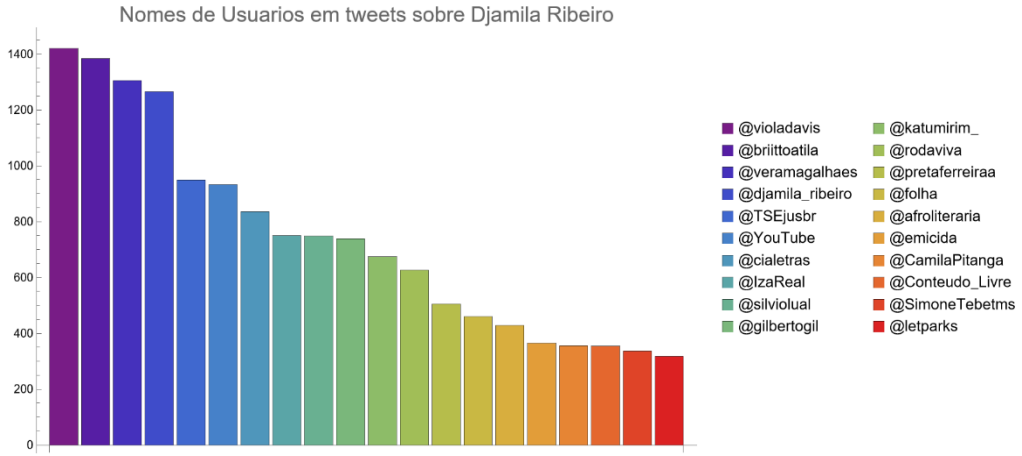
Além disso, sua ação é celebrada, "ajuda a Justiça Eleitoral a levar informações (...) sobre as eleições" e ressalta-se que foi generosa, "sem cobrar cachê". Por um lado, o próprio processo eleitoral é legitimado pelo recurso ao nome, à imagem e à palavra de Djamila Ribeiro. Por outro, a autora aparece em lugar de honra, vista como honrosa e generosa, ao ajudar sem cobrar cachê. Devemos lembrar que um dos núcleos da polêmica que terminou com a saída de Djamila Ribeiro do Twitter originou-se em uma propaganda que Ribeiro tinha feito para um aplicativo de táxi. De fato, a intelectual é frequentemente questionada pela realização de campanhas publicitárias que apoiariam grandes empresas.[14] No entanto, colocamos o questionamento sobre se, em um país com uma história escravagista, em que mulheres negras estiveram historicamente em nítida desvantagem, inferiorizadas e invisibilizadas em todas as esferas socais (Carneiro, 2019), deveria ser repensada a importância da remuneração para as tarefas públicas das mulheres intelectuais.

Em resposta, houve várias postagens tentando deslegitimar a colaboração de Djamila Ribeiro para o TSE, chamando-a de "a garota-propaganda do TSE" e argumentando que ela seria "uma militante de esquerda" que "diz odiar Bolsonaristas".[15] Além disso, a mensagem denuncia sua atuação como secretária-adjunta de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo na gestão de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, em 2016. A participação de Ribeiro na campanha do TSE é criticada por supostamente carecer de neutralidade, dado que a postagem denuncia sua postura crítica ao bolsonarismo. Ribeiro aparece, então, no centro de uma disputa de narrativas divergentes, na qual o compromisso partidário e político, e também seu trabalho remunerado, são vistos como demonstração de um interesse, uma suposta ambição, que impugnaria seu apoio a uma campanha organizada pelo TSE a favor dos direitos democráticos. A postagem a sexualiza e objetifica, chamando-a de "garota-propaganda", o que a deixa em um lugar servil, sem juízo ou opinião própria, como um simples corpo que por sua beleza atuaria como ferramenta persuasiva. Outras postagens afirmam que o ministro Luís Roberto Barroso estaria "caçoando de todos nós" por tê-la convidado. De diferentes formas, as postagens tentam deslegitimar a participação de Ribeiro na campanha e seu trabalho na esfera pública e privada. Os persistentes ataques que a autora recebe no Twitter dizem respeito à história do racismo e do sexismo, em que constantemente se tenta deslegitimar sua figura, seu saber e seu direito a trabalhar, e questionar sua capacidade como mulher intelectual pública. A seguir, o gráfico 3 ilustra os nomes dos usuários que

[14]Disponível em: https://www.geledes.org.br/djamila-ribeiro-denunciara-twitter-no-ministerio-publico-por-explorar-o-racismo-e-a-misoginia/. Acesso em: 10 set. 2023.
[15]Disponível em: https://twitter.com/majorgabdf/status/1536001977913643008. Acesso em: 13 set. 2023.

mencionam a intelectual. Como é possível perceber, o nome mais mencionado é o da atriz norte-americana Viola Davis:

Gráfico 3 – Nomes de usuários em tuítes sobre Djamila Ribeiro



Fonte: A autora, 2024.

Outros nomes de usuários importantes para pensar os contrapúblicos em torno de Djamila Ribeiro são personalidades e ativistas fundamentais para entender o antirracismo na atualidade, como artistas, jornalistas, celebridades da música como IZA, o ex-ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, músicos como Gilberto Gil ou Emicida, uma cantora indígena, Katú, ativistas, contas de divulgação de cultura e literatura negra, atrizes, políticas e demais contas de divulgação cultural. Vemos nas postagens a prática de listar e citar nomes de autores antirracistas do Brasil e do mundo com o objetivo de divulgar o conhecimento sobre a história de desigualdades raciais e especificamente do racismo. Resulta importante notar que o nome de usuário mais mencionado foi o de Viola Davis, atriz negra norte-americana que esteve no Brasil em 2022 por ocasião da estreia do filme *A Mulher Rei* e se reuniu com personalidades locais do espetáculo, ponto que aprofundaremos mais adiante no capítulo.[16]

O próximo passo foi a construção de nuvens de palavras com os termos mais frequentes sobre Djamila Ribeiro em nosso córpus de tuítes em português. Para tanto, desenvolvemos os seguintes passos: 1. Codificamos as palavras de acordo com os termos mais significativos. 2. "Limpamos" o córpus de links, nomes de usuários e outros caracteres não alfanuméricos. 3.

[16]Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/09/5037796-viola-davis-se-reune-com-atores-na-casa-de-tais-araujo-e-lazaro-ramos.html. Acesso em: 10 set. 2023.

Eliminamos uma lista de *stopwords* (“palavras vazias”), em português, frequentemente removidas no processamento de texto em linguagem natural. 4. Implementamos um algoritmo capaz de obter as raízes de palavras em português (disponível em http://snowball.tartarus.org/algorithms/portuguese/stemmer.html) a partir do qual criamos uma função capaz de obter o termo mais comum de uma classe de termos com a mesma raiz. A seguir, agrupamos as palavras de acordo com a mais frequente da mesma raiz e formamos a nuvem de palavras com os 400 termos mais frequentes.

A figura 1 mostra a nuvem de palavras dos termos mais frequentes em tuítes sobre Djamila Ribeiro em português. Na nuvem vemos referências aos títulos dos livros da autora, “Pequeno manual antirracista” e “Quem tem medo do feminismo negro?”, e palavras que descrevem a atuação pública de Djamila Ribeiro, como política, filósofa, ativista, escritora, professora. Também aparecem nomes de autores importantes para o pensamento político antirracista, como Angela Davis, Paulo Freire, Malala, em mensagens que incentivam a leitura desses autores.

Figura 1 – Nuvem de palavras com termos mais frequentes sobre Djamila Ribeiro

Fonte: A autora, 2024.

Um termo significativo que aparece é o ELITE, em maiúsculas, incluído em uma postagem feita por uma conta de entretenimentos @Tracklist (autodenominada empresa de mídia e notícias), postada em 2022, que circulou amplamente (teve 12,2 mil retuítes, 2,562 comentários e 122,4 mil curtidas). A postagem tinha o seguinte texto: "ISSO DAQUI É ELITE! Viola Davis na casa de Taís Araújo e Lázaro Ramos ao lado de personalidades como IZA, Ícaro Silva, Seu Jorge, Zezé Motta, Djamila Ribeiro e Dandara Mariana".[17] Acompanha uma fotografia em que aparecem Davis e Ribeiro junto de personalidades negras do espetáculo do Brasil, escritoras, intelectuais, cantoras e cantores e atrizes. A partir da frase inicial em maiúscula, "ISSO DAQUI É ELITE!", a postagem chama a atenção para o grupo de personalidades negras que recepcionaram a atriz norte-americana, nas quais se incluem alguns dos mais famosos atores, escritores, cantores e atrizes negros brasileiros, os quais também aparecem na nuvem: Viola Davis, Seu Jorge, Ícaro Silva, Zezé Motta, Lázaro Ramos, Dandara, Taís Araújo. O uso da palavra elite em letras maiúsculas traz à memória a exclusão histórica, no Brasil, das pessoas negras, tanto das elites sociais, econômicas, políticas, dadas as desigualdades raciais e os princípios de classificação hierárquica que, como as ciências sociais já apontaram, marcam todas as esferas sociais no Brasil, tanto na esfera pública como no âmbito privado: no trabalho, na saúde, na educação e nas oportunidades de êxito social (Schwarz, 1999). É essa história de exclusão e desigualdade a que aparece, por denegação, na exclamação que assinala a emergência de uma nova elite através dos nomes de personalidades e artistas renomados e de prestígio das mais variadas esferas culturais, junto da fotografia que mostra uma casa com quadros e pinturas nas paredes, e um coletivo de pessoas de idades, tipos físicos e gêneros diferentes, jovens e idosos, altos e baixos, mas todos belamente vestidos, sorridentes, em uma celebração da possibilidade de uma nova coletividade, uma nova elite de pessoas negras. A foto e a mensagem questionam os estereótipos das pessoas negras como associadas à pobreza, vitimizadas, sexualizadas, exploradas ou reificadas, e as colocam em um lugar de celebração e orgulho, através da beleza, da elegância, da alegria, mostrando-se como cidadãos de excelência, verdadeiras elites dos dias atuais. A postagem quebra a expectativa e o imaginário social historicamente constituídos, pois agora e aqui existe uma nova elite, composta por intelectuais negros brasileiros que ocupam os espaços de poder que historicamente não eram acessíveis à população negra. Ao compartilhar essa imagem junto desse texto, que inclui uma lista de nomes dos intelectuais, a postagem contribui a reforçar a ideia de uma nova forma de elite, novas alianças e identidades coletivas antirracistas.

[17]Disponível em: https://twitter.com/tracklist/status/1571665229720739840. Acesso em: 10 set. 2023.

Na nuvem aparecem palavras como racismo, mulheres, negra, sociedade e humanidade, que remetem a citações do pensamento de Ribeiro sobre o racismo no Brasil e a exclusão das pessoas não brancas, como por exemplo sua afirmação "Fomos construídos a partir de um lugar de não humanidade"[18] ou também "Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la"[19]. Vemos a prática de citar afirmações teórico-filosóficas de Djamila Ribeiro, em ocasião de datas importantes para o movimento antirracista, como o dia da Consciência Negra. Nesse caso, a postagem é acompanhada por um desenho de uma mulher negra com a legenda "+Empatia +Respeito +Igualdade" e as hashtags #BlackLivesMatter #365diasdeconscientização, e emojis com vários punhos de pele negra. Nesse caso, é possível evidenciar o aproveitamento de diferentes *affordances* oferecidas pela plataforma junto do texto citado: hashtags, emojis, imagens e mais texto, que apontam no sentido de reivindicar a reflexão sobre racismo e antirracismo no Brasil, com protagonismo para as mulheres negras, e evidenciar a persistência de diversas formas da exclusão, reificação e marginação das pessoas negras na vida pública. O uso da hashtag #BlackLivesMatter, que ganhou força nos Estados Unidos após a execução de vários jovens negros e de uma série de protestos de denúncia contra a violência policial contra pessoas negras, dá conta da relação entre movimentos antirracistas no Brasil e no Mundo, no Norte e no Sul. Nesse tipo de movimentos sociais, vemos uma forte articulação e entrelaçamento entre práticas linguageiras e digitais, dando conta de uma mudança na discursividade do mundo, em que diferentes espaços geográficos, políticos e momentos históricos aparecem interligados.

Em relação à frase "mulheres negras", um tuíte, postado em 2022 pela conta da Embaixada Francesa no Brasil, celebra a entrega de um prêmio dos governos francês e alemão a Djamila Ribeiro em reconhecimento ao seu trabalho contra a desigualdade de gênero e pelos direitos humanos. O texto está acompanhado por um emoji de palmas e reenvia à matéria do jornal que compartilha a novidade. Novamente, diversas possibilidades técnicas da plataforma são mobilizadas para a celebração da atuação de Ribeiro na luta pelos direitos humanos e pelo feminismo negro. Através de palavras como "importante" e "imprescindível", a postagem ressalta a relevância da atuação de Ribeiro na vida pública no Brasil e no mundo, e vem a reivindicar a legitimidade de Ribeiro como intelectual diante de repetidas críticas e ataques dos quais ela é objeto na plataforma.

---

[18] Disponível em: https://twitter.com/eumariacipriano/status/1594482996513734656. Acesso em: 10 set. 2023.
[19] Disponível em: https://twitter.com/CanalMyNews/status/1536501672452554754. Acesso em: 14 set. 2023.

3.3 **Análise dos tuítes sobre silêncio em torno de Djamila Ribeiro**

Foram selecionadas três imagens reproduzidas de tuítes que remetem à filósofa e sua relação com o silêncio, as quais revelam a forma pela qual a presença de Djamila Ribeiro ainda reverbera na plataforma, como uma forma de resistência. Os perfis dos três tuítes selecionados são de mulheres, o que potencializa a perspectiva feminista em torno da pesquisa.

Figura 2 - Imagem retirada da plataforma X, em que a usuária reverencia a artista Zezé Motta e parabeniza a filósofa pelo texto

Fonte: Disponível em: https://t.co/HrGc9iYHVj, 3:15 PM. Acesso em: 16 jul. 2021.

O texto foi extraído da coluna de Ribeiro, do *Jornal Folha de S. Paulo*, e repostado na conta de uma usuária. A mensagem traz a importância da artista negra Zezé Motta, a qual,

segundo o comentário, destacou-se em produções cinematográficas e em novelas em um período de bastante silenciamento, o qual remete à memória de grupos subalternizados.

Figura 3 - Postagem sobre o livro “O que é lugar de fala?”, obra da autora Djamila Ribeiro

Fonte: Disponível em: https://t.co/rW9Wn56efZ. Acesso em: 29 abr. 2022.

Na postagem, a usuária da plataforma reflete sobre a citação contida na obra “O que é lugar de fala?” (2017), em que Ribeiro parafraseia a teórica portuguesa Grada Kilomba:

> é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar. A autora coloca essa dificuldade da pessoa branca em ouvir, por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz única. Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do *Outro*, serão

> narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os *Outros*, enquanto esses *Outros* permanecem silenciados (Ribeiro, 2020b, p. 78-79).

Ribeiro, mais uma vez, desestabiliza a hegemonia ao confrontar as pessoas brancas, afirmando que para elas é cômodo se manterem em sua zona de conforto, mas que precisam ouvir outras vozes, outras narrativas, caso contrário, a opressão racial e a injustiça continuarão silenciadas. Propor uma nova ordem, outra possibilidade de acesso aos saberes de intelectuais negras é um desafio para Djamila Ribeiro, tendo em vista que mulheres negras são sistematicamente questionadas sobre seus conhecimentos.

Figura 4 - O tema silenciamento na obra "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018) é anunciado no tuíte

Fonte: Disponível em: https://t.co/jT4tZmMGlC, 7:25 PM, Acesso em: 2 jun. 2020.

Neste capítulo final, foram abordadas práticas discursivas digitais em torno da intelectual negra Djamila Ribeiro no que diz respeito a silêncio ou silenciamento, à memória, política e resistência na plataforma X (antigo Twitter). A Análise do Discurso e a Análise Tecnodiscursiva foram fundamentais para entendermos como o digital pode fazer emergir memórias, pensamentos, lutas das mulheres negras através da relação com os silêncios, que um

dia foram impostos pelo uso de uma máscara (Kilomba, 2019), mas que ainda está presente quando uma mulher negra é enunciadora de suas vontades, quando reivindica seu direito à humanidade negada inclusive nas plataformas digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou e analisou discursos sobre o silêncio em e sobre a filósofa e ativista negra Djamila Ribeiro, a qual pensa sobre os efeitos das opressões sofridas pela população negra do Sul Global e do Brasil, em particular. Aliada a outras teóricas negras, como Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, bell hooks, Ribeiro reflete em torno do silêncio na tentativa de se autodefinir como enunciadora de si mesma. A partir do conceito de "lugar de fala" (Ribeiro, 2020b), a filósofa debate a importância da enunciação por intelectuais negras na sociedade brasileira. Por sua vez, a memória foi pensada na relação com a história da opressão experimentada pelas mulheres negras no Brasil e na América Latina, tendo em vista que o espaço de enunciação sempre lhes foi negado.

Sob a perspectiva da Análise do Discurso, acompanhamos a linguista Eni Orlandi (2015), a qual defende o conceito de silêncio como uma forma de memória (interdiscurso), presente nos dizeres de Djamila Ribeiro. A Análise Cartográfica do Discurso (Deusdará; Rocha, 2021) e a Análise do Discurso Digital (Paveau, 2020; 2021; Dias, 2018) foram fundamentais para compreendermos os efeitos de sentido do silêncio da mulher negra, dentro e fora da plataforma X (antigo Twitter).

Após a Introdução, avançamos nos capítulos. Foi analisada a subjetividade, a construção do "eu" em Djamila Ribeiro em torno do silêncio, na obra "Quem tem medo do feminismo negro?"; em seguida, emergem como dispositivos de memória e de resistência as antigenealogias feministas e antirracistas; e, por fim, debatemos o conceito de contrapúblicos antirracistas e comunidades discursivas na plataforma X (antigo Twitter), que são outro modo de promover reflexões sobre as opressões em torno desse grupo de pessoas.

Os estudos sobre as intelectuais negras Neusa Santos Souza, Beatriz Nascimento, Leda Martins e Lívia Natália foram fundamentais para incorporar reflexões em torno da obra de Ribeiro. As produções dessas autoras reiteram o compromisso com a história do Brasil, no que diz respeito a desvelar as práticas racistas e sexistas experimentadas pelas mulheres negras, sobretudo as que subvertem a ordem hegemônica e patriarcal, e tomam a voz para denunciarem as condições de vida da população negra no Brasil, desde que sequestrados de África.

Assumimos que o silêncio em e sobre Djamila Ribeiro cria trilhas que recuperam o passado, a memória de opressão sobre as mulheres negras, mas que também apontam para uma intervenção no mundo por meio da linguagem, com ecos para toda a sociedade. Então,

acreditamos na potência da filósofa como enunciadora, em uma sociedade racista e sexista, cuja história da opressão das mulheres negras atravessa a história do Brasil e de toda a América Latina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade.* São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra, 2023.

AULETE, Caldas. *Dicionário Caldas Aulete digital*. Disponível em: https://www.aulete.com.br/relutar#google_vignette. Acesso em 09 abr. 2024.

BAIÃO, Jonê Carla. "Se eles fazem mil, temos de fazer mil e um" - e ela fez! Trajetória acadêmica de uma doutora negra nos anos 1970". *Revista Transversos - Dossiê*: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Améfricas Ladinas, Rio de Janeiro, n. 21, p. 222-240, abr. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.12957/transversos.2021.54964. Acesso em 10 abr. 2024.

BARRETO, Raquel Goulart. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. *Teias.* Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan./dez. 2006. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24623/17602. Acesso em 09 mar. 2024.

BARROSO, Luís Roberto. *Estreia hoje a nova campanha do @TSEjusbr sobre a segurança no processo eleitoral protagonizada pela professora Djamila Ribeiro. Sem cobrar cachê, ela ajuda a Justiça Eleitoral a levar informações sobre a segurança e a transparência das eleições.* 16 ago. 2021. Twitter: @LRobertoBarrroso Disponível em: https://twitter.com/LRobertoBarroso/status/1427344528252542980. Acesso em: 12 set. 2023.

BARROSO, Luís Roberto. *Vou mediar hoje, às 18h, a 1ª live da série #DiálogosDemocráticos. Sobre o tema Mais Mulheres na Política, vamos ouvir a atriz @CamilaPitanga, da ONU Mulheres, a filósofa Djamila Ribeiro e a senadora @SimoneTebetms. Acompanhe nos canais do @TSEjusbr.* 19 jun. 2020. Twitter: @LRobertoBarrroso. Disponível em: https://twitter.com/LRobertoBarroso/status/1273945712015872000 . Acesso em: 10 set. 2023.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERGAMO, Mônica. Djamila Ribeiro denunciará Twitter no Ministério Público por 'explorar o racismo e a misoginia'. *Portal Geledés*, São Paulo, 27 jul. 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/djamila-ribeiro-denunciara-twitter-no-ministerio-publico-por-explorar-o-racismo-e-a-misoginia/. Acesso em: 14 set. 2023.

BERGIS, Jules; SUMMERS, Ed; MITCHELL, Vernon C. *Ethical Considerations for Archiving Social Media Content Generated by Contemporary Social Movements*: Challenges, Opportunities and Recommendations. 2018. Disponível em: https://www.docnow.io/docs/docnow-whitepaper-2018.pdf. Acesso em 14 set. 2023.

BERND, Zilá. Silenciamentos e impasses na transmissão memorial: Haiti e Brasil vistos pelos olhos de duas escritoras afro-americanas: Emmelie Prophète e Djamila Ribeiro. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 24, n. 46, p. 31-40, jan./abr., 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2596-304x20222446zb. Acesso em 13 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 8 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 14.712, de 30 de outubro de 2023. Inscreve o nome de Maria Beatriz Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14712.htm. Acesso em 03 nov. 2024.

BROCK, André. From the Blackhand Side: Twitter as a cultural Conversation. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, v. 56, n. 4, p. 529-549, 2012.

BROCK, André. *Distributed Blackness.* African American Cybercultures. New York: New York University Press, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2019, p. 341-356.

CIPRIANO, Maria. *Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.* 20 nov. 2022. Twitter: @eumariacipriano. Disponível em: https://twitter.com/eumariacipriano/status/1594482996513734656. Acesso em: 10 set. 2023.

CLARK, Meredith. Black Twitter: Building connection through cultural conversation. *In*: RAMBUKKANA, Nathan (ed.). *Hashtag publics:* the power and politics of discursive networks. New York: Peter Lang, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf . Acesso em: 28 jun. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade* [recurso eletrônico]. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1, 2002, p. 171-188. Tradução de Liane Schneider. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774. Acesso em: 09 jul. 2024.

CRUZ, Márcia Maria. Conceição Evaristo toma posse na Academia Mineira de Letras. Escritora é a primeira mulher negra a entrar para a instituição de 115 anos. *Folha de S. Paulo*, *Piauí, Questões Literárias*, 09 mar. 2024. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/conceicao-evaristo-toma-posse-na-academia-mineira-de-letras/. Acesso em 12 mar. 2024.

D'ANDREA, Carlos Frederico de Brito. *Pesquisando plataformas online*: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren. *Data Feminism*. 1. ed. Massachusetts: The MIT Press, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *One thousand plateaus:* capitalism and schizophrenia. Minneapolis: Univ. of Minnesotta Press, 1987.

DEUSDARÁ, Bruno. O que torna possível uma abordagem pragmático-enunciativa do discurso? *RevistaFSA*, v. 16, n. 12, p. 227-245, 2019.

DEUSDARÁ, Bruno; ARANTES, Poliana Coeli Costa; EDUARDO, Luiz Felipe. A ação pela palavra em notícias de telejornal: abordagem discursiva dos performativos em (con)texto intersemiótico. *Calidoscópio*, n. 2, v. 14, p. 245-256, ago. 2016. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2016.142.07. Acesso em: 27 jun. 2024.

DEUSDARÁ; Bruno; ROCHA, Décio. *Análise cartográfica do discurso*: temas em construção. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. *Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo (REDISCO)*, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016.

DIAS, Cristiane. *Análise do discurso digital*: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DUNKER, Christian. O valor do esquecimento, *Falando nisso*. Youtube, 26 jul. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d9zYPospAeg. Acesso em: 22 out. 2024.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosaldo (org.). *Escrevivência:* a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

EVARISTO, Conceição. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. [Entrevista concedida a BBC Brasil]. *BBC News Brasil*, 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948. Acesso em 20 nov. 2024.

EVARISTO, Conceição. Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. [Entrevista cedida a CArta CApital]. *CArta Capital*, 13 maio 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/. Acesso em 04 maio 2024.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., VENTURINI, A.C. O conceito de ação afirmativa. *In:* AÇÃO afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. p. 13-25. Disponível em: https://books.scielo.org/id/2mvbb/pdf/feres-9786599036477.pdf. Acesso em 10 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000a.

FRANCISCO, Mônica. A dororidade e a dor que só as mulheres negras reconhecem. *Portal Geledés*, São Paulo, 23 dez. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/dororidade-e-dor-que-so-as-mulheres-negras-reconhecem/?amp=1&gad_source=1&gclid=CjwKCAiAi6uvBhADEiwAWiyRduhL7UQIJq0FPyeRacg3nctQjiWvKPQhCcICSdlIeDmnL6ztwRiXphoCvh0QAvD_BwE. Acesso em 07 mar. 2024.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1991.

FREELON, Deen; MCILWAIN, Charlton D.; CLARK, Meredith. *Beyond the hashtags:# Ferguson,# Blacklivesmatter, and the online struggle for offline justice*. EUA: Center for Media & Social Impact, American University, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In:* GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras:* Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra: um retrato. *In:* GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras:* Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo-afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, Luiz Antônio (org.). *Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos*. Brasília: Anpocs, 1984. p. 223-244. (Ciências Sociais Hoje, 2). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]*: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod_resource/content/1/bell_hooks_O_feminismo_%C3%A9_para_todo_mundo_Pol%C3%ADticas_arrebatadoras%20%282%29.pdf. Acesso em: 09 jul. 2024.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. *Pesquisa sobre violência política contra mulheres negras*. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2020. Disponível em: https://www.violenciapolitica.org. Acesso em: 15 set. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

JOSIOWICZ, Alejandra. A performatividade do nomear no Twitter: contrapúblicos digitais antirracistas e feministas no Brasil. *Aletria:* Revista de Estudos de Literatura, v. 31, n. 4, 209-

237, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.35699/2317-2096.2021.34548. Acesso em 05 out. 2022.

JOSIOWICZ, Alejandra. El poder de nombrar intelectuales antirracistas feministas brasileñas en plataformas digitales. *Dossier. Sex., Salud y Soc.,* Rio de Janeiro*,* v. 39, 2023*,* Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2023.39.e22303.a.es. Acesso em: 08 jun. 2024.

JOSIOWICZ, Alejandra. O poder de nomear intelectuais antirracistas feministas brasileiras em plataformas digitais. *Sexualidad, Salud y Sociedad,* Rio de Janeiro, n. 39, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/PRDrZFvVbBPKNxx55y94wdf/abstract/?format=html&lang=pt. Acesso em 10 jun. 2024.

JOSIOWICZ, Alejandra; DEUSDARÁ, Bruno. Análise tecnodiscursiva de manifestações em torno de D. Maradona: metodologias de delimitação de regiões do dizer no Twitter. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, v. 17, n. 3, Port. p.156–181; Eng. p. 172, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2176-4573p57464. Acesso em: 14 set. 2023.

JOSIOWICZ, Alejandra; SANTOS, Ana Cristina Andrade dos. Análise do discurso digital em torno de Djamila Ribeiro: memória e silêncio no Twitter. *In*: SEMINÁRIO DE ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS UERJ, 14., 2023, Rio de Janeiro. *Leitura*: circulação, diálogos e linguagens. Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, 2023.

JOSIOWICZ, Alejandra; SANTOS, Ana Cristina Andrade dos. Contrapúblicos antirracistas em torno de Djamila Ribeiro em plataformas digitais: memória, política e resistência. *In*: DOMINGUEZ, Michelle Gomes Alonso; LIMA, Ruan Felipe Madela Lima (org.). *Contemporaneidade em discurso*: contribuições da análise do discurso sobre questões do nosso tempo. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2023. Disponível em: https://www.dialogarts.uerj.br/contemporaneidade-em-discurso-contribuicoes-da-analise-do-discurso-sobre-questoes-do-nosso-tempo/. Acesso em: 20 maio 2024.

KILOMBA, Grada. *Grada Kilomba*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021. Disponível em: https://www.cobogo.com.br/grada-kilomba.Acesso em 03 dez. 2024.

KILOMBA, Grada. *Grada Kilomba é autora mais vendida da Flip 2019*; veja o “top 10”. Disponível em: https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/07/14/grada-kilomba-e-autora-mais-vendida-da-flip-2019-veja-o-top-10.ghtml. Acesso em 03 dez. 2024.

KILOMBA, Grada. *Grada Kilomba, O Barco*. Inhotim: [*s.n*.], 2021. Disponível em: https://www.inhotim.org.br/eventos/grada-kilomba-o-barco-2021/. Acesso em: 03 dez. 2024.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LEANDRE, Thais. *Não dá para falar em consciência humana enquanto pessoas negras não tiverem direitos iguais e sequer forem tratadas como humanas*. 27 abr. 2020. Twitter: @ThaisLeandre07. Disponível em: Disponível em: https://twitter.com/ThaisLeandre07/status/1254726724505473024. Acesso em: 10 set. 2023.

LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*: contos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

LORDE, Audre. Mulheres negras: as ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre. Tradução de Renata. *Geledés*, 10 set. 2013. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre. Acesso em: 09 jun. 2024.OK

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar. *In:* RAVETTI, Graciela; ARBEX, Márcia (org.). *Performance, exílio, fronteiras*: errâncias territoriais e textuais. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras, Poslit, 2002.

MENDONÇA, C.; ALBUQUERQUE, C. Sobre o lugar de fala: Localizações, silenciamentos e autorizações. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 1, p. 561–567, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i1.20263. Acesso em 18 jun. 2024.

MENEZES, Mário; MENDES, Luciano. O silêncio, o silenciamento e o silêncio cúmplice como mecanismos de perpetuação do racismo nas organizações. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 6, p. 1-11, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120220233. Acesso em: 14 maio 2024.

MIRA, Bianca Savegnago de; OLIVEIRA, Mary Elizabeth Sampaio de; BRITO, Jean Fernandes; GUARALDO, Tamara de Souza Brandão. Nas trilhas dos sujeitos discursivos: a mulher negra em foco. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 6, p. 1-16, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6i00.2021.60238.1-16. Acesso em 12 maio 2024.

MORRISON, Toni. *O olho mais azul*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MY NEWS. *Fomos construídos a partir de um lugar de não humanidade.* 13 jun. 2022 Twitter: @CanalMyNews. Disponível em: https://twitter.com/CanalMyNews/status/1536501672452554754. Acesso em: 14 set. 2023.

NATÁLIA, Lívia. Intelectuais escreviventes: enegrecendo os estudos literários. *In:* DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência*: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 206-224. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento - quilombola e intelectual*: possibilidades nos dias de destruição. São Paulo: União dos Coletivos Pan-africanistas, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6. ed. São Paulo: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital:* dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes, 2021.

PAVEAU, Marie-Anne. Feminismos 2.0. Usos tecnodiscursivos da geração conectada. *In:* LOURENÇO COSTA, J.; BARONAS, R. L. (org.). *Feminismos em convergências:* discurso, internet e política. Coimbra: Grácio Editor, 2020.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. *In:* ACHARD, P. *et al*. (org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2019.

PIEDADE, Vilma. Dororidade. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 2017. Coluna Agora É Que São Elas. Disponível em: https://agoraequesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/06/23/dororidade/. Acesso em: 05 mar. 2024.

POLO, Rafaela. Djamila Ribeiro: como negra, não tive direito de saber de onde vim. *Raça, de Universa*, São Paulo, 3 abr. 2023. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/04/03/nao-tive-o-direito-de-saber-de-onde-vim-diz-djamila-ribeiro.htm?cmpid. Acesso em: 12 mar. 2024.

PT BRASIL. *No dia 02 a gente vai ter a oportunidade de escolher o Brasil que a gente quer.* Um Brasil sem ódio. Eu voto 13 pela esperança, pelas políticas públicas", Djamila Ribeiro na Super Live #BrasilDaEsperança. 26 set. 2022. Twitter: @ptbrasil. Disponível em: https://twitter.com/ptbrasil/status/1574502621481779213. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, Djamila. Busca por meus momentos de silêncio é muitas vezes luta inglória. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 2023. Coluna Opinião. Disponível para assinantes em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2023/03/busca-por-meus-momentos-de-silencio-e-muitas-vezes-luta-ingloria.shtml. Acesso em: 11 maio 2024.

RIBEIRO, Djamila. *Cartas para minha avó*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Djamila. Eu me arrependo dos meus silêncios. *Portal Geledés*, 01 set. 2019. Disponível em: https:/www.geledes.org.br/eu-me-arrependo-dos-meus-silencios/. Acesso em: 05 maio 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Já faz tempo falo sobre como o Twitter é uma rede tóxica para mulheres negras* [...], 27 jul. 2020. Instagram: @djamiaribeiro1. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CDJk9EZjVq_/?img_index=2. Acesso em: 12 set. 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. *O pacto branco e a maldição da mediocridade por Djamila Ribeiro*. *Portal Geledés,* 06 maio 2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-pacto-branco-e-a-maldicao-da-mediocridade-por-djamila-ribeiro/. Acesso em: 14 abr. 2024.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2017, 112 p. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. Para mulheres negras, ter acesso à beleza foi conquista. [Entrevista concedida a Forbes]. *Forbes*, nov. 2022. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-mulher/2023/02/djamila-ribeiro-para-mulheres-negras-ter-acesso-a-beleza-foi-conquista/. Acesso em: 18 nov. 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICAURTE, P.; ZASSO, M. (ed.). *Inteligencia artificial feminista*: hacia una agenda de investigación en America Latina y el Caribe. Costa Rica: Editorial Tecnológica de Costa Rica, 2022.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso — LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-140310-4513. Acesso em: 09 maio 2024.

RODRIGUES, Felipe Fanuel Xavier. Tradições africanas recriadas em prosa e verso. *Numen*: Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 147-162, jan./jun. 2019. DOI: 10.34019/2236-6296.2019.v22.29612. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/29612. Acesso em: 28 jun. 2024.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Ed. da UFRGS, 1989[2007].

SCHWARZ, Lília K. M. Questão racial e etnicidade. *In:* MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*, (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999.

TRACKLIST. *ISSO DAQUI É ELITE!* Viola Davis na casa de Taís Araújo e Lázaro Ramos e ao lado de personalidades como IZA, Ícaro Silva, Seu Jorge, Zezé Motta, Djamila Ribeiro e Dandara Mariana. 18 set. 2022. Twitter: @tracklist. Disponível em: https://twitter.com/tracklist/status/1571665229720739840. Acesso em: 10 set. 2023.

TRINDADE, Luiz Valério de Paula. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. *In:* SILVA, T. (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais:* olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020. p. 25-41.

TRUTH, Sojourner Truth. E não sou eu uma mulher? *Portal Geledés,* 08 jan. 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#:~:text=2%20Sojouner%20Truth%20nasceu%20escrava,ao%20norte%20do%20rio%20Ohio). Acesso em: 11 jun. 2024.

VIOLA Davis se reúne com atores na casa de Taís Araújo e Lázaro Ramos. *Correio Brasiliense*, Brasília, 19 set. 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/09/5037796-viola-davis-se-reune-com-atores-na-casa-de-tais-araujo-e-lazaro-ramos.html. Acesso em: 10 set. 2023.